



Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
3 de Outubro de 1991
Preço: 100\$00
Nº 928
Director:
António Dias Lourenço

«CARVALHESA»

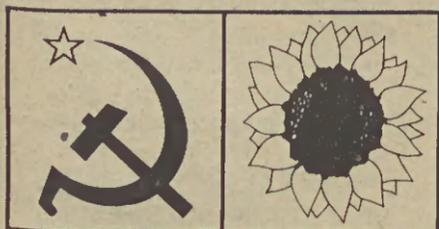
EDIÇÃO ESPECIAL

40 exemplares vendidos
na 1ª semana!

Pág. 25

vota

CDU



toda a confiança!

**Portugal precisa
de uma força assim**

**TODOS AO COMÍCIO
DE ENCERRAMENTO**

**Lisboa
amanhã:
Rossio 21 h.**

Último tempo de antena CDU: hoje, 25 minutos, depois do Telejornal

EDITORIAL

Com a CDU
para um Portugal melhor!

Adesão popular e confiança marcam campanha da CDU

RESUMO

25
Quarta-feira

Estado-Maior do Exército suspende provas de marcha-corrída conhecidas por «marcor», na instrução aos recrutas comandos, decisão tomada na sequência da morte de um instruendo dias antes ■ Mais de 300 portugueses abandonam Kinshasa, capital do Zaire, na sequência dos graves incidentes ocorridos no início da semana ■ Notícias vindas a público informam que as universidades portuguesas apenas têm verba para pagar os vencimentos de Outubro, não podendo satisfazer integralmente os de Novembro ■ O Congresso Nacional Africano (ANC) anuncia a formação de uma «Frente Unida» contra a governação de minoria branca, estrutura na qual se integram, para além da organização liderada por Nelson Mandela, o Congresso Pan-Africanista (PAC) e a Organização dos Povos da Azânia (Azapo) ■ Em Bucareste, em frente à sede do Governo, violentos confrontos entre mineiros e polícias provocam quatro mortos e dezenas de feridos.

26
Quinta-feira

A Fenprof, em conferência de imprensa, considera uma «terrível mistificação» os quatro anos de mandato do ministro Roberto Carneiro e recorda que são os alunos os principais prejudicados pela abandono da profissão docente e pelas dificuldades de recrutamento de professores, causadas pela desvalorização social do docente ■ O coordenador nacional do Projecto «Não à Droga, Sim à Vida» afirma que o branqueamento do dinheiro do tráfico de droga em todo o mundo pode chegar a um bilião de dólares ■ José Carreras dá recital em Lisboa perante um público entusiástico que esgota o Coliseu ■ Petre Roman, primeiro-ministro romeno, demite-se do cargo na sequência de protestos dos mineiros ■ Sob a égide das Nações Unidas, governo salvadorenho e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional assinam um acordo geral de paz ■ ONU aceita propostas do Iraque para a libertação do grupo de 44 peritos nucleares retidos em Bagdad.

27
Sexta-feira

Reagindo às sondagens e à disparidade de resultados por elas apresentados, Carlos Carvalhas afirma que se destinam a «condicionar a opinião pública» e a consagrar a «bipolarização» ■ Termina greve de dois dias dos trabalhadores dos CTT ■ Publicadas as listas de acesso ao Ensino Superior; dos 58 mil candidatos apenas cerca de 30 mil encontram vaga no ensino superior público ■ Os instrumentistas da Orquestra de Teatro Nacional de S. Carlos entregam pré-aviso de greve ao espectáculo de dia 1 de Outubro ■ O primeiro-ministro russo, Ivan Silaiev, reafirma a sua intenção de se demitir do cargo ■ Oposição zairense afirma-se pronta a assumir o Poder ■ A maioria do Conselho Nacional Palestino manifesta-se favorável à participação palestina na conferência de paz proposta pelos EUA.

28
Sábado

Profissionais da GNR criam a Associação Profissional da Guarda (APG), estrutura à qual terão já aderido cerca de metade dos efectivos daquela força militarizada ■ Depois de 50 anos de contacto diário com os leitores, o «Diário Popular» cessa a sua publicação lançando no desemprego 73 trabalhadores ■ Miles Davies, trompetista e compositor de jazz, morre aos 65 anos em resultado de uma pneumonia e de problemas respiratórios ■ Em congresso extraordinário, o Komsomol, organização da juventude comunista soviética, põe termo às suas actividades ■ O presidente do Zaire e os dirigentes dos principais partidos da oposição chegam a acordo para a formação de um «governo de crise».

29
Domingo

Notícia divulgada num matutino revela que o Algarve vai perder o seu único cirurgião cardiotorácico, depois de, dias antes, ter ficado sem neurocirurgiões ■ Arquitectos denunciam irregularidades em concurso público para a remodelação de dois edifícios em Lisboa ■ Provenientes de toda a França, mais de 200 mil agricultores manifestam-se em Paris em protesto contra a política agrícola e a deterioração das suas condições de vida ■ O SPD alemão perde a maioria absoluta que detinha há vinte anos no estado de Breme ■ Savimbi chega a Luanda após 16 anos de ausência.

30
Segunda-feira

Balanco da época balnear revela que morreram nas praias portuguesas 81 pessoas ■ Sindicato dos Músicos emite comunicado a propósito do Dia Mundial da Música onde critica a «ineficiência do ensino» no sector, acusando também o Governo de «completa indefinição de uma política cultural» ■ Mariano Gago defende em colóquio sobre o ensino superior que a Universidade também é problema do consumidor ■ Militares amotinados prendem o presidente Jean-Bertrand Aristide do Haiti ■ Líder da oposição no Zaire é encarregue de formar o novo «governo de crise»

1
Terça-feira

Reunião entre a Fenprof e o Ministério da Educação é interrompida pela Federação que acusa o ME de recusar dar resposta às reivindicações dos professores ■ Portugal e a Estónia concordam em estabelecer relações diplomáticas ao nível de embaixador ■ O DN informa ter tido acesso a um documento secreto segundo o qual o exército indonésio está a desenvolver uma «operação de limpeza» para «preparar o terreno» para a visita dos deputados portugueses, numa situação de «verdadeiro terror» ■ O comandante do exército Raoul Cédras assume o poder no Haiti na sequência do golpe militar contra o presidente Aristide ■ Rebelião militar no Togo provoca vários mortos e feridos ■ O Parlamento da Guiné-Bissau aprova a Lei da Liberdade Sindical.

A batalha política das eleições legislativas de 1991 chega ao fim desta primeira e decisiva fase, de importância determinante para a fase seguinte.

No domingo próximo os mais de oito milhões de eleitores portugueses serão chamados a designar a nova Assembleia da República (agora amputada de vinte deputados) e por essa via determinar o futuro governo.

Em termos globais de uma nova arrumação de forças é ainda e até ao derradeiro momento uma batalha de indecisos resultados.

A derrota da direita é potencialmente possível mas só os resultados finais o confirmarão. Estes poderão determinar um novo rumo da política nacional - e essa é uma possibilidade real. Ou poderão, no pior dos casos, manter o actual estado de coisas em condições porventura mais gravosas para a vida do povo português e para o processo democrático em Portugal se as forças a quem cabe derrotar a direita afrouxassem nesta ponta final a sua acção mobilizadora, a sua determinação e combatividade.

A CDU batalhará sem desfalecimentos até ao derradeiro minuto por um resultado positivo e pela elevação da sua representação parlamentar, essenciais para o «dia seguinte» das eleições.

Um tal resultado está ao seu alcance:

- A três dias do acto eleitoral a CDU - Coligação Democrática Unitária que no Continente integra o PCP, o Partido Ecologistas «Os Verdes», a Intervenção Democrática, a UDP e democratas independentes - tem fortes motivos para encarar com confiança os resultados da sua campanha, dos seus contactos com o povo, do seu crescente e entusiástico acolhimento de massas, da progressiva aceitação das suas consignas, das suas propostas eleitorais e dos seus candidatos por largos sectores da sociedade portuguesa e por círculos democráticos dos mais diversos de Norte a Sul do País.

A CDU, que se tem batido activamente e com grande abertura política por uma alternativa credível das forças democráticas ao hegemonismo da direita cava-

quista no Poder, parte do pressuposto e da convicção realistas de que só uma forte votação e uma forte representação parlamentar da CDU na futura Assembleia da República poderão contribuir decisivamente para essa necessária alternativa quaisquer que possam vir a ser os resultados globais das eleições de domingo.

Nesta ponta final da campanha tem-se comprovado e justificado com largueza as denúncias e acusações concretas do PCP das características e da natureza mistificadora e retrógrada da direita cavaquista governante, dos seus objectivos restauracionistas da velha ordem apeada pelo 25 de Abril naturalmente nas novas e mais sofisticadas condições do sistema de exploração do capitalismo monopolista mundial e da integração europeia. Nestes últimos dias tem-se podido comprovar a justeza das denúncias do uso imoral e abusivo pelos governantes actuais e pelo seu partido - o PSD - dos vastos recursos financeiros e técnicos do Estado e dos órgãos de comunicação social estatizados, em particular do de maior audiência no País - a TV. Tem-se evidenciado (como tem vindo a público em insuspeitos órgãos de imprensa) o carácter corrupto e corruptor do poder cavaquista.

Mesmo com os poderosos meios à sua disposição, a demagogia eleitoralista do Governo PSD/Cavaco Silva não tem conseguido ocultar o agravamento das condições de vida e a forte contestação popular da sua política social; não tem conseguido esconder as graves mazelas da sua política económica - do apregoado crescimento sem desenvolvimento da economia nacional - da sua política cultural, de Saúde, de Habitação, de Ensino.

Greves e acções de grande envergadura de massas, apesar do período eleitoral, movimentam milhares de operários, de agricultores, de quadros técnicos e de profissões liberais.

Os volumosos recursos financeiros entrados no País em resultado unicamente das injeções de uma conjuntura externa transitariamente favorável a Portugal, tem acentuado, apesar do aumento do consumo, as desigualdades e injustiças sociais, os desfavores

da distribuição do rendimento nacional em prejuízo dos trabalhadores, o agravamento da nossa dependência da produção estrangeira e do correlativo e mais elevado de sempre défice comercial. A Cavaco Silva, que percorre o país com o seu comício ambulante pedindo o voto dos portugueses para a continuação e o reforço do seu poder pessoal e da sua maioria parlamentar absoluta e totalitária, deve ser dada a resposta necessária nas eleições de domingo com a recusa do voto dos portugueses que antes, iludidos... o guindaram ao poder.

Até ao último momento da campanha eleitoral é necessário e imperioso que a CDU intensifique os seus contactos com o povo, o seu esclarecimento objectivo de massas nas ruas, nas aglomerações populares, no porta-a-porta, cidadão-a-cidadão.

Até ao último momento é imperioso batalhar e mobilizar para o voto útil na CDU, para elevar a sua votação mesmo onde são menores as possibilidades de eleger deputados. O voto nacional e em massa na CDU é indispensável para apoiar com toda a sua força política a abertura a uma alternativa democrática.

Com determinação e confiança, com inabalável consciência da nossa força real e da justeza dos nossos objectivos lancemo-nos todos à conquista do voto dos portugueses, com a certeza de que só com o apoio de uma forte votação popular na CDU os seus superiores propósitos poderão ser realizados.

Essa é a forma mais segura e válida para a viabilização de uma alternativa democrática após as eleições e a necessária vitória das forças democráticas.

Amigo, democrata, português amante do progresso do teu país: no domingo mete-te ao caminho rumo às assembleias de voto; leva contigo os teus familiares e amigos; deposita com eles o voto na CDU; dá com a tua preclara opção política a resposta necessária à direita governante e a todos os que, tomando os desejos por realidade, vaticinaram a sua morte política.

Vivos e bem vivos votai CDU! Votai CDU para um Portugal melhor!

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 3 95 21 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 3 95 21 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 3 95 21 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 3 95 21 93/7

Composto e impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00
Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

CDU

Carvalhas em Lisboa

Da alegria dos mercados
ao vigor das multidões

Literalmente, a jornada de Carlos Carvalhas na região de Lisboa teve, na passada sexta-feira, um tempo de eleição. Começando de manhã com uma visita aos mercados alfacinhas de Arroios e Saldanha (ver caixa), a actividade eleitoral do primeiro candidato da CDU ao círculo de Lisboa foi ao encontro de situações de campanha que tocaram multidões diversas e abrangeram um vasto leque de eleitores. Ainda que erraticamente, procuramos aqui dar conta do que se passou.

Após as visitas aos mercados lisboetas de Arroios e Saldanha (para o que repetimos a referência à caixa correspondente), Carlos Carvalhas teve um breve encontro com a direcção da Associação dos Inquilinos Lisboenses, na conhecida sede da Avenida Almirante Reis, onde foi recebido com evidente empenho e concreta exposição dos problemas. Rui Godinho, o vereador comu-

nista da coligação «Por Lisboa» que gere o município lisboeta (e que acompanhou Carlos Carvalhas em toda a sua digressão por terras alfacinhas, se nos permitem a expressão), teve a oportunidade de esclarecer que o problema da habitação (em Lisboa e em todo o País) é uma responsabilidade do Poder Central a que o Governo de Cavaco Silva se tem, perversamente, subtraído, forçando



Carlos Carvalhas: um contacto sempre fácil e amigável

as Câmaras Municipais a uma intervenção de emergência que não apenas ultrapassa as suas competências, mas, pior ainda, lhes impõe um esforço financeiro para o qual não têm capacidade. Apesar disso - e o vereador

comunista acentuou-o suficientemente - no município de Lisboa e, concretamente, na área habitacional em que a CDU tem intervenção directa (a recuperação de zonas históricas da cidade), muito já se fez e, sobretudo, está em

execução, permitindo, por exemplo, travar o desmoronamento (literalmente entendido) que se verificava no «casco velho da cidade», que é como quem diz as zonas históricas de Alfama, Mouraria, Bairro Alto, etc.

Dali rumou-se para o almoço - mais concretamente um convívio marcado para o refeitório da «Autocoop» (a maior cooperativa de táxis da Europa, como orgulhosamente o sublinhavam todos os cooperantes com quem a comitiva de Carvalhas se encontrou - e foram cerca de uma centena). O que também merece uma nota de reportagem.

O fascínio da Autocoop

A história da «Autocoop» fascinou os jornalistas. Queriam saber pormenores, condicionados que estavam por um episódio que nebulosamente haviam guardado do princípio dos anos 80,



No mercado do Saldanha



«Dê-me aí, se faz favor!» (mercado de Arroios)

Mercados

A visita das ideias

O mercado de Arroios é um dos principais da capital. Às 10 da manhã ainda fervilha de gente — sejam donas de casa tocadas pela urgência de fazer o almoço, ou clientes que se habituaram ao circuito de compras quando o dia já se instalou. Por isso quando Carlos Carvalhas lá chegou, na passada sexta-feira, para o início de mais uma jornada eleitoral, o amplo mercado mal acusava sinais de abrandamento de actividade. O aparecimento do primeiro candidato da CDU pelo círculo de Lisboa animou visivelmente o ambiente, com a curiosidade a espreitar da generalidade das bancas de venda. Houve vendedores que acenaram ao candidato de dentro dos estabelecimentos, levando-o a entrar para uma breve troca de palavras, e a generalidade dos comerciantes, alinhados ao longo de compridas bancadas, dispensaram a Carlos Carvalhas uma recepção cordial e frequentemente pontuada por grande efusividade. A única excepção — aliás alvo da hilariedade geral — foi protagonizada por uma vendedora de peixe que, toda coberta de autocolantes de Cavaco Silva, se esforçava infrutiferamente por chamar as atenções da multidão de apoiantes da CDU, enquanto as colegas de bancada a envolviam com sarcasmos de vernáculo bem recortado. Confirmando a facilidade de contacto com as multidões Carlos Carvalhas distribuiu profusa propaganda, recebendo com o mesmo à-vontade, quer os abraços efusivos ou os beijos das mulheres que lhe queriam expressar apoio, quer uma ou outra expressão de

reserva mascarada pelo habitual «é tudo a mesma coisa», a que o candidato respondia de imediato com respostas concretas demonstrando que não era bem assim, pois o «tudo» que se conhece no Governo de Portugal, sendo de facto a mesma coisa, está muito longe de ser tudo.

Do mercado de Arroios seguiu-se para o do Saldanha, mas aí o atraso com que se chegou teve reflexos no volume de contactos. O mercado começava a despovoar-se e algumas bancas até já tinham fechado, o que, de qualquer modo, não impediu Carlos Carvalhas de abordar as pessoas e distribuir propaganda e ser mais uma vez recebido pela população de Lisboa. Para quem gosta de saber estas coisas, aqui fica o registo: o candidato nº 1 da CDU pelo círculo de Lisboa passou a «prova» dos mercados com distinção, e «distinção» não apenas pelo bom acolhimento recebido, mas por uma novidade nestas andanças eleitorais pelos mercados: a postura bem disposta mas sempre rigorosa do candidato neste tipo de contactos, recusando liminarmente o folclore em que, geralmente, descambam; Carvalhas respondeu sempre às pessoas com ideias e argumentos e nunca pela palhaçada fácil e demagógica, tão ao gosto de muitos «políticos» da nossa praça. A consideração generalizada com que este ambiente, tão específico, dos mercados respondeu à visita de Carvalhas foi, indubitavelmente, também reflexo disso.

Entrega de propaganda e um cumprimento (mercado do Saldanha)



«É bom que tenha aqui vindo!» (mercado do Saldanha)

Carvalhas em Lisboa

coisa já distante mas que havia ocupado a energia informativa de então à volta das dificuldades financeiras da primeira experiência portuguesa de cooperativismo numa área profissional tão peculiar como a dos táxis. E souberam o que, talvez, alguns não esperavam: que a «Autocoope» havia sobrevivido à crise financeira (na altura transformada em garrote pelo deliberado fechar de portas governamental) e que hoje está, pujante e sem dúvidas, assente num criativo modelo cooperativo que con-

jantar, previsto para Tercena (como de resto aconteceu). Nesse entretanto o candidato caminhou por Algés, bebeu uma bica e distribuiu propaganda, entre o entusiasmo crescente que se foi desenrolando pelas ruas. Às tantas estava-se no mercado de levante onde, num palco montado pela CDU, a música animava o ambiente. Ficámos com a ideia que a passagem de Carlos Carvalhas pelo local estava para ser rápida e circunstancial, mas fosse como fosse, a grande multidão que ali se juntou

trou no salão do novo edifício dos bombeiros com evidente dificuldade, dada a multidão que transbordava até à porta. E foi em ambiente caloroso que apontou algumas questões essenciais.

Nomeadamente que Cavaco Silva ao exigir a maioria absoluta, o que gostaria era que o povo português elegeisse não uma Assembleia da República, mas um coro fiel à batuta do maestro, pelo que temos assistido a uma campanha em que, talvez como nunca se tenha visto em Portugal, imensos esforços foram feitos para tentar impedir os eleitores de reflectirem serena e objectivamente sobre o verdadeiro balanço de 12 anos de PSD e de cinco anos de Governos dirigidos por Cavaco Silva, e de ponderarem com rigor as soluções alternativas realmente necessárias à defesa dos seus interesses. Foi para isso - acrescentou - que o PSD praticamente desapareceu, para tudo resumir a



Encontro com a Associação de Inquilinos Lisbonenses

Cavaco Silva. E foi para isso que Cavaco Silva inventou esse dilema de que ou ele ou o caos, essa mentira do tamanho de uma catedral de que o País só poderia ser governado por ele próprio e pelo seu partido.

E acrescentou: Foi para isso que o PS, estranhamente esquecido de que não há vitória democrática possível sem deslocação de votos do PSD para as forças democráticas, tem passado a maior parte da campanha a querer captar os votos da CDU, com o dilema igual-

mente absurdo, e falso, de fantasiosamente se ter de escolher ou PS ou PSD.

E sublinhou, perante os aplausos da multidão:

Daqui até ao momento do voto, a todos queremos dizer: não acreditem que vamos eleger directamente o Primeiro-Ministro e o Governo. Vamos eleger, sim, 230 deputados que depois influenciarão a formação do Governo e a política a seguir. Não se impressionem com as ameaças de Cavaco Silva. Há alternati-

va ao Governo do PSD. Com estabilidade e ao serviço de uma boa política. Não se perturbem com conversas sobre a bipolarização, sobre sondagens ou falsos dilemas. Não é o PS sozinho que pode derrotar o PSD, mas a CDU e o PS em conjunto. E sobretudo nunca esqueçam: em todo o País, o voto na CDU conta sempre para a derrota da direita e é sempre o voto mais útil para uma nova maioria, para uma nova política e para a alternativa democrática.



O diálogo e a troca de ideias em vez do folclore demagógico (feira do Silvado, Odivelas)

tinua a ser um caso singular em toda a Europa, nomeadamente pela reformulação de associativismo que privilegia ao mesmo tempo o instinto de propriedade e a necessidade objectiva de associação num quadro cooperativo. Uma história apaixonante que impressionou os jornalistas presentes mas que (quase podemos garanti-lo...) não terá acolhimento editorial em primeiras páginas da Informação nacional...

Carlos Carvalhas é que não esteve com tergiversações e, na breve alocução que, em tom familiar, fez aos «fogareiros» (expressão que ele próprio recordou, explicando-a no valor que o trabalho sempre contém), afirmou que não podemos aceitar que em época de «caça ao voto» digam todas coisas bonitas, mas depois quem tem a faca e o queijo na mão continue a desprezar o sector cooperativo, sector de grande importância na sociedade portuguesa (aliás previsto e consignado na definição constitucional que aponta a actividade económica dividida nas áreas pública, privada e cooperativa).

Comícios de improviso

A tarde já ia avançada quando Carlos Carvalhas encontrou o salão da URPIA, em Algés, tomado por uma multidão atenta. O discurso do secretário-geral adjunto do PCP ganhou aqui, não diremos as cores da emoção, mas o calor vibrante e directo da solidariedade. Palavras claras e sem ambiguidades que desmontaram a crueza com que as forças governamentais desprezam durante anos a fio de exercício do poder esta vasta camada da população para, à boca das urnas, as procurarem manipular com prebendas de miséria e um sarcástico saco de promessas. Uma sessão emocionante.

No programa seguia-se o

(com transeuntes a ficarem presos pela iniciativa) impôs uma intervenção política mais uma vez de improviso mas percorrendo os pontos essenciais da campanha CDU, como também acontecera antes do almoço e na breve visita que Carlos Carvalhas fizera à Manutensão Militar, na Freguesia do Beato, onde a multidão de trabalhadores acabou a «colocar» o dirigente comunista no improviso de um carro de som para as palavras necessárias.

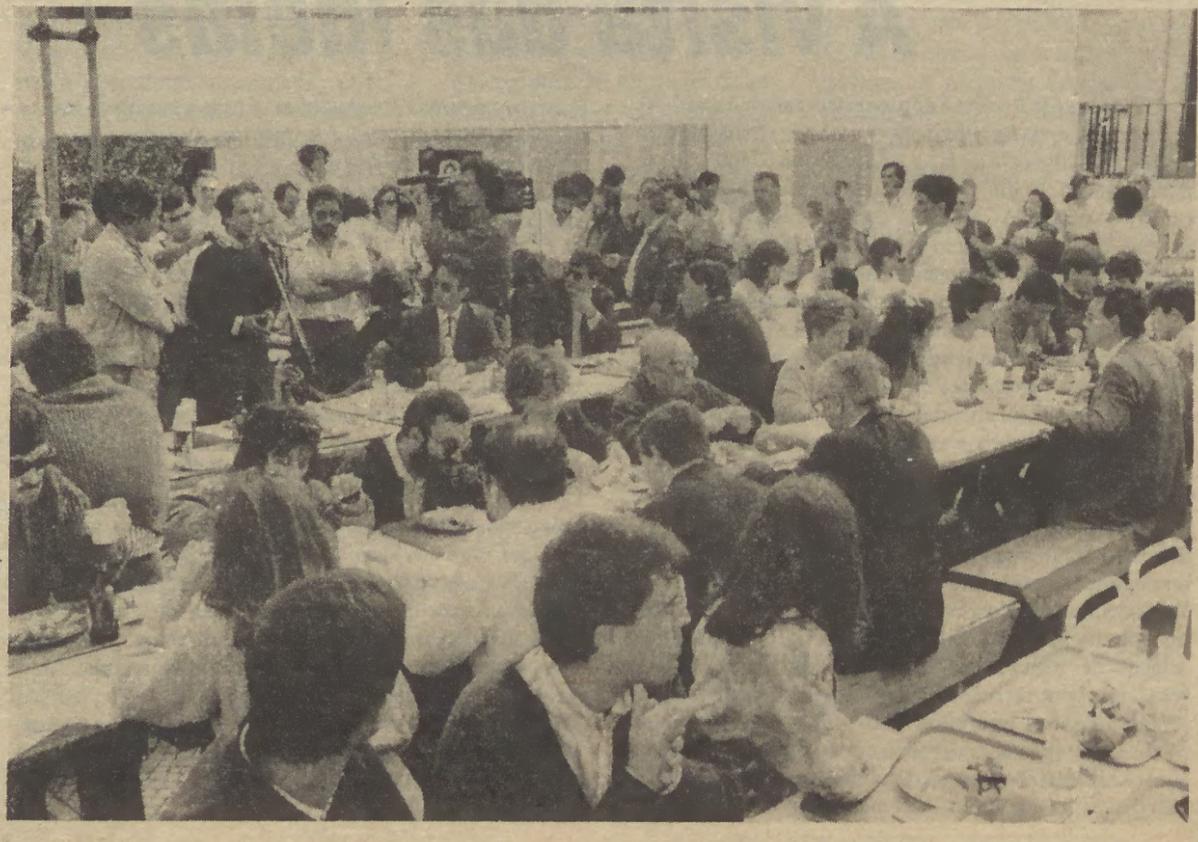
«Do tamanho de uma catedral»

O jantar foi em Tercena e a música uma constante, entrelaçando uma refeição volante com um pezinho de festa que se prolongou para além da intervenção de Carlos Carvalhas, ela própria numa animação que se percebia ser o corolário duma jornada toda ela uma festa. De alegria e confiança, como fez questão de expressar o candidato na breve intervenção que preferiu antes de partir para o último trecho da jornada, um animadíssimo comício em Algueirão, concelho de Sintra. Lino Paulo, o conceituado veredor comunista desta autarquia, acompanhou Carlos Carvalhas e abriu mesmo a sessão com uma circunstanciada apreciação dos problemas do Concelho, enquadrando-os quer nas responsabilidades governamentais que sempre os têm ignorado, quer na incompetência da gestão de direita que tem comandado os destinos de Sintra.

Após uma breve visita às instalações dos Bombeiros Voluntários do Algueirão, onde os seus responsáveis expuseram com evidente empenho os problemas e as necessidades gritantes que enfrentam, bem como as respostas empenhadas que sempre têm encontrado para o cumprimento das suas funções, Carlos Carvalhas en-



Na manhã de segunda-feira Carlos Carvalhas percorreu o Concelho de Loures, de que damos dois momentos significativos: em cima a visita à feira do Silvado, em Odivelas (num diálogo com uma das muitas apoiantes da CDU que se dirigiram ao candidato para lhe expressarem o seu apoio), em baixo pormenor do almoço de confraternização com os trabalhadores do município de Loures no Largo 4 de Julho, uma refeição bem disposta ao ar livre que também teve o seu «momento político».



Eu voto CDU

Depoimento de **Alexandre Falcão**, actor

Eu voto CDU porque:

- 1 — É uma coligação unitária;
- 2 — Tem um projecto de futuro imediato;
- 3 — Contribui para o reforço da democracia participativa;
- 4 — Alia o Progresso e a Ecologia;
- 5 — Impede coligações bastardas.

Depoimento de **Armando Castro**, professor universitário

Voto CDU porque é o agrupamento parlamentar que, com os olhos postos no Povo Português e nas suas carências, pode, de longe, melhorar o futuro colectivo.

Preocupamo-nos com as questões da sociedade portuguesa, sendo ela o centro da nossa atenção responsável.

É pela compreensão das condicionantes estruturais da nossa vida gregária que fizemos a nossa opção política em questões tão essenciais como as da habitação, condições de trabalho ou de remuneração, saúde, previdência na invalidez e na doença, ensino, além de questões aparentemente subordinadas mas de alto significado ao determinar o nosso futuro, como sucede por exemplo com a política científica e tecnológica.

E se as mais variadas correntes políticas convergem em uníssono em proclamar grande metas que todos aceitam, só a lúcida apreciação daquilo que se pode ou não sacrificar, é susceptível de nos guiar, definindo os objectivos que somente uma força política esclarecida pode ir realizando. Assim como se não pode querer «um gato que ladre», porque isso é biologicamente impossível, também não é viável por exemplo fazer descer constantemente a elevada taxa de inflação reinante sem interferir nos mecanismos que a suportam, como por exemplo a defesa do monopólio ou a permissão da especulação de intermediários.

Depoimento de **Borges Coelho**, músico

A minha actividade desenvolve-se nessa via sem asfalto da cultura e, aí ainda num quelho pedregoso, entre todos desprezado, para tantos um beco sem saída — o da música. Era assim fácil trazer para aqui razões de sobra para fundamentar as minhas opções por uma outra orientação política, radicalmente oposta, nas alavancas de comando do nosso país. É, contudo, porque penso que o bem-estar das classes tradicionalmente injustiçadas se promove com essas classes e não contra elas, nem contra os seus interesses, que estou, e estarei, neste PCP. Votar na CDU decorre naturalmente daí.

Depoimento de **Cassiano Abreu Lima**, médico e professor da Faculdade de Medicina do Porto

Voto CDU por motivos vários, uns da razão, outros do coração. Destes saliento o pragmatismo do tal voto útil... Explico: no presente cenário político sobressai, em tons mais fortes, a improbabilidade de o PSD alcançar a maioria absoluta e a recusa de Cavaco em formar governo minoritário ou de coligação; a verificar-se aquele desfecho, a confirmar-se esta atitude, nunca como agora será tão necessário um PCP forte, uma forte votação na CDU para que o PS venha a protagonizar uma alternativa de esquerda. Por isso voto e apelo ao voto CDU. Com toda a confiança...

Depoimento de **João Fernandes**, professor do Ensino Superior

Cinco razões para um voto na CDU

«Voto CDU porque:

- a) O vermelho continua a fazer falta no arco-íris lusitano, o reducionismo rosa ou laranja torna-se propício a perigosos daltonismos;
- b) A bandeira comunista é preferível, até por motivos estéticos, às bandeiras dos muitos czares que nos continuam a impingir, desde que ela não sirva mais para encobrir modelos que a perverteram, acabando por contribuir para a ressurreição de algumas destas últimas;
- c) Votar um bom programa para o país implica apenas o voto num "bom programa para o país". Tudo quanto a aparente tautologia deixa implícito nada tem a ver com as decisões mais relevantes deste acto eleitoral.
- d) Não é "p.c." ("politicamente correcta") a promoção de tentativas internas ou externas de redução dos comunistas e seus aliados à condição de "espécies em vias de extinção";
- e) À medida que o capitalismo se desenvolve, mais necessárias e urgentes se tornam uma interpretação e transformação comunista do mundo em que nos fazem viver. Assim os comunistas a saibam assumir contemporaneamente, sem fantasmas arcaicos ou revivalistas.»

Depoimento de **Júlio Roldão**, jornalista do JN

«Voto CDU porque, sem menosprezar outros partidos — os que a apoiam e alguns que a não apoiam, a Coligação Democrática Unitária integra o Partido Comunista Português, em cuja acção deposito a tarefa de concretizar vários dos meus sonhos de maior felicidade e onde, com muitos camaradas, pela via da discussão colectiva e frontal, às vezes incómoda mas quase sempre tolerante, comecei a aprender a exercer melhor o meu estatuto de cidadão.»

Depoimento de **Pedro Abrunhosa**, músico

A Cultura é, mais do que a voz dum povo, o espelho do seu próprio desenvolvimento.

Defendê-la e, preservando o passado, apostar no futuro, criando caminhos, estéticas e correntes de cujo confronto surgirão novas ideias, que são afinal o tapete que faz avançar a Humanidade.

Defender a Cultura é tarefa obrigatória de todos nós, bem como das forças políticas que nos representam.

Por isso só o voto na CDU é um voto no progresso, a certeza do triunfo da verdadeira Cultura sobre o perigoso analfabetismo populista e autoritário.

Independentes apoiam a CDU

Diversos intelectuais do Porto, sem filiação partidária, manifestaram entretanto o seu apoio à CDU. São os seguintes: **Alcino Soutinho**, arquitecto; **Almor Viegas**, economista; **Álvaro Siza Vieira**, arquitecto; **Ana Paula Delgado**, economista; **Ángelo de Sousa**, pintor; **Emília Silvestre**, actriz; **Helena Morgado**, professora universitária; **Henrique Silva**, pintor; **Isabel Alves**, atriz; **Jaime Azinheira**, pintor; **Jaime Isidoro**, pintor; **José da Cruz Santos**, editor; **José Morgado**, professor universitário; **Júlia Correia**, actriz; **Laura Soutinho**, galerista; **Lionida Trigo de Miranda**, médica psiquiatra; **Manuel Coelho dos Santos**, professor de História de Arte; **Manuela Bronze**, pintora; **Ten. Coronel Mário Brandão**; **Morais Cabral**, advogado; **Rogério Ribeiro**, médico; **Juiz Sá Coimbra**; **Sérgio Alexandrino**, médico; **Viana de Lima**, arquitecto.



Depoimento de **César Príncipe**, jornalista do JN

Escusam de bater à minha porta. Podem vir com tragédias do socialismo no Leste ou comédias do capitalismo no Ocidente. Escusam de chorar por mim, porque serei o último a rir. Escusam de gastar argumentos, porque li todos os vossos livros. E sei o que vos move. O meu voto? Não dou esmolas a compradores de bancos. Não dou troco em palavras aos que me oferecem números. Não ando à busca de pretextos para renegar o pai e apunhalar o irmão. Não imploro fundos perdidos para ser democrata. O meu sucesso é estar de bem com os forçados ao insucesso. Gosto de ideais que ultrapassam gamelas e palcos. Não sou arrependido do 25 de Abril. E não me costumo abster, principalmente nos momentos difíceis. Agora é que se vê a força das convicções. Sei porque voto, em quem voto e para que voto. Não é consolador ter a certeza de que não irão usar o meu voto contra mim? Não é uma satisfação não ser apanhado a dormir no dia 6? À CDU, ao PCP, posso ter críticas a fazer. A outros tenho crimes a apontar. Prezo a honestidade e a coerência. Voto com inteira responsabilidade. O quadro político não me proporciona melhor alternativa. Não estou à venda. Vão-se embora.



Durante um fim-de-semana intenso e corrido, em que visitou concelhos do distrito de Setúbal - na sexta e no sábado - e em redor de Lisboa - no domingo -, num caminho molhado pela chuva e animado pela presença, sempre, de muita gente que acorria às iniciativas da CDU, o secretário-geral do PCP afirmou várias vezes que a campanha entrara num momento decisivo. Não se tratava já de abordar no concreto e em pormenor as propostas dos comunistas e dos seus aliados, mas, divulgadas estas no essencial, reforçar o empenhamento dos activistas e dos militantes para se conseguir um bom resultado eleitoral no próximo domingo. O entusiasmo nos encontros, convívios e comícios realizados, a larga e entusiástica participação, mostraram que esse objectivo é possível. No sábado à noite mudou a hora. E foi como se um sinal soasse para avançar nos derradeiros dias da campanha, que terminará amanhã no comércio do Rossio, em Lisboa, entre as muitas iniciativas marcadas por todo o país. Neste fim-de-semana com Álvaro Cunhal, o repórter reteve três aspectos da campanha - a presença viva e participativa, como nunca, da juventude; o à-vontade com que os candidatos da CDU, muitos deles eleitos em órgãos do Poder Local ou deputados na AR, se apresentaram frente às populações, prestando contas do seu trabalho no cumprimento dos seus compromissos com os trabalhadores e com o povo; a certeza de que a campanha corre bem, a CDU se reforça e cresce o empenhamento popular para que a direita seja arredada do poder. A hora mudou.

Sexta-feira

Juventude sempre!

A presença da juventude - não apenas dos activistas CDU - foi uma constante nos três dias do fim-de-semana com Álvaro Cunhal. Participou no almoço-convívio do Barreiro, aglomerara-se à porta do Centro de Trabalho da Rua Miguel Bombarda, onde umas centenas de pessoas se ajuntaram para esperar o secretário-geral do PCP que ali foi encontrar-se com a imprensa local. Uma espera bastante longa, mitigada pela música da Carvalhosa que durante esses três dias povoou todos os lugares por onde passámos. No largo passeio, frente à decoração exterior do CT concebida pelo pintor Rogério Ribeiro, a pequena multidão era saudada por passageiros dos autocarros urbanos, que ali têm paragem, alguns dos quais largavam mais gente no passeio. E no entanto sabia-se que, à noite, ia haver comércio.

Finalmente, Álvaro Cunhal chegou, vindo do almoço-convívio que reuniu centena e meia de militantes e de amigos. Acompanhado por Octávio Teixeira, teve ainda algumas palavras para os presentes, antes de se encontrar com a imprensa.

Os jornalistas de órgãos nacionais que acompanhavam os dirigentes comunistas puderam assistir ao encontro. As questões nacionais, no entanto, dominaram.

Nomeadamente, a hipótese de uma convergência com o PS pareceu interessar alguma imprensa. A isso respondeu Álvaro Cunhal referindo que as diferenças de opinião entre os diversos partidos podem não ser obstáculo a uma convergência, uma vez que a vida ensina mais que os debates. E referiu aí um recente documento do PS que enaltece a obra da Câmara Municipal de Lis-

boa. Salientando que tal documento destaca indevidamente o PS quando refere exclusivamente os socialistas, lembrou que a coligação «Por Lisboa» é obra de socialistas e comunistas e que, embora o PS afirmasse que tal experiência não é extrapolável para o plano nacional, o facto de referir essa obra na campanha para as legislativas é um sinal do reconhecimento implícito de que esse trabalho é um exemplo válido de que é possível um entendimento entre os partidos democráticos.

Octávio Teixeira, por seu lado, recordou o fundamental das propostas da CDU - o desenvolvimento harmonioso e equilibrado de todos os sectores do distrito, um crescimento industrial que não deve reduzir os outros aspectos da actividade económica, da agricultura ao turismo, e promovendo o desenvolvimento social, contemplando a habitação, as acessibilidades, a construção e equipamento de escolas e centros de saúde. Um desenvolvimento - sublinhou - que terá de ser acompanhado pela preservação e melhoria do ambiente.

Jovens no Parque

A festa já estava lá quando chegámos ao Parque. Um grupo de bombos e de gaitas nortenho animava os milhares de pessoas que aguardavam no jardim. E na esplanada envidraçada no centro do lago não couberam as centenas de jovens que iam participar no encontro com o secretário-geral do PCP. Gritos ritmados e a algazarra forte dos jovens causaram alguns receios ao proprietário da esplanada, que quis pôr o problema ao microfone. Temia que houvesse estrago. Não tinham razão os seus temores, porque se tratava apenas de alegria, de entusiasmo juvenil, num encontro-diálogo com Álvaro Cunhal. O proprietário apenas tinha razão numa coisa: o espaço era pouco para tanta gente. E muita ficou de fora, tentando seguir as intervenções, rodeando a juventude.

O tempo era pouco. Dali se seguiu para Alhos Vedros, onde o encontro estava marcado com as mulheres da terra, que vimos, muitas delas, saírem das fábricas e toma-

rem o rumo do Centro Cultural Zeca Afonso, construído pela Câmara da Moita e inaugurado em 25 de Abril de 1989. O sol dourava o fim da tarde. E antes da hora já o salão se encontrava repleto de mulheres.

Cá fora, um pequeno espectáculo de mímica mostrava o papel da mulher na família, ironizando o do homem. Os actores Fernando Casaca e Cristina Paiva representavam na campanha CDU «Teatro ao Vivo». E as pessoas concentravam-se em redor do seu próprio retrato...

Mulheres com a CDU

Depois, a sala não dava para as centenas de pessoas que quiseram encontrar-se com Álvaro Cunhal e Octávio Teixeira. Passava das 18 horas e continuava a chegar gente directamente do trabalho. E nisto da política, embora nas iniciativas específicas uma boa parte dos participantes seja representa-

tiva da camada social para a qual cada uma expressamente se realiza, muita outra gente participa. Foi também o caso em Alhos Vedros, com muitos simpatizantes da CDU rodeando as janelas do local, tentando ouvir.

O cabeça de lista da CDU pelo distrito falou em primeiro lugar, em nome de todos os seus companheiros de candidatura. E dirigiu-se especialmente às mulheres de Alhos Vedros que, disse, compreendem e sentem bem as razões para travar a batalha para derrotar o PSD nestas eleições. Octávio Teixeira referiu as condições vividas pelas mulheres que, talvez melhor que os homens, conhecem os resultados da política de direita - o desemprego, os contratos a prazo e o trabalho precário; uma exploração maior que a dos homens, com salários inferiores às necessidades familiares e ao trabalho que realizam; as insuficiências dos centros de saúde; as carências habitacionais.

Lá dentro estavam os jovens. Como não cabia mais gente, a multidão participou cá fora

Mas a mensagem que deixou foi de confiança: há possibilidade de derrotar a direita. E a CDU tem mostrado que sabe governar. Sabe governar concelhos e freguesias. É capaz e sabe governar o País. As palmas estalaram.

Álvaro Cunhal, que também se referiu com conhecimento aos problemas específicos das mulheres do concelho - 700 mulheres foram recentemente despedidas nas confecções na zona de Alhos Vedros -, apontou também a necessidade de uma nova política nacional para que a indústria e os trabalhadores consigam resistir com êxito à concorrência internacional no sector.

A jornada ia ter um encerramento à altura do seu decorrer. Depois de um jantar-convívio na colectividade «Estrela Moitense», com grande participação, o comércio do Barreiro mostrava como tem vindo a crescer o apoio à CDU. Milhares de pessoas, num ambiente de forte apoio, aplaudiram a intervenção de Álvaro Cunhal e de Octávio Teixeira. Uma coisa estava certa - o Barreiro vai votar na CDU.



Alhos Vedros. No encontro com mulheres, os homens também lá estavam



Bobadela. Uma praça cheia

s de Setúbal e de Lisboa

Sábado

Prestar contas

O Sábado amanheceu de chuva. Chegamos a Sesimbra. O mar mesmo em frente era apenas mais escuro que o céu de cinza. Mas no largo onde o encontro estava marcado predominava como sempre o azul jovem, em mais de uma centena de rapazes e raparigas que agitavam bandeiras da CDU, por entre muitas outras centenas de pessoas que aguardavam a visita de Álvaro Cunhal. O dirigente comunista chegou por entre o entusiasmo, e o Presidente da Câmara de Sesimbra, camarada Ezequiel Lino, estava lá para dar as boas vindas.

Em breves palavras, lembrou que, no concelho, há dezassete anos que os comunistas e os seus aliados têm mostrado de que lado estão, resolvendo os problemas da população, dos trabalhadores, dos pequenos e médios comerciantes e industriais. E recordou que, mesmo na véspera, o PS se aliara à direita na Assembleia Municipal... Mais uma razão, expôs Ezequiel Lino, para reforçar a CDU nestas eleições.

Pegando-lhe na palavra, o secretário-geral do PCP acentuou a necessidade desse reforço, de forma a que a CDU esteja em condições de contribuir para uma alternativa democrática. E alertou para a campanha de intoxicação que pretende dar a ideia de que Cavaco tem já a vitória assegurada. Ao contrário, sublinhou, a campanha da CDU demonstra que, fortes e unidos, os comunistas e os seus aliados têm confiança no êxito destas eleições.

Dali, enquanto a chuva voltava, partiu-se para um almoço-convívio no Zambujal, no fim do qual, e depois de curtas intervenções de André Martins, de «Os Verdes», e de Octávio Teixeira, Álvaro Cunhal fez um breve discurso, em que sobressaiu a ideia de uma campanha CDU aberta ao diálogo, a afirmar mas também a receber opiniões e críticas que contribuem para o ajustamento da política às realidades e às aspirações populares.

Prestar contas

Aliás este diálogo esteve sempre presente nos dias em que acompanhámos Álvaro Cunhal. E em muitos lugares em que participaram eleitos locais e também deputados, falou-se do trabalho realizado e não de promessas vãs. A força da CDU, viu-se numerosas vezes, vem-lhe também da obra realizada que os eleitos apresentam ao povo que os elegeu, com a franqueza e a simplicidade de quem não teme pelos compromissos que assumiu. Prestando contas do que se fez e do que não foi possível realizar porque o poder cavaquista o impediu, os candidatos da CDU apresentam-se ao povo com firmeza no projecto e confiança num bom resultado eleitoral.

Assim foi no Monte da Caparica, onde de novo a chuva voltou a parar durante o encontro com a população. Recepção apoteótica. Desta vez, Álvaro Cunhal estava acompanhado por vários candidatos e eleitos locais. José Manuel Maia, vice-presidente da Assembleia da República, os presidentes das câmaras Eufrazio Filipe, do Seixal, e Maria Emília, de Almada, entre outros. E o dirigente comunista, referindo-se a estas e outras presenças lembrou que não era por acaso que os eleitos CDU ali estavam, a olhar de frente o povo que os tinha eleito, não com promessas, mas com trabalho feito.

Na Trafaria foi do coreto - que por acaso tinha as cores da CDU - que falaram. Azul e branco, com a vista do Tejo ao fundo. Aqui, José Manuel Maia, em breves palavras apresentou também as propostas da CDU e ainda o que tem vindo a ser feito. Se hoje a praia da Trafaria volta a ser areal, disse, deve-se às autarquias do concelho e também ao trabalho do Grupo Parlamentar do PCP. E lembrou que este foi o único partido que na AR tem lutado para modificar a situação criada pela instalação da Silopor, cuja poluição e tráfego constituem perigos para a população local.

A tarde aproximava-se rapidamente do fim. Álvaro Cunhal encontrou-se ainda com a população da Charneca, com mulheres, na SFUAP, cujas instalações se encheram, na Cruz de Pau com a juventude, em Palmeira, num jantar com mais de uma centena de pessoas. Setúbal aprontava-se para o comício.

E muda a hora!

E há baile no pavimento molhado da Praça da Misericórdia que já viu outros comícios do PCP e da CDU e agora festeja antes da hora marcada, ao som de música popular. A chuva fina mais não faz do que refrescar o ânimo.

A praça vai-se enchendo. Nunca tanta juventude. Começam os acordes da música do espectáculo que antecede o comício. E aí chegam os bombos, rompendo a multidão. Os jovens pulam aos dois ritmos misturados. A deputada Odete Santos entra no baile, antes de tomar o seu lugar na «mesa» do comício, onde também sobem eleitos e dirigentes locais. Lá estão Carlos Marques, dirigente da UDP, André Martins, de «Os Verdes», Francisco Lopes, do Secretariado e da Comissão Política do PCP, Octávio Teixeira e Álvaro Cunhal.

Intervém José Morais, da Juventude. Hélio Bexiga, da «Intervenção Democrática». Seguem-se Carlos Marques e André Martins. A chuva desaba e ninguém arreda pé.

A hora está a mudar, pensamos. E quando o secretário-geral do PCP intervém e a chuva se trava, achamos também que mais qualquer coisa vai mudar. Anunciaram alguns, diz Álvaro Cunhal, que desta vez a CDU e o PCP apareceriam desanimados e enfraquecidos. Vemos que este Partido e a CDU estão unidos, de pé, firmes, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre com a liberdade e com a democracia.

Álvaro Cunhal encerra a sua intervenção sublinhando a necessidade da convergência dos democratas.



Comício no Cacém. O salão foi pequeno para tanta gente

Domingo

A CDU a crescer

Amanhece com chuva e um ventinho fresco. Mas no largo em frente à Junta de Freguesia de Bobadela-Loures - já o sol abriu para receber uma alegre caravana da CDU. Gente a pé chegava também com bandeiras. Uma multidão se foi juntando, à música da Carvalhosa. De repente, a chuva, que nunca nos abandonou, mas que, curiosamente, abrandou ou se desvanecia quando se iniciavam os encontros e os comícios. Logo uma aberta. E chega Álvaro Cunhal. A aguardá-lo, o presidente da Câmara de Loures, Demétrio Alves, e Jerónimo de Sousa, do Comité Central do PCP, deputado e de novo candidato pela CDU.

É o Presidente da Câmara quem primeiro toma a palavra, afirmando que a CDU está a subir, está a impor-se, que vai ter um resultado que permita defender a democracia e contribuir para uma alternativa democrática. Lembra as reivindicações da população local e do concelho, que não têm sido satisfeitas na íntegra por impedimento da maioria do PSD na Assembleia.

Jerónimo de Sousa dá conta do trabalho do PCP na AR. Prometemos e cumpriamos, afirma.

Álvaro Cunhal salienta o facto de dois eleitos em órgãos diferentes terem ali falado e mostrado como a CDU cumpre os seus compromissos. Uma força que fala verdade e cujos eleitos representam os interesses do povo que os elege.

Seria muito pior...

Agora o Tejo vê-se da outra margem. O pequeno largo situa-se num ponto alto, em Via Rara, Santa Iria da Azóia, e o espelho do rio confundeu-se com a cinza das nuvens. Às janelas assomam famílias. Estalam foguetes. Acorre mais gente. Jovens atletas chegam ali, numa corrida que termina. A caravana aproxima-se, entre aplausos. Álvaro Cunhal, ainda acompanhado por Demétrio Alves e Jerónimo de Sousa, rompe a custo a aglomeração de centenas de pessoas.

O Presidente de Loures conta que a demora se ficou a dever à paragem em Santa Iria, onde a população esperava. E que o entusiasmo dá a ideia do ritmo e da força crescente da CDU. Nesta corrida no pelotão democrático, disse, estamos nos lugares da frente. E apela para que os

democratas avancem todos para a frente, a fim de derrotar a direita.

Natural da freguesia e ali residente, Jerónimo de Sousa fala a seguir. Sobre as promessas dos outros. Sobre o trabalho da CDU, desde sempre apoiada na localidade, uma força que tem honrado os compromissos com o povo e cujas iniciativas não têm ido mais longe por motivo do boicote da maioria PSD.

Álvaro Cunhal, por seu lado, acentua: o mal que Cavaco Silva e o PSD têm feito seria mais que suficiente para os afastar do poder. Mas seria muito pior se continuassem. Governamentalizaram o poder político; pretenderam privar a AR das suas competências; promoveram a guerrilha contra o Presidente da República; contestaram as decisões dos Tribunais. Por outro lado desorganizaram a economia do país com a entrega do SEE a antigos e novos monopolistas e a interesses estrangeiros. No campo social facilitaram os despedimentos, os contratos a prazo, o emprego precário e, de novo, os salários em atraso. Cavaco Silva, que agravaria toda essa política, deve ser afastado pelo que fez e também pelo que faria se continuasse no Governo.

No almoço que espera a caravana em Moscavide, há uma demora. É que vem mais gente do que a organização esperava, as inscrições excederam todas as previsões. Aliás, excedem as previsões quase todas as iniciativas do fim-de-semana. O calor das recepções e o número de apoiantes vai aumentando. No final da refeição tomam ainda a palavra Demétrio Alves e Jerónimo de Sousa. Este diz, referindo-se ao trabalho desempenhado pelos eleitos da CDU, à beira de novas eleições: «É bom olhar para vocês com a consciência tranquila».

O secretário-geral do PCP, saudado por todos de pé, apela a cada um para que, nesta semana decisiva, intervenha mais directamente e mais activamente na campanha.

Unidos e mais fortes

Mais e mais gente. No cruzamento de Linda-a-Velha, o encontro é quase comício. Passa uma caravana do PS, em grande barulheira de buzinas. Serão saudações de amigos nossos por estarmos aqui tantos?, pergunta

Álvaro Cunhal, com alguma ironia. Mas, diz, creio que aqueles que julgavam que o PCP e a CDU estavam enfraquecidos, devem estar muito arreliaados por parecermos confiantes e determinados em conseguir um bom resultado em 6 de Outubro!

Em direcção a Porto Salvo, a viagem faz-se com gente saudando a caravana pelo caminho. A chuva pára de novo, quando se chega ao pequeno jardim onde se improvisa o encontro. Breves palavras, confiança que cresce.

Depois é um breve intervalo. A caravana convive, em Oeiras, numa colectividade, com muita gente.

A seguir é o jantar em Tires, S. Domingos de Rana, uma freguesia de Cascais, aquela parte do concelho que o poder esconde - bairros clandestinos, sem infra-estruturas, longe da fachada luxuosa do litoral.

Na colectividade «Os Vinhais», de novo a enchente. Mais uma vez os lugares disponíveis eram poucos para a afluência. Acaba o jantar em comício, com muita gente de pé e cantares alentejanos à despedida.

No verdadeiro comício, marcado para o vasto salão dos Bombeiros do Cacém, era quase impossível entrar. «Aqui é pequeno para isto», ouvimos dizer a uma mulher que pretendia um lugar na sala. Outras, à porta, comentavam: «A gente não cabe lá. Ainda bem!»

No meio de um entusiasmo caloroso, com uma forte participação de juventude, a casa quase vinha abaixo com os aplausos. Na mesa, além do secretário-geral do PCP e de dirigentes do Partido, encontravam-se candidatos: Luís Fazendas, da UDP, António Gonçalves, da «ID», Luís Cardoso, de «Os Verdes», Inês Fontinha, independente.

Falaram Lino Paulo, vereador CDU de Sintra; António Filipe, da Direcção Nacional da JCP; Inês Fontinha, cujas razões para votar CDU comoveram todos os presentes.

Encerrando o comício e a longa jornada, Álvaro Cunhal sublinhou a necessidade de uma política alternativa. E também a possibilidade real de a concretizar, com o contributo de uma força unida e fortemente coesa na batalha - a Coligação Democrática Unitária.



Comício em Setúbal. Entusiasmo, alegria, confiança na CDU

Comissões de Trabalhadores proclamam:

Em 6 de Outubro os trabalhadores saberão fazer a sua opção

Subscrito pelas Comissões Coordenadoras das Comissões de Trabalhadores das Regiões de Lisboa, Porto e Setúbal, do Sector Bancário, da Indústria Naval e do Sector de Transportes, foi divulgado um comunicado conjunto que analisa a situação actual face às eleições de 6 de Outubro. Dividido em sete pontos, afirma o documento:

1. No quadro da cooperação, solidariedade e troca de experiências, as Comissões Coordenadoras das CT's das Regiões de Lisboa, Porto e Setúbal e dos Sectores da Banca, Indústria Naval e Transportes, reuniram para analisar os traços marcantes da situação política, económica e social a nível sectorial e regional.

2. Apesar da mistificação da realidade resultante da propaganda do Governo e do silenciamento censório de grande parte da Comunicação Social feito à luta e ao protesto social, os trabalhadores são hoje confrontados com sérios problemas respeitantes ao direito à segurança e à qualidade no emprego e ao exercício de direitos individuais e colectivos.

A precarização, os aumentos da sinistralidade no trabalho e a falta de condições de Higiene e Segurança crescem assustadoramente para níveis do antes de 25 de Abril.

3. O encerramento de empresas e a concretização ou a séria ameaça de despedimentos colectivos executados com base no pacote laboral aprovado em 1988, surgem como factor acentuado em várias regiões do País, nomeadamente na região do Vale do Ave, na Automática Eléctrica Portuguesa, na Portline, na Seagate, entre outras.

4. O comportamento táctico do Governo PSD em relação ao pacote laboral merece uma vigorosa denúncia junto dos trabalhadores.

Ao aprovar no mês de Agosto alguns decretos cujos efeitos práticos em termos sociais e laborais só se farão sentir depois de Outubro e simultaneamente ao reter a «flexibilização» dos horários de trabalho de 10 horas/dia e 50 horas/semana, para depois das eleições, o Governo revela um carácter calculista e eleitoralista, traçando a régua e esquadro a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

Os mini pacotes laborais para a CP e RN também têm um calendário.

As maiores ameaças ficaram por concretizar para depois de Outubro.

5. O processo das privatizações e o desmembramento de empresas torna-se cada vez mais escandaloso e menos transparente. Simultaneamente, O Governo dá 45 milhões de contos a velhos monopolistas, enquanto que por exemplo no Banco Fonsecas & Burnay os membros da CT são impedidos de exercer direitos e de receber o seu salário.

À medida que avançam as privatizações mais se acentua a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

6. O movimento das CT's, pelas suas características unitárias, identificando-se embora com os ideais, as transformações e as forças da democracia, não faz apelos directos ao voto dos trabalhadores neste ou naquele partido ou coligação eleitoral.

Mas seria demissionismo não alertar os trabalhadores para o facto de, em 6 de Outubro, ser importante julgar não só o que cada um promete mas também o que cada um fez, ou seja, os posicionamentos assumidos em relação às privatizações às indemnizações aos grandes capitalistas, ao pacote laboral, às exigências dos trabalhadores de redução imediata do horário de trabalho para as 40 horas semanais.

À estabilização governativa, o Governo contrapõe a desestabilização social alargando o fosso das desigualdades.

Se é inequívoca a condenação do Governo PSD e da maioria que o suporta, há equívocos, colaboracionismos e hesitações de forças situadas no campo democrático que terão de merecer dos trabalhadores sérios reparos e justas críticas para evitar a repetição de políticas praticadas no passado, contrárias aos interesses e direitos dos trabalhadores.

Os trabalhadores não aceitam alternância ou simples mudança de estilo governativo.

Reclamam antes uma nova política onde prevaleça a justiça social e o desenvolvimento solidário no plano político, social e cultural.

Importa que o voto dos trabalhadores seja exercido, para além de razões ideológicas, por imperativo de classe.

Votar em que se afirme pela revogação dos pacotes laborais de 88 e 91, pelo respeito e cumprimento da Lei das CT's, pela travagem à fúria privatizadora, por uma política de desenvolvimento harmonioso e de bem-estar que tenha como destinatário o Homem Social, que se afirme pela derrota da direita e conte com a disponibilidade e a participação dos trabalhadores e das suas organizações como componentes e suportes de convergência democrática, é imperativo de quem trabalha, produz e aspira a uma vida melhor.

Os trabalhadores saberão fazer a sua opção.

7. As Comissões Coordenadoras decidiram ainda iniciar a preparação de um novo Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores a realizar no último trimestre de 91 visando encontrar novas formas de coordenação, de acção e de dinamização do movimento das Comissões de Trabalhadores.

Apelo da URAP «Votemos no desenvolvimento da democracia dos consensos e do diálogo constitucional»

«Votemos no desenvolvimento da democracia pluralista, dos consensos e do diálogo constitucional. Votemos contra o sistema monopartidário, tal como sempre o fizeram os democratas e resistente antifascistas no período anterior ao 25 de Abril». Este o apelo lançado pela URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses) num documento agora divulgado onde torna pública a sua posição sobre as eleições do próximo domingo, acto que considera «uma nova consagração do direito e do dever do cidadão».

Depois de recordar o papel que muitos dos seus associados tiveram na luta pelo fim da ditadura e «pelo estabelecimento de uma democracia em que as eleições seriam uma pedra fundamental na consolidação das liberdades», a URAP assinala que no próximo dia 6 o que está em causa é a condenação, através do voto, dos que há quatro anos «diante de uma esquerda dividida» tudo prometeram para logo em seguida enveredarem pelo caminho da consolidação «do poder dos ricos, dos grandes capitalistas e dos interesses mais retrógrados».

Procedendo a um breve

balanço recorda a URAP a este propósito: «Privatizações infundadas foram a par de corrupções encobertas ou negadas pelo governo até à última possibilidade; voltaram os salários em atraso, aumentou o trabalho infantil, afundam-se numa miséria cada vez maior os reformados, institui-se como um «bem» a instabilidade e precariedade de emprego; procuraram apagar o papel legislador da Assembleia da República ordenando à sua maioria de deputados às ordens que entregassem esse poder ao Governo; arruinaram ainda mais a saúde, a educação, a habitação, os transportes, a agricultura, as pescas, os pequenos e médios comerciantes e industriais; deixaram ano após ano incendiar florestas, poluir rios e o litoral; não souberam aproveitar no melhor sentido as imensas verbas que couberam a Portugal, vindos da CEE, por direito do País e não graças a qualquer arte mágica do Primeiro-Ministro ou de qualquer membro do Governo».

Em face deste quadro, segundo a URAP, cabe agora ao povo português, através do voto, «condenar aquele modo de desbaratar dinheiros públi-

cos, de agravar as condições de vida e de trabalho dos portugueses, de contrariar disposições constitucionais, de mergulhar o País em condições ambientais» susceptíveis de provocar grandes desastres ecológicos.

«Cabe aos antifascistas votar em consciência pela concretização dos princípios por que se bateram toda a vida e que têm sido progressivamente torpedeados pelo governo PSD» sublinha ainda a URAP, antes de aconselhar o voto de cada um, «em sua consciência, nos candidatos dos partidos que se opõem aos malefícios da governação de Cavaco Silva e do seu governo».

«Lutámos contra a progressiva governamentalização de toda a vida pública e das suas instituições; não consentiremos que, por meio do acto mais importante da vida democrática, que são as eleições, se vá ainda mais longe e se pessoalize na figura do dirigente que se sobrepõe ao seu próprio partido (o PSD) a governação e o futuro de Portugal. Um tal «salvador», assente no controlo monopartidário do poder, poderá cair nas tentações de um autoritarismo absoluto», conclui o comunicado da URAP.



Barlavento algarvio acolhe Carvalhas com entusiasmo

Carlos Carvalhas foi recebido no Barlavento algarvio com entusiasmo demonstrativo da confiança na CDU, perspectivando um bom resultado em 6 de Outubro. Nem a chuva que caiu durante a tarde fez esmorecer os ânimos dos apoiantes da CDU que compareceram em grande número.

O secretário-geral adjunto do PCP teve em Messines uma recepção calorosa ao som do corridinho e com o estalejar de foguetes pelas muitas pessoas que o aguardavam junto ao mercado. As boas vindas preparadas pelo Presidente da Junta, de maioria CDU, e pelos dirigentes locais do PCP ficaram para depois, o entusiasmo das pessoas envolveu Carlos Carvalhas e continuou durante a visita ao mercado marcada pelas constantes manifestações de intenção de voto na CDU e os incentivos para a luta no sentido de «pôr o gajo de Boliqueime no qhlo da rua». Na despedida Carlos Carvalhas dirigiu-se aos presentes apelando ao voto na CDU «uma força necessária que muitos gostariam de ver enfraquecida porque é uma voz que não se cala,

denuncia e critica, mas que constrói e apresenta soluções para os problemas».

Para Silves partiu uma considerável caravana automóvel onde o tom era dado pela presença da juventude agitando bandeiras e entoando as palavras de ordem da CDU.

Na cidade do Arade Carlos Carvalhas foi recebido junto ao mercado por centenas de pessoas que o esperavam. Se o entusiasmo em Messines surpreendeu os mais cépticos, as dúvidas foram tiradas em Silves. Ao som do acordão e sob o agitar de bandeiras a volta pelo mercado foi «um momento inesquecível», como nos dizia um velho militante de muitas lutas. Ninguém rejeitava a propaganda, muitas foram as palavras de estímulo, flores vermelhas em profusão em punhos erguidos ao som do «Avante Camarada» que o empolgado acordeonista atacou com «alma algarvia».

Uma pausa para um café e o contacto com a comunicação social que acompanhava a caravana. Na altura pudemos ver um panfleto anónimo apelando à abstenção nas eleições do povo

de Silves, enquanto o rio não fosse limpo e o centro de saúde não dispusesse de meios de assistência permanentes.

Houve quem lembrasse a má recepção ao candidato e secretário do Ambiente, Macário Correia, no mercado onde esteve muito pouco tempo e o fracassado comício do PSD, mesmo «trazendo quase tudo de fora». Por vezes há coincidências.

Lá fora estava armado um autêntico arraial, donde foi difícil sair sem ensaiar um pé de dança. A caravana engrossou a caminho de Odiáxere e foi preciso uma boa organização para manter unida, nas congestionadas estradas algarvias, uma caravana com mais de meia centena de veículos.

Durante o almoço em Odiáxere, que contou com a presença de perto de duas centenas de apoiantes da CDU, a chuva fez a sua aparição e marcou o resto do programa da visita. Carlos Carvalhas fez uma breve intervenção onde alertou para as «mistificações da campanha» e afirmou que, «toda a campanha do PSD está centrada no homem-

-espectáculo mas, apesar de todas as sondagens lhe procurarem dar maioria absoluta, Cavaco pode ser o Amor de Perdição do PSD».

Lagos foi a etapa seguinte da jornada por terras algarvias. A chuva forte interrompeu o mini comício. Em Ferragudo a chuva que continuava a cair forte impediu o mini comício ao ar livre. Por deferência da direcção da Sociedade Vencedor Recreativo Ferragudense, realizou-se no salão o encontro com a população local onde foram principalmente abordados os problemas dos pescadores.

Carlos Luís Figueira, membro da CEN e responsável pela organização do Algarve do PCP, segundo candidato na lista da CDU, afirmou que, «o Algarve é também um exemplo da política do PSD que se diz de sucesso, mas tem a sua expressão na precariedade de emprego, no afunilamento das saídas profissionais, no ataque à pesca artesanal, no desprezo de recursos em benefício da especulação imobiliária».

Referindo-se à acção do PS, Carlos Luís sublinhou as suas «hesitações e ausência em toda a actividade política fora do quadro eleitoral, nunca se preocupando com os problemas de quem trabalha e primando pela ausência quando se trata de estar ao lado dos interesses e em defesa dos trabalhadores».

Carlos Carvalhas referiu a «política errada do governo em relação à pesca artesanal» com os fundos comunitários a não serem canalizados para o sector, os problemas da malhagem, os problemas na atribuição de cédulas aos jovens pescadores, dando corpo ao ataque à pesca artesanal.

De Ferragudo a caravana saiu para Lagoa onde se realizou o jantar com apoiantes. Devido ao mau tempo o jantar programado para o ar livre foi transferido para a sala do restaurante que foi pequena de mais para acolher todos os apoiantes da CDU que estavam presentes.

Para Portimão esperava-se, a certa altura, mais chuva e a impossibilidade de se realizar o programado comício. Carlos Carvalhas e os dirigentes da CDU decidiram ir, «ao menos para saudar todos os que estivessem presentes». A chegada da caravana já o músico chileno Julian del Valle cantava no palco, a chuva tinha feito uma pausa.

Carlos Brito saudou as centenas de presentes em nome dos candidatos da CDU e deu notícias de uma campanha «a correr muito bem, com excelente acolhimento», mostrando-se convicto que a CDU continuará a eleger o seu deputado pelo Algarve, «mantendo a sua votação e, por que não, aumentando-a», Carlos Carvalhas voltou a referir as «mistificações» lançadas nesta campanha, à «cortina de fumo lançada para o eleitorado». «Reparem na campanha do PSD — afirmou —, pretendem fazer crer que as eleições são para eleger um primeiro-ministro e não os deputados da Assembleia, o que Cavaco gostaria que se elegesse um coro laranja em que ele fosse o maestro, que não fiscalizasse e ficasse mudo perante os problemas e a corrupção». «Por outro lado — sublinhou — é uma cortina de fumo para esconder aquilo que já tem nas gavetas dos ministérios se conseguisse, de novo, a maioria absoluta, o au-

mento de impostos, mais austeridade, a desarticulação de toda a assistência social para passar aos seguros de saúde».

Em jeito de perguntas a Cavaco Silva, desmontou as promessas feitas por todo o país:

«Se chega a Coimbra fala para os estudantes e promete o fim da PGA. Porque não o fez já, quando detêm há tantos anos a pasta da educação e o mesmo em relação a outros problemas como a habitação. Em 87 Cavaco prometeu fazer de cada português um proprietário, simplesmente canalizou mais de 45 milhões de contos para indemnizações e no OGE não achou quase um tostão para habitação social, com as actuais taxas de juros, a habitação própria só está ao alcance de famílias com recursos acima de média», afirmou.

Depois de criticar a campanha-espectáculo do PSD, centrada num só homem num vazio de ideias, com promessas pelo meio, referiu-se ao PS que, «infelizmente também embarca nas mistificações». «O PS parece que não se dá conta — afirmou Carvalhas — que a direita só será derrotada se forem deslocados os votos dos descontentes com Cavaco e tem passado uma boa parte da campanha a apelar aos votos da CDU quando, não é pela transferência de votos do campo democrático que se derrotará a direita». «Dizemos ao PS que a melhor garantia para uma política de esquerda é o reforço da CDU, o que está em jogo nestas eleições não é saber qual o partido vencedor mas sim saber se é possível uma nova maioria, se os eleitos do PS e da CDU em conjunto serão mais que os do PSD e CDS», concluiu.

Campanha de alegria apostada na vitória

Mesmo com frio e chuva, muita gente se juntou na Praça da Corujeira, em plena freguesia portuense de Campanhã, para conviver, comer farturas e beber um copo ao som da voz do minhoto «Felix», acompanhado da banda «Black Jack», numa festa popular promovida pela CDU na noite da passada sexta-feira, onde, cerca das onze horas da noite, entrevistaram os candidatos pelo círculos do Porto, Carlos Marques (UDP), Raul Castro (ID) e o cabeça de lista Luís Sá.

«Os portugueses querem e vão ter em 6 de Outubro uma nova maioria e é nisso que todos estamos apostados, porque sem essa maioria não podemos participar no país que é o nosso», referiu Carlos Marques que salientou a importância da unidade para vencer a direita, sem deixar de dizer, a propósito das sondagens, que, «quantas mais sondagens dão maioria absoluta ao PSD, mais é certo que o PSD está com medo e que vamos ter êxito».

Depois de saudar a população de Campanhã, Raul Castro interrogou-se sobre a tão apregoada estabilidade que, naquele mesmo dia, levou à greve os

trabalhadores dos CTT e dos Museus, estes com salários em atraso há três meses, que criou uma sociedade com 11 por cento de ricos e muito ricos e 50 por cento de pobres e muito pobres, em que Portugal está na cauda da Europa em matéria de segurança social, faltam 750 mil habitações e, num jornal desse mesmo dia se escrevia que havia no Porto «barracas de cinco contos, trespassadas por 200 contos, onde circulavam ratazanas do tamanho de bebés».

É esta situação que vai ser mudada. «No dia 6 de Outubro verão a força da CDU», disse o candidato da ID, a concluir.

«Campanha de alegria, campanha popular, campanha de vitória», foi como Luís Sá, cabeça de lista da CDU no Porto, definiu a campanha da coligação que, disse, «tem como característica estar com os trabalhadores e o povo».

Depois de afirmar a CDU como «uma força política diferente, criação do próprio povo», Luís Sá lembrou o trabalho desenvolvido pelo eleito da CDU para justificar que o voto na coligação é «um voto com toda a confiança».

Luís Sá lembrou a coligação em Lisboa para reafirmar a necessidade de dar muita força à CDU para alcançar a convergência a nível de alternativa democrática.

«Ao trabalho, porque podemos vencer», foi a mensagem de despedida de Luís Sá em Campanhã.

Prova geral de acesso uma história de índios?

A Juventude CDU realizou na passada sexta-feira, pelas 11 horas, uma acção na Alameda da Universidade, junto à Reitoria, que teve como tema o acesso ao ensino superior e que contou com a presença de um candidato jovem CDU nas listas de Lisboa.

O texto que reproduzimos de seguida foi elaborado para a iniciativa e parece uma história de índios, mas como dizem os jovens CDU «é uma história de todos nós, os índios já conhecemos. Temos agora nas nossas mãos a possibilidade de para o ano contar uma história diferente».

Todos os anos, naquela terra, milhares de índios esperavam ansiosos a entrada na tribo.

A grande caminhada já se tinha iniciado há pelo menos 12 anos, quando na selva todos aprendiam as técnicas de como pescar e caçar melhor do que os outros, pois só 1 em cada 4 poderia entrar mais tarde na tribo.

Depois de tanto esforço, paciência e persistência colocaram-lhes ainda mais uma barreira: era a altura de quantificar e classificar a sua maturidade cultural e capacidade de expressão.

Fizeram então a Prova Geral de Acesso à Tribo, onde lhes perguntavam quantas batalhas fez o Grande Búfalo Sentado quando ele ainda estava de pé; quem ganhou a última sessão da Roda da Sorte. E se não soubessem o nome do sobrinho do segundo filho do Grande Carneiro Deitado seriam excluídos da lista dos convocados.

Cada índio teria ainda de dar 3 peles de bisonte para despejar, em pouco tempo, numa outra prova tudo aquilo que tinham aprendido.

Por fim, aqueles que tiveram sorte entraram para a Tribo Pública. Os outros também gostariam de aprender mais, e para isso ou tinham objectos de grande valor, para tentarem entrar numa tribo privada onde nem sequer há a garantia de boas condições de aprendizagem ou então adiavam o seu futuro um ano mais.

Esta é uma história que todos nós, os índios, já conhecemos. Temos agora nas nossas mãos a possibilidade de para o ano podermos contar uma história diferente.

Convívio e cultura na tarde portuense

Por iniciativa do Sector Intelectual do Porto, foi promovida no passado sábado uma tarde de convívio e cultura, onde foram leiloadas «urnas» de voto.

Três salas comunicantes no edifício da Faculdade de Arquitectura do Porto encheram-se, na tarde do passado sábado, de intelectuais e artistas, num convívio promovido pelo sector intelectual do Porto do PCP, integrado na campanha da CDU, onde houve espaço para a música, as artes plásticas e a intervenção política para além do tradicional cálice de Porto e doces e salgados, conforme

a obra do carpinteiro, uma urna em branco que foi arrematada por 1500\$00.

Animados, os lances sucederam-se e até houve quem se tivesse «picado», fazendo subir a parada. A obra que atingiu o mais alto preço, tinha a assinatura de Jaime Isidoro (111 000\$00) e o leilão rendeu um total de cerca de 800 contos, saindo muita gente com uma urna debaixo do braço, transformada em

Aos artistas pagos a peso de ouro para fazerem campanhas de outros partidos, Luís Sá, cabeça de lista da CDU pelo Porto, contrapôs os artistas que, sem renunciarem à qualidade, participam solidariamente na campanha da coligação.

Depois de referir a recusa de participação em debates por parte do PSD, Luís Sá referiu-se à campanha da

ideias e permite a prestação de contas pelo que temos feito», disse.

A propósito da frase frequente «eu não voto porque são todos iguais», Luís Sá lembraria a necessidade de dignificar a política em Portugal, para todos os que não têm a nossa postura, «uma postura diferente e uma concepção moral da política».

A afirmação recente, por parte de Cavaco Silva, de que «acabou com os salários em atraso», foi lembrada pelo candidato para dizer que «é uma mentira que desacredita quem a diz».

Depois de afirmar que «no campo democrático não há alternativa sem nós», Luís Sá falou da CDU como uma força política que não pretende destruir nenhuma das outras, mas apenas construir a unidade». Unidade que, em parte, já foi conseguida, mas como disse Luís Sá, «queremos ir mais longe». Recusando a bipolarização, não por uma questão de sobrevivência - o nosso futuro está assegurado - mas por coerência na defesa da democracia».

Luís Sá lembrou o profundo compromisso do PCP e da CDU com a liberdade e a necessidade da liberdade entrar pelas empresas e, a propósito, lembrou que é de consenso que a CDU tem sempre mais votos do que sondagens indicam, o que deve fazer pensar nas razões que levam a que pessoas tenham receio de dizer que voto na CDU.

Concepções de cultura...

«Há muitas concepções de cultura, já foram até enumeradas e discutidas dezenas, se não centenas, desses concepções. Do ponto de vista em que me coloco, a cultura está estreitamente ligada ao nível das forças produtivas e das relações sociais de produção, mas não é uma simples emanção passiva», assim introduziu a sua intervenção o Prof. Óscar Lopes.

Depois de salientar que a cultura envolve sempre opções, Óscar Lopes diria que «a opção fundamental da CDU» é «uma opção democrática, pela democracia mais exigente que possamos programar e praticar em Portugal no limiar do séc. XXI».

Depois de aconselhar a leitura, meditação e crítica atentas de textos como o «Programa para uma Democracia avançada no Limiar do Séc. XXI» e o «Projecto de Futuro por um Portugal Melhor», Prof. Óscar Lopes falou das duas alternativas deste fim de século, em Portugal; «ou se demite, como Estado, de um controlo mínimo sobre as forças-chave que detém, desde 1974-75 no processo económico, cultural e social, ou então defende os seus principais apoios de negociação numa democracia efectivamente participativa em que os diversos agentes económico-sociais portugueses, incluindo os sindicatos e as organizações autárquicas e regionais, os partidos e instituições populares, as associações de produção e exercício cultural, tenham uma voz articulada e interveniente».

Referindo-se às declarações de Santana Lopes, que chamou ao período 90-94 «anos de ouro da cultura portuguesa», João Semedo interrogar-se-ia sobre se se trataria de anos de ouro ou anos de chumbo, lembrando que, «das cinco companhias profissionais de teatro, apenas uma conseguiu manter a sua actividade regular, que a Régie-Sinfonia vive em permanente sobressalto e aos solavancos e que a situação na ópera e na dança não é diferente. Que a tão desejada recuperação do Palácio do Freixo e criação de um Centro de Formação e Educação Artística continuam a marcar passo, para além da situação do Museu de Arte Moderna, da degradação em que se arrastam museus, arquivos e bibliotecas da cidade e o do encerramento de algumas salas de cinema».

Citando as «promessas por cumprir e projectos megalómanos (de discutível interesse) do governo de Cavaco Silva, João Semedo afirmou que o PSD e a direita «tomam a produção e os serviços culturais como mercadorias e a cultura como um negócio» para dizer que a «arte e cultura não são apenas um segmento da economia».

«O que defendemos é mais liberdade de comunicação e mais diversidade, mais participação dos agentes culturais... Por isso, no dia 6 de Outubro, a cultura portuguesa também tem alguma coisa a ganhar se o nosso projecto avançar e ganhar um grande apoio».



António Ferro e Pedro Abrunhosa na Tarde de Cultura e Convívio da CDU no Porto

os gostos, que a tarde foi longa.

Começando por vibrar com as sonoridades do agrupamento de jazz em que intervêm, entre outros, os músicos António Ferro e Pedro Abrunhosa, os presentes, entre os quais se encontrava a maioria dos artistas plásticos que emprestaram às quatro dezenas de minituras de urnas eleitorais, com a sua criatividade, a beleza que as transformou em objectos artísticos, ouviram interessados as intervenções dos candidatos da CDU pelo Porto, João Semedo, Óscar Lopes e Luís Sá.

Depois de referir a igualdade como dimensão da democracia, igualdade que não exclui diferença, Luís Sá afirmou que «a CDU quer muito mais liberdade e muito mais democracia para dizer que «podemos e devemos ser a grande força transformadora do futuro e não queremos lutar sozinhos, queremos lutar convosco».

Se a primeira parte da tarde foi conduzida por Rui Lima Jorge, no leilão, foi a altura de Alexandre Falcão entrar a anunciar as obras e, com alguns jocosos, animar o convívio que se prolongou até perto das 20 horas. «Da surpresa das caixinhas à caixinha das surpresas», as obras de quarenta artistas plásticos do Porto foram leiloadas, com base de licitação de 7500\$00, com excepção da primeira, a que chamaram

obra de arte e até houve quem não tivesse mãos para transportar as seis urnas que arrematou...

A terminar, Óscar Lopes exortou «todos os portugueses cultos a que, no dia 6 de Outubro, votem, com toda a confiança, na CDU».

quele partido como «uma campanha de onde escorre dinheiro, mas falta diálogo», lembrando-se a necessidade de investigar onde estão os limites legais para gastos máximos em campanhas eleitorais. «A campanha da CDU é dispendiosa mas com

Jovens armam tendas na Praça da Liberdade

A Praça da Liberdade, no Porto, está coberta de tendas de campismo e cerca de uma centena de jovens rapazes e raparigas e alguns bebés esperam a chegada de «Cavaco Silva» que surge, num carro preto com a inscrição «Estado». «Cavaco» sai do carro rodeado de «seguranças» e logo é recebido entre aplausos pela «população» que tenta tocar-lhe e abraçá-lo. É então que a «segurança» intervém com prontidão afastando as pessoas.

«Meu povo! Hoje estou aqui, porque quando vi esta cidade do topo do comboio que inaugurou a nova ponte de S. João» (aqui o discurso é interrompido por assobios), e prossegue: «como eu dizia, ia no comboio a 20 km à hora, vi muitas baracas e logo pensei: esta cidade tem as melhores casas

populares do País!»! A interrupção desta vez é feita por uma chuva de tomates (autênticos) atirados pelos moradores.

Foi esta a forma que a juventude CDU do Porto adoptou para chamar a atenção para um dos mais graves problemas dos jovens: o da habitação.

Paula Sousa, 23 anos, funcionária sindical, pertence à juventude CDU e, como tal, estava na Praça, a participar na iniciativa jovem.

«A situação dos jovens está péssima», disse a Paula, em conversa connosco. Muitas dificuldades na habitação (ela paga 55 800\$00 de renda por um T1), no emprego, falta de perspectivas de futuro e o problema da droga, são, na opinião da Paula, as condições que

o Governo criou para os jovens portugueses.

E ainda falando de jovens, a Paula diz que «há os informados e os que não estão, e que há muitos jovens que andam nas caravanas de outros partidos, concretamente do PSD, e que não têm ideias políticas». E justifica: «em determinada idade, na adolescência, os jovens podem ser e são muitas vezes, motivados a aderirem a um partido político que está na moda, para não serem rejeitados».

À nossa pergunta se era assim na CDU, a resposta, serena, é de que «a juventude CDU é diferente — lutamos por aquilo que sabemos querer, temos consciência do futuro que queremos que é, sem dúvida, o contrário do perspectivado pelo actual Governo».

«Ser jovem é duro, neste

momento é bastante duro, porque há muitas más tentações. O que queremos? Habitação, emprego, saúde, paz, educação e cultura. É tão caro o acesso à cultura... Os livros são caros, os ciclos de cinema ou teatro inacessíveis. É difícil criar um colectivo nesta sociedade selvagem de individualismo e competição desenfreada...» É o desabafo da Paula.

«E os jovens?», interrogava o jovem candidato da CDU pelo Porto, o estudante «Chalana», na sua intervenção na Praça da Liberdade, na tarde da passada sexta-feira — «Os jovens têm acesso à habitação? Cavaco Silva diz que sim e que quer ser julgado pelos portugueses em 6 de Outubro. Vamos avaliar a sua acção governativa e va-

mos concluir que os jovens não têm direito à habitação». E «Chalana» perguntou como é que, desempregados, ou com trabalho precário e baixíssimos salários, ou no início de uma carreira profissional, podem os jovens pagar alugueres de dezenas de contos ou as prestações idênticas para aquisição de casa própria a que acresce a possibilidade de dispor de avultada quantia para a entrada inicial?

A acção da juventude CDU do Porto, que fez parar e observar a «cena» muitos dos transeuntes que circulavam na Praça, terminou com o apelo ao voto na coligação, «única força política que tem a consciência tranquila pela actividade desenvolvida no Parlamento e nas autarquias e por isso justifica o voto com toda a confiança».

TRABALHADORES

Salários em atraso na Função Pública

A comissão executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública revelou em 24 de Setembro uma lista de salários em atraso (três meses) devidos a 114 trabalhadores de museus e palácios.

Da lista, que não é exaustiva e se peca é por defeito — refere a direcção da

FNSFP — constam o Museu do Traje (6 trabalhadores); Museu do Teatro (4), Museu de Arte Antiga (12), Mosteiro dos Jerónimos (5), Convento de Mafra (4), Palácio da Ajuda (7), Palácio da Pena (13), Palácio de Queluz (6), Panteão Nacional (5), Convento de Cristo em Tomar (10), Museu de Évora (4),

Museu de Arqueologia (6), Museu Soares dos Reis (13), Museu da Nazaré (2), Museu das Caldas da Rainha (2), Museu de Alcobça (1), Museu de Aveiro (6) e Museu Machado de Castro (8).

Estes e outros problemas laborais, que a Federação considera graves, estiveram na origem da recente greve de três dias, em 25, 26 e 27 de Setembro findo.

Entretanto, a FNSFP e os sindicatos do sector faziam circular um prospecto sobre o que se passa na Função Pública em matéria de anomalias sociais. Durante uma concentração de 24 horas diante da sede do Conselho de Ministros, os activistas e dirigentes sindicais fizeram saber que:

«Há milhares de trabalhadores da Função Pública a ganhar 40 200 escudos;



A porta do Primeiro-Ministro na semana passada

«O ordenado médio de um trabalhador da FP com 20 anos de serviço é de pouco mais de 60 contos mensais;

«Cavaco Silva prometeu uma "reforma profunda" do sistema de vencimentos na Função Pública e, na prática, esse novo sistema resultou em aumentos médios da ordem dos 5 por cento;

O mesmo Cavaco Silva

«prometeu durante quatro anos revalorizar as carreiras profissionais em toda a Administração Pública e continuamos a mesma;

«Há milhares de nós (trabalhadores da FP) que há 10, 15 e 20 anos estão na mesma categoria profissional a aguardar que haja vaga e abram os concursos para sermos promovidos;

«Se queremos valorizar-nos profissionalmente, te-

mos que pagar os cursos profissionais do nosso bolso;

«Se, por exemplo, não há pessoal suficiente nas escolas e nos hospitais, é porque estão há vários anos congeladas as admissões na Função Pública;

«Portugal continua a ser o país da CEE com menos funcionários públicos por milhar de habitantes;

«O Governo ignorou a sua obrigação de negociar com os sindicatos, de tal forma que levou à sua condenação pelo Provedor de Justiça;

«O Primeiro-Ministro, que tanto fala de diálogo, nunca quis receber os sindicatos da Função Pública para tratar destes problemas.»



O primeiro ano de actividade da ASPP (Associação Socio-Profissional da PSP), «em plena legalidade», como afirma em comunicado recente a sua direcção nacional, ficou reduzido «a um generalizado e crescente descontentamento, gerador de uma instabilidade de facto, em nada condizente com a estabilidade propagandeada a todo o custo», prossegue o comunicado da ASPP que acusa nomeadamente o Governo de «dar o dito por não dito» quando o Ministério da Administração Interna não dialoga com a ASPP por esta não ser um Sindicato. (Na foto: Manifestação em Lisboa, organizada pela ASPP)

Manifesto da CGTP-IN. Por ocasião do seu 21.º aniversário, a CGTP publicou um manifesto. Assinado pelo seu Conselho Nacional, o documento, depois de esboçar um panorama nacional onde são referidos atrasos estruturais de vulto e outros traços negativos, como o ressurgir dos salários em atraso, o crescimento do emprego precário, a fraqueza crescente do aparelho produtivo, os desequilíbrios regionais e da situação social, destaca que «hoje, como ontem, é necessário assegurar uma mais justa distribuição do rendimento nacional, conseguir uma maior justiça fiscal e reduzir as desigualdades sociais». A proximidade das eleições legislativas «coloca-nos perante responsabilidades acrescidas de modo a que todos os trabalhadores participem e votem no próximo acto eleitoral, no sentido de se concretizarem as aspirações inscritas na plataforma reivindicativa da CGTP-IN». Dessas eleições deve resultar, segundo o manifesto, «um Governo que assuma uma política que concretize e dê resposta» às aspirações dos trabalhadores de que o documento se faz eco.

«Diário Popular». O Sindicato dos Jornalistas informou que os trabalhadores do «Diário Popular», encerrado no último sábado, publicarão durante esta semana um «jornal de luta» em que denunciarão o processo que conduziu ao encerramento daquele diário, lançando no desemprego 73 trabalhadores.

Dia do Mar. Os sindicatos ligados às actividades marítimas, designadamente a Federação dos Sindicatos do Mar, ao saudarem o «Dia Mundial do Mar», lamentam que em Portugal o lema deste ano (Segurança dos Passageiros e Tripulações a Bordo dos Navios) «não mereça do Estado um conjunto de medidas que passam, nomeadamente, pela implementação de um serviço eficaz de busca e salvamento marítimo, à semelhança de outros Estados da Comunidade Europeia, e pela atribuição de responsabilidades de fiscalização da segurança marítima a quem tecnicamente tenha competência para o fazer». O Governo é acusado de não ter ouvido «as organizações sindicais representativas» sobre as comemorações». Além da FSM, assinam o comunicado de 26 de Setembro o SMMCM, o SMMP e o SOEMMM, tudo sindicatos do sector.

Festa sindical. Ao completar 50 anos, o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares (antigo Sindicato dos Contínuos e Porteiros) anunciou para 29 de Setembro findo uma festa comemorativa no Parque do Instituto de Agronomia, à Ajuda em Lisboa.

Têxtil Trabalhadores protestam no Porto

Largas centenas de trabalhadores da indústria têxtil concentraram-se no Porto em 1 do corrente junto à delegação do Ministério do Emprego e Segurança social. A acção de luta contra a situação dramática que o sector atravessa incluiu também anteontem uma concentração em frente à sede da associação patronal ANITAF.

Dessa situação dramática é exemplo a fábrica Ideal,

de Coimbra, que emprega 500 trabalhadores e se encontra à beira do colapso.

Segundo a Federação FESETE, estas acções sindicais destinam-se a «exigir a retomada das negociações contratuais e o cancelamento do anunciado lock-out», que a CIP alegou recentemente como medida para pressionar o Governo. Como se sabe, o lock-out é ilegal. Os sindicatos consideraram-no, em moção

aprovada no Porto em 23 do corrente, «um acto criminoso punível com prisão até 2 anos».

A concentração de anteontem no Porto foi convocada para obter satisfação quanto à forma das negociações, por novos salários em 1 de Outubro, pelas 40 horas, pela viabilização das empresas, pela reestruturação e modernização das empresas do têxtil, vestuário, peles e calçados em Portugal.

Salários e emprego A não haver mudanças a pressão aumentará

O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, disse aos jornalistas na semana passada que se aproxima «uma época de grande pressão sobre os trabalhadores portugueses» de que é exemplo desde já «a tentativa por parte do patronato de congelar os salários do sector têxtil». (Ver esta página.)

Em conferência de imprensa, efectuada depois de uma reunião dos dirigentes da Inter, Manuel Carvalho da Silva disse que é «vergonhoso» o facto de os salários do têxtil (30 por cento

da indústria nacional) serem os mais baixos da Europa comunitária.

«Os nossos trabalhadores dos têxteis ganham menos que os da Coreia do Sul, Hong-Kong, Formosa ou México», sublinhou o coordenador da CGTP. Para Carvalho da Silva, o pequeno aumento do emprego registado no sector «não foi real».

Esse ligeiro aumento enquadra-se em empresas de economia clandestina, utilizadoras de fundos comunitários, «sem quaisquer pers-

pectivas futuras», acrescentou.

Na reunião de 30 de Setembro a comissão executiva da CGTP-IN concluiu ser necessário e urgente aumentar os rendimentos mínimos dos portugueses no que respeita a salários e pensões de reforma. «Há demasiada gente a ganhar muito pouco», referiu.

Quanto à Cimeira sindical com as centrais espanholas, o coordenador disse que a CGTP-IN se empenha para que ela se efectue «o mais rapidamente possível».

Greve nos EFFAS

Depois de um ano de negociações sem resultado, os trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas decidiram-se pela greve em 1 deste mês.

Em 27 de Setembro findo, o Sindicato acusava o Ministério da Defesa de não resolver os problemas do sector e de se manter «intransigente» quanto às propostas apresentadas pelos trabalhadores dos EFFAS.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e o pessoal dos mesmos estabelecimentos, que se reuniram em plenário por todo o País em 24, 25 e 26 de Setembro, além da paralisação de 1 de Outubro, aprovaram uma concentração no mesmo dia em frente ao Ministério da Defesa Nacional em Lisboa.

Estão em causa matérias como a redução do horário de trabalho, revisão das tabelas salariais, reestruturação de carreiras e dos EFFAS, bem como, entre outras reivindicações, «a suspensão imediata do encerramento» de alguns sectores.

NACIONAL



Titular da pasta agrícola não honra compromissos

— acusa a CNA

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) acusou o titular da pasta da Agricultura de «não honrar a sua palavra com a lavoura» ao não implementar, designadamente, o esquema de intervenção de vinho para a «queima» que deveria ter entrado em vigor, de acordo com o prometido, no início de Setembro.

Por cumprir, de acordo com um comunicado da direcção da CNA, está também a promessa feita de que os 30 escudos de subsídio de gasóleo aos agricultores passaria a ser deduzido à boca das bombas de gasolina do mesmo modo que ainda não se procedeu ao pagamento integral por parte do INGA, tal como foi garantido, dos subsídios de ovinos e caprinos relati-

vos às campanhas de 1990 e 91.

Estes atrasos levaram já de resto a diversas movimentações dos agricultores nalguns pontos do País, nomeadamente no distrito de Vila Real onde plenários e concentrações reuniram mais de um milhar de produtores nos concelhos de Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Chaves e Vila Pouca de Aguiar.

Particularmente sentido na região é o problema de milhares de vitivinicultores e suas famílias, muitos deles à beira do desespero, a braços com uma boa produção vinícola que não têm onde armazenar já que as pipas e tonéis continuam repletos com vinho da colheita de 1990.

Esta situação levou inclu-

sive a que fosse marcada para ontem, quarta-feira, uma acção de protesto de toda a região de Basto, para a qual estava previsto, entre outras formas de luta, o despejo de pipas de vinho em plena rua.

Na base do descontentamento dos homens do campo, segundo a CNA, que continua a aguardar pelo audiência há muito solicitada ao ministro da Agricultura, estão ainda as dificuldades no escoamento de outros produtos, e o que consideram ser a «vilipendiação dos preços da carne de novilho, cereal, e leite».

Motivo de apreensão, para os agricultores, é ainda a forma como está a decorrer a atribuição da quota leiteira e a não implementação

do esquema de funcionamento da atribuição do subsídio de gasóleo.

Meda ameaça com boicote às eleições

Agricultores do concelho de Meda afirmaram, entretanto, no final da passada semana, que poderão boicotar as eleições legislativas em várias freguesias caso o Governo não garanta, dentro de uma semana, o escoamento a preços compensadores de produtos agro-pecuários.

A decisão foi tomada no decorrer de uma concentração de agricultores realizada no mercado semanal de Trancoso, por iniciativa da Associação de Agricultores do Distrito da Guarda, com o apoio da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Cerca de duas centenas de agricultores aprovaram e entregaram uma moção na delegação local do Ministério da Agricultura onde exigem a «intervenção imediata do vinho para a queima» e reclamam o escoamento dos cereais e preços igual para todos os produtores, a baixa de preços dos factores de produção e das taxas de juro do crédito agrícola que, em Portugal, dizem, são os mais caros da comunidade europeia.

O aumento das pensões e reformas para «níveis iguais aos dos trabalhadores da indústria» foi outra das reclamações ouvidas no decorrer da concentração, oportunidade aproveitada pelos dirigentes da Associação de Agricultores do Distrito da Guarda para exigir também

PCP solidário com agricultura

A situação nas áreas de produção de tomate e dos cereais praganosos e, bem assim, nos sectores agrícolas da produção de arroz e da criação de gado bovino, constituem um retrato fiel da política governamental para o sector e do flagrante contraste entre as suas promessas e actos.

Quem o afirma é o organismo responsável do PCP pelos concelhos sul do distrito de Setúbal, num documento divulgado à comunicação social onde, simultaneamente reclama do Governo uma política «consentânea com os interesses dos produtores agrícolas e o bem-estar das populações rurais».

No caso dos pequenos e médios orizicultores, «forçados a colher e a vender o arroz sem que até à data o Governo tenha publicado a tabela de preços» a sua situação económica e financeira vê-se ainda agravada pela circunstância de não terem recebido grande parte do dinheiro relativo à produção de 1990.

No comunicado, os comunistas do distrito de Setúbal chamam a atenção, ao contrário do que o Governo pretende fazer crer, não só não aliviou o preço ao consumidor como até o agravou, «criando ao produtor uma situação insustentável e causadora de fortes perturbações».

«O desenvolvimento da agricultura e a melhoria do bem-estar social e económico dos agricultores — salienta por fim a nota do organismo intermédio de Direcção do Sul do distrito de Setúbal do PCP — necessitam de uma política de diálogo e de medidas que contribuam para retirar o sector agrícola do atraso em que se encontra e possa enveredar decididamente pelo caminho do desenvolvimento e do progresso».

Dia da Música sem S. Carlos

A cumprir-se o pré-aviso de greve entregue pelo Sindicato dos Músicos sexta-feira passada, os instrumentistas do Teatro Nacional de S. Carlos não participam no espectáculo dedicado ao Dia Mundial da Música em Lisboa.

Para 1 de Outubro estava previsto, segundo a Lusa, um concerto no Cinema Império com a participação da orquestra do S. Carlos, mas o Sindicato dos Músicos acusa o conselho de administração desta Sala de não ter apresentado uma declaração escrita das suas intenções perante a «crise que há

longo tempo se tem vindo a agudizar» no mesmo Teatro.

No centro do protesto estão, não os aumentos salariais, mas, de acordo com o que Rosa Ventura, dirigente do Sindicato, disse à Lusa, as «condições de trabalho» dos instrumentistas, sobretudo quanto ao preenchimento de vagas e nomeação de um director musical para a orquestra.

O Sindicato dos Músicos planeou para comemorar o Dia Mundial da Música, entre outras iniciativas, a deposição de uma coroa de

flores no «mausoléu das instituições musicais portuguesas: a Secretaria de Estado da Cultura».

Estava prevista também sexta-feira passada a entrega de um caderno reivindicativo e de um abaixo-assinado de protesto contra a extinção da orquestra do S. Carlos.

Assinam, segundo a Lusa, mais de cem pessoas. Entre elas Fernando Lopes-Graça, Jorge Peixinho, Eunice Muñoz, Carmen Dolores, José Saramago, David Mourão-Ferreira e Natália Correia.

um diálogo sério para a resolução dos problemas dos homens do campo da Beira Alta, designadamente nos sectores do vinho, gado, leite, cereais, hortofrutícolas e madeiras queimadas.

Em Aveiro apelo à reflexão

Escoamentos a melhores preços, fim das importações e combate à especulação, baixa dos preços dos factores de produção e diálogo sério do governo com as associações representativas dos agricultores, tais são, também, no essencial, as

reclamações da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA), tornadas públicas em comunicado da sua direcção.

No documento, onde se salienta que a situação da agricultura está cada vez mais difícil — «vendemos tudo cada vez mais barato mas os consumidores compram tudo cada vez mais caro», —, a ALDA deixa um apelo aos seus associados e a todos os agricultores para que procedam a uma reflexão nestas eleições «de forma a não permitirem que nos tornem a vida ainda mais difícil».

Comboios de alta velocidade na rota da integração

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Política Industrial do Parlamento Europeu aprovou no passado dia 26 de Setembro um parecer do deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, sobre a proposta de decisão do Conselho relativa ao desenvolvimento de uma rede europeia de comboios de alta velocidade.

O parecer introduz algumas alterações à proposta inicial, designadamente no que se refere à necessidade de desenvolver o transporte ferroviário como meio para «a completa integração na Comunidade de países e regiões periféricas». Neste contexto, propõe-se que o Conselho legisle, antes do final de 1992, por forma a definir «por um lado, o programa da futura rede de comboios de alta velocidade, que é essencial para promover os adequados serviços às áreas periféricas e inacessíveis da Comunidade, particularmente para Portugal, Espanha, Grécia, Sul da Itália, Norte da Escócia e Irlanda e, por outro lado, o calendário para os próximos quinze anos no que respeita aos eixos a que dar prioridade para a ligação da Comunidade com a Europa Central e de Leste».

No seu parecer, o deputado Sérgio Ribeiro recorda que o desenvolvimento do transporte ferroviário na Comunidade tem assentado em três sectores básicos: uma política activa dos Estados membros para promover o seu transporte ferroviário no contexto das suas necessidades específicas; a aplicação de tecnologias próprias, nem sempre compatíveis; e uma rede de infra-estruturas. Da conjugação destes, resultaram as condições actuais do transporte ferroviário que não lhe permitem a participação, no mercado interno, em pé de igualdade com outros modos de transporte. A propósito, recorda-se que a parcela do transporte ferro-

viário caiu de 36,2 por cento em 1965 para 21,5 por cento em 1987, no respeitante ao total do transporte internacional de mercadorias, e de 13,2 por cento para 7,4 por cento no respeitante ao total do transporte de passageiros no mesmo período.

Para inverter esta situação, a proposta em causa visa em particular a criação de uma rede de infra-estruturas e a respectiva compatibilidade técnica. Dos problemas daí decorrentes salienta-se a necessidade de uma «rede transeuropeia» e a definição das suas formas de exploração.

Lembra o parecer do eurodeputado do PCP que a existência de uma anterior decisão do Conselho de Ministros dos Transportes «é a de que os transportes ferroviários podem continuar a ter o estatuto de serviço público mas os operadores privados ou públicos que desejem oferecer "serviços internacionais" entre os Estados membros passariam a ter o direito de utilizar as redes de infra-estruturas de outros Estados membros para o seu material circulante». Para Sérgio Ribeiro, para que esta decisão venha a tornar-se efectiva «uma rede pan-europeia terá de existir».

Entre outros aspectos, o relator do parecer fez ainda notar que «para que os comboios transfronteiriços se tornem correntes no transporte comunitário, a harmonização das barreiras técnicas exige um esforço sério», estimando a comunidade dos transportes ferroviários que deverão ser assegurados dois mil milhões de Ecus por ano, durante dez anos, pelos fundos da Comunidade, só para harmonização técnica. Se se tiver presente que este custo, indispensável, representa apenas uma pequena parte do custo total do projecto, compreende-se facilmente a necessidade de uma abordagem integrada para o financia-



Os comboios de alta velocidade devem contribuir para a plena integração europeia dos países limítrofes da comunidade

mento da rede de comboios de alta velocidade, a qual, segundo o deputado comunitário, se deverá basear num «plano-projecção das necessidades futuras, que deverá actualizar permanentemente as diferentes situações de cada projecto do plano geral adoptado ou das ligações-chave em falta». Foi tendo presente esta preocupação que o relator propôs - e a Comissão dos Assuntos Económicos aprovou - que as autoridades orçamentais da Comunidade sejam convidadas «a tornar possível, ao reverem as suas perspectivas financeiras, créditos orçamentais suficientes para o desenvolvimento da rede comunitária de comboios de alta velocidade». E também que no decurso dos próximos dez anos tais créditos sejam «incluídos em artigo separado do orçamento comunitário».

Assembleia ACP/CEE pede ajuda de urgência para Angola e Moçambique

O aumento da ajuda humanitária e de urgência a Angola e Moçambique foi pedido na passada sexta-feira, em Amesterdão, pela Assembleia Paritária ACP/CEE.

A Assembleia, que reúne 69 parlamentares europeus e representantes de 69 Estados de África, Caraíbas e Pacífico, congratulou-se com o acordo de paz assinado entre o governo de Angola e a Unita, bem como com as iniciativas para a paz em Moçambique, embora considere «deploráveis as manobras realizadas pela Renamo no quadro das negociações de paz

em curso com o governo de Moçambique».

Reunida de 23 a 27 de Setembro, a 13ª Assembleia Paritária ACP/CEE debateu questões relacionadas com a miséria e a fome nos países em desenvolvimento, a situação na África do Sul e Austral, a democracia e o desenvolvimento, a dívida dos países ACP, serviços e desenvolvimento, o comércio intra-ACP, entre outros.

O eurodeputado do PCP, Barros Moura, que participou na reunião em representação do Grupo Coligação de Esquerda, fez intervenções so-

bre os três primeiros temas, bem como sobre a imigração e direito de asilo dos originários ACP na Europa.

No final dos trabalhos, a Assembleia aprovou uma resolução exortando o governo sul-africano a tomar medidas de urgência para pôr termo à violência no país e preconizando a despolitização das forças policiais. O texto considera que a violência e a intimidação constituem duas das principais ameaças ao processo de negociações na África do Sul.

De salientar, por outro lado, a aprovação de uma resolução defendendo uma nova constituição para a África do Sul, na base do princípio «um homem, um voto».

A Assembleia aprovou igualmente uma resolução advogando a anulação total da dívida externa dos países ACP, como forma de combater eficazmente os problemas decorrentes da fome e da miséria, os quais têm vindo a contribuir «de forma impiedosa» para o aumento do subdesenvolvimento estrutural daqueles países. Essencial para o desenvolvimento foi também considerado o processo de democratização em curso nos ACP, no âmbito do qual foi salientada a importância do papel das mulheres.

A sessão aprovou ainda uma resolução sobre a não proliferação e exportação de armas para os ACP.

(Des)União Política em Bruxelas

A Presidência holandesa da CEE retirou na passada segunda-feira a sua proposta de tratado de União Política Europeia, face aos protestos generalizados que a mesma provocou na maioria das capitais europeias. Reunidos em Bruxelas em conferência intergovernamental, os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE confirmaram a sua oposição ao texto da proposta holandesa, considerado uma «subversão» da anterior proposta apresentada pelo Luxemburgo que serviu de base às negociações e deveria, em princípio, culminar com a assinatura do tratado

de União na cimeira de Maastricht, em Dezembro.

No centro da polémica está o importante reforço do Parlamento Europeu preconizado pela Holanda, designadamente através da instituição de um procedimento de co-decisão com o Conselho de Ministros da CEE, bem como a possibilidade de a Assembleia - único organismo eleito da Comunidade - rejeitar a legislação aprovada pelos Doze nos mais variados domínios (o direito de veto). A proposta, que contou apenas com o apoio explícito da Alemanha, previa que o Parlamento Europeu pudesse

vetar, por maioria absoluta dos seus membros, todas as decisões do Conselho de Ministros adoptadas por maioria qualificada. Um aspecto que contou com a oposição de Portugal, Reino Unido, Dinamarca e França, mais favoráveis à proposta do Luxemburgo - Comunidade Económica, Política Externa e de Segurança comuns e Cooperação Judiciária - do que à tese de um Tratado único.

Para o presidente da Comissão, Jacques Delors, parece no entanto não haver razão para tanta polémica. Considerando que a Holanda «tinha todas as razões para

apresentar uma proposta deste tipo» atendendo às inúmeras divergências existentes sobre a matéria, Delors é de opinião que «os dois textos não são assim tão diferentes, dado que a Holanda retomou 80 por cento do conteúdo do seu predecessor». «Isto é uma guerra de religião - disse - em que as pessoas preferem discutir a forma em detrimento do conteúdo».

Desdramatizando a situação, Jacques Delors afirmou que «há que começar a discutir a substância», pois «os problemas permanecem e os compromissos e as soluções continuam por encontrar».

Com efeito, a cerca de dois meses da cimeira de Maastricht, os dois processos em curso - a realização da União Política e da União Económica e Monetária - estão longe de reunir o consenso necessário para que os respectivos Tratados sejam assinados em simultâneo, como previsto. O chanceler alemão Helmut Kohl tem afirmado repetidamente que só assinará o Tratado da UEM em Maastricht se ao mesmo tempo se verificar acordo sobre a União Política. Após a reunião da passada segunda-feira, tal acordo parece cada vez mais distante.

Palestina

OLP decide participação na Conferência de Paz

O Conselho Nacional Palestino (CNP — Parlamento no exílio) mandatou o Comité executivo da OLP para negociar os termos de uma participação palestina na conferência de paz para o Médio Oriente proposta pelos Estados Unidos.

O Comité executivo deverá consultar o Conselho central da Organização para a Libertação da Palestina para qualquer «decisão final à luz do interesse nacional palestino».

Uma decisão tomada em Argel, no 20.º Conselho Nacional Palestino, nestes dias reunido em Argel, e que foi motivo de grande polémica.

A ideia de reunir uma conferência de paz para pôr um fim ao conflito israelo-árabe e resolver o problema palestino, foi pela

primeira vez avançada pela URSS, há cerca de vinte anos. Tratava-se então de uma conferência internacional, sob a égide da ONU, para a aplicação de todas as resoluções respeitantes à Palestina.

Anos depois, em 1984, tal ideia é retomada pela França, de acordo com a URSS, e posteriormente pela CEE e pelos países árabes.

Israel sempre rejeitou este projecto de uma conferência internacional, que iria obrigar à evacuação dos territórios ocupados pela força na Palestina, Síria e Líbano. Até há bem pouco, os Estados Unidos apoiavam de facto a posição de Israel.

A reunião agora proposta pelos Estados Unidos tem um carácter muito mais limitado. Será uma conferên-

cia regional, limitada a Israel e aos países árabes, em que a participação palestina tenderá a processar-se em termos restritivos.

A ONU não desempenha nenhum papel, a CEE cinge-se ao estatuto de observador. Os EUA e URSS deverão participar apenas, directamente, nas cerimónias de abertura.

Mesmo neste quadro — em que uma das componentes mais graves é a política acelerada por Tel-Aviv de colonização dos territórios ocupados, tentando assim criar situações de facto — o problema palestino está entretanto bem presente, independentemente da vontade de alguns dos participantes e promotores. É uma questão incontornável, como no fundo está a ser reconhecido por Washington.

O debate em Argel, no 20.º Conselho Nacional Palestino, reflectiu todas estas questões, tal como, naturalmente, os diferentes posicionamentos de sectores distintos da OLP. Para o dirigente da OLP, Yasser Arafat, a questão essencial não está na forma que irá assumir a representação palestina. Mas sim na necessidade de obter garantias quanto a quatro pontos fundamentais: qualquer solução deve passar pelo respeito pelas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança; devem ser assegurados a retirada dos israelitas dos territórios ocupados, a suspensão imediata da colonização e o direito à autodeterminação; o estatuto de Jerusalém deve ser discutido; os representantes palestinos serão designados pela OLP.

A opinião dos comunistas palestinos

No complexo debate que se vem desenvolvendo no seio da OLP, quanto à participação na conferência de paz promovida pelos Estados Unidos, qual a posição dos comunistas palestinos?

Aqui reproduzimos parcialmente as respostas do físico palestino Taysir Aruri, membro do Bureau Político do Partido Comunista Palestino, ao jornal do PCF, «l'Humanité».

Taysir Aruri sublinhou, como **garantias importantes para o povo palestino, quatro questões fundamentais.**

— A primeira de todas, é o reconhecimento por parte de todos os participantes, e em especial dos Estados Unidos, da existência do povo palestino e do seu direito à autodeterminação. Quando falamos de povo palestino, deve ficar claro que consideramos todos os Palestinos que vivem nos territórios ocupados da Cisjordânia, de Gaza e de Jerusalém, assim como da diáspora, sejam refugiados ou deportados.

Em segundo lugar, a conferência de paz deve reunir-se para debater os meios de aplicar as resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a Palestina e não para discutir o seu conteúdo. Isto também deve ficar claro. É preciso que os israelitas se retirem de todos os territórios ocupados, incluindo Jerusalém. Quanto ao problema dos refugiados, deve ser resolvido de acordo com as resoluções n.º 194 e 195 do Conselho de Segurança que garantem, para os Palestinos da diáspora, o direito de escolher entre o regresso e uma compensação.

Em terceiro lugar, os Palestinos devem ter o direito de escolher o seu representante legítimo, a OLP, e a OLP deve poder designar os Palestinos que negociarão em seu nome. Temos o direito de escolher qualquer palestino, seja de Jerusalém ou de outro lado qualquer. Ninguém pode opor um veto à nossa delegação, nem os Americanos nem Israel. Senão, porque não teríamos nós também o direito de veto sobre a composição das outras delegações?

Em quarto lugar, insistimos em que a Conferência discuta tanto o conflito israelo-árabe como o israelo-palestino. Baker insiste em que os dois problemas sejam tratados separadamente. Não estamos de acordo, toda a gente sabe que os dois problemas estão ligados.

Uma outra questão central: **Estará a OLP em condições de fazer com que os Americanos aceitem a sua delegação?**

— Os Americanos, tal como os Israelitas, insistem actualmente em ter à mesa de negociações Palestinos dos territórios ocupados sem quaisquer etiquetas. Mas é claro que estes não irão negociar sem o acordo da OLP. Mostraram-no todos os encontros realizados entre a delegação palestina e James Baker. É por isso que actualmente os Americanos pressionam a OLP, porque precisam de pessoas representativas. Por isso pensamos que é possível.

FRANÇA

Manifestação de agricultores

Domingo passado as ruas de Paris foram invadidas por muitos milhares de agricultores de toda a França (a imprensa refere 200 mil). Objectivo — divulgar as razões da sua luta e pressionar o governo para que seja alterada uma política agrícola que está a ter consequências catastróficas para a vida dos que trabalham na agricultura e na pecuária.

A manifestação foi precedida de vendas e provas de produtos regionais nos 20 bairros administrativos de Paris, o que permitiu um diálogo com os cidadãos, que nomeadamente ficaram a saber que os agricultores franceses não têm reforma nem segurança social.

De entre as principais reivindicações dos agricultores destaca-se: uma reforma da

política agrícola que permita um aumento dos rendimentos, uma reforma do sistema de segurança social, ajuda financeira ao sector da criação de gado (através de subsídios e de créditos sem juros), sanções contra a desertificação.

Esta jornada de luta foi organizada pela Federação Nacional dos Sindicatos das Explorações Agrícolas (FNESA) e o Centro Nacional dos Jovens Agricultores (CNJA). Também o MODEF (Confederação Nacional dos Sindicatos das Explorações Agrícolas), lançou um apelo à mobilização e participação na manifestação de Paris.

Como pano de fundo destas grandes movimentações dos agricultores franceses, está a política que tem

vindo a ser seguida pelo Governo, e que se insere na própria política da CEE neste domínio.

Concretamente, e a pretexto de reduzir a sobreprodução, que seria a causa primeira da actual queda de preços, a Comissão europeia aposta exactamente no rebaixamento dos preços à produção.

Pretende-se assim reduzir, no prazo de três anos, os preços dos cereais em 35%, os da carne bovina em 15% e o do leite em 10%.

Esta reforma de preços obedece no fundo às pretensões dos Estados Unidos, que visam liberalizar mais ainda o comércio internacional.

De notar que a França é, no sector agroalimentar, o

segundo exportador mundial, depois dos Estados Unidos.

A jornada de luta de dia 29 veio culminar uma série de outras acções por parte dos agricultores franceses, nomeadamente a intercepção e bloqueio de camiões carregados de gado e carne provenientes de outros países, nomeadamente da Grã-Bretanha.

Os manifestantes deram ao governo francês um prazo de 15 dias para uma resposta às suas reivindicações.

PCP solidário com a luta dos povos de Timor-Leste e Palestina

Uma delegação do PCP, composta por Domingos Lopes, do Comité Central, e Laura Cunha, da Secção Internacional, foi recebida, dia 26/9, a seu pedido pelo representante da ONU em Lisboa, ao qual transmitiu o resultado de uma iniciativa de solidariedade com a luta dos povos de Timor-Leste e da Palestina.

A delegação solicitou o envio de cerca de 4000 postais dirigidos ao Secretário-Geral da ONU, com as palavras de ordem «Timor-Leste independente» e «Palestina, agora», cujas assinaturas foram recolhidas na Festa do «Avante!», designadamente

durante os Momentos de Solidariedade com o povo de Timor-Leste (mais de 2500 assinaturas) e com o povo da Palestina (mais de 1400).

Lamentando não poder corresponder ao pedido da delegação do PCP, em virtude de uma norma de funcio-

namento interno daquela organização, comprometeu-se no entanto a dar conhecimento desta iniciativa ao Secretário-Geral da ONU, tanto mais que a expressão de solidariedade contida nos postais se insere nos objectivos prosseguidos pela ONU.



As colheitas não dão os resultados esperados e segundo números oficiais o rendimento dos agricultores baixou de 30% entre 1974 e 1981



Haiti Golpe militar depõe presidente eleito

Pelo menos 26 pessoas morreram e cerca de duzentas ficaram feridas nos tiroteios que acompanharam o golpe militar no Haiti, que depôs o presidente Jean-Bertrand Aristide, eleito em 16 de Dezembro com setenta por cento dos votos, num processo eleitoral que contou com impressionante participação popular.

Armadas Haitianas, general Raoul Cedras, assumiu o poder.

O actual golpe militar no Haiti (prática corrente num país vítima, ao longo de anos, de políticas neocoloniais), não pode propriamente ser considerado como uma surpresa total.

Eleito para a presidência em 17 de Dezembro de 1990,

macutes», a brutal polícia dos Duvalier, os ditadores que governaram o Haiti entre 1957 e 1986.

Este golpe militar ocorreu cinco dias após o presidente Aristide ter discursado em Nova Iorque, na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde afirmou não ter a certeza se o Haiti já tinha deixado para trás os

Nações Unidas, após consultas informais ao Conselho de Segurança, afirmou a sua preocupação com as «graves ameaças que pairam sobre a democracia que o povo haitiano acabara de instaurar com o apoio das Nações Unidas, participando livremente em eleições livres e honestas». O Conselho de Segurança não pode efectuar uma reunião formal devido à oposição de uma maioria dos seus membros, que invocou o respeito pelo direito de não-ingerência de um Estado nos assuntos internos de outro.

O Conselho permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), reunido de emergência, aprovou uma resolução em que condena o golpe de Estado no Haiti e convoca para os próximos dez dias uma reunião extraordinária dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da OEA, para estudar uma posição comum.

França, Estados Unidos e Chile, foram alguns dos primeiros países a tomar posição.

Entretanto, frente à sede das Nações Unidas em Nova Iorque, centenas de emigrantes haitianos manifestavam-se, com dísticos em que se afirma «A revolução é a única solução», retratos de Aristide e bandeiras haitianas. Apelando a uma intervenção da ONU, os manifestantes acusaram os Estados Unidos de estarem por detrás do golpe.



A tropa está outra vez nas ruas de Port-au-Prince, cortando a experiência democrática em curso

Jean-Bertrand Aristide foi detido segunda-feira no Palácio Nacional Haitiano, por militares que iniciaram uma sublevação na noite de domingo. Posteriormente a sua saída do Haiti foi negociada pelos embaixadores dos Estados Unidos e da França, enquanto o comandante-em-chefe das Forças

com um entusiástico apoio das forças populares, o ex-padre, adepto da «teologia da libertação», Aristide, logo no dia 7 do mês seguinte, 30 dias antes da tomada de posse, se viu confrontado com uma tentativa de golpe, liderada pelo neoduvallierista Rogert Lafontant, chefe dos «tontons

negros dias da ditadura.

Na sequência da sua eleição, o presidente haitiano tentou sanear a função pública e as empresas do Estado, minadas pela corrupção.

A reacção internacional ao golpe foi de generalizado repúdio.

O secretário-geral das

África do Sul

ANC contra novo imposto

O Congresso Nacional Africano (ANC) acusou o governo sul-africano de criar uma situação de confronto ao impor um novo sistema fiscal no país, apesar da oposição dos mais diversos sectores da população.

A crítica do ANC, divulgada em comunicado, decorre do fracasso do encontro mantido sábado passado por Nelson Mandela com o presidente Frederik de Klerk, onde as duas partes se mantiveram em desacordo.

Delegações do governo e do ANC analisaram durante mais de quatro horas o diferendo sobre o imposto de valor acrescentado (IVA) que entra em vigor, apesar das acções de protesto convoca-

das por todo o país por organizações laborais.

Após descrever como lamentável e insensata a determinação de Pretória, o ANC disse ter apresentado «propostas muito razoáveis» ao governo, quanto a um novo imposto que considera degradar as já difíceis condições de vida da população mais pobre.

Além de, segundo a central sindical, COSATU, arrastar um agravamento do custo de vida, de cerca de cinco por cento, o «IVA» aplica-se a todas as transacções e serviços registados, incluindo o abastecimento público de água e electricidade.

O ANC considerou ter feito «extensas concessões» ao governo, pro-

pondo uma isenção fiscal geral de 12 meses, visando o desenvolvimento de um processo de negociações adequado, em vez da exigência de isenção permanente sobre os produtos alimentares básicos, remédios, água e electricidade.

«O governo rejeitou esta proposta muito razoável, sustentando que implicaria perdas demasiado elevadas de impostos, deixando o governo sem fundos para projectos de desenvolvimento social que gostaria de introduzir, principalmente dedicados à população negra da África do Sul», refere o comunicado do ANC.

Para o Congresso Nacional Africano tal argumento é «falacioso», uma

vez que o executivo sempre se recusou a discutir outras formas de receitas públicas e as «muitas despesas prejudiciais» em que está envolvido.

«O governo tem de perceber que não podemos e não aceitaremos que dite a reestruturação económica deste país e esta atitude deixa o ANC na dúvida quanto à boa-fé do executivo face ao processo negocial que se avizinha», conclui o comunicado.

Pretória manteve a sua posição, apesar da COSATU ter convocado para Novembro uma greve nacional de três dias e, para esta semana, uma série de manifestações de protesto contra a introdução do novo imposto.

Armas nucleares

A União Soviética está disposta a iniciar imediatamente conversações com os Estados Unidos sobre as propostas do presidente George Bush de redução dos armamentos nucleares e poderá efectuar alguns cortes unilaterais — afirmou, em conferência de imprensa, o primeiro-vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Vladimir Petrovski, que sublinhou que a URSS deseja também alargar as propostas de Bush e incluir a limitação dos testes nucleares subterrâneos e fazer participar nas conversações outros países nucleares.

Petrovski disse ainda que a União Soviética não abandonou o objectivo de eliminação de todas as armas nucleares até ao ano 2000, como foi proposto por Gorbachov em 1987.

Orçamento defesa

Na sequência das propostas de redução do arsenal nuclear, avançadas pelo presidente norte-americano, surgem novas propostas de redução dos gastos militares e cortes em projectos armamentistas.

O senador Sam Nunn, que preside à comissão senatorial para as Forças Armadas, admitiu que programas como o SDI (guerra das estrelas) e dos bombardeiros B-2, defendidos por Bush, devem ser questionados, e serão ainda possíveis mais cortes (através, por exemplo, da redução da presença militar americana na Europa e na Ásia).

Note-se que, mesmo antes da iniciativa de redução dos arsenais nucleares, divulgada por Bush, as sondagens já indicavam uma atitude muito favorável a profundas reduções no orçamento militar — concretamente, 41% do eleitorado apoiaria cortes de 50 por cento do orçamento militar até ao ano 2000.

Jugoslávia

A manhã deverá realizar-se, em Haia, nova reunião com os ministros dos Negócios Estrangeiros das seis Repúblicas jugoslavas e do governo federal. Entretanto, os combates continuam, apesar do cessar-fogo decretado a 22 de Setembro, e o Exército federal envia mais tropas para a Croácia, anunciando-se as «medidas necessárias» se o bloqueio aos quartéis cercados pelas forças croatas não for levantado.

Neste quadro, são de registar algumas iniciativas de grupos pacifistas. Uma «caravana da paz» europeia, organizada pelo movimento europeu para a paz e a cooperação com os grupos pacifistas jugoslavos, deslocou-se à Jugoslávia, onde mantém contactos a nível oficial. A caravana é integrada por cerca de 400 pessoas procedentes de Itália, França, Alemanha, Holanda, Bélgica e Espanha.

Na Jugoslávia, surgem as primeiras manifestações contra a guerra na Croácia e na Sérvia. O movimento contra a mobilização de reservistas e o seu envio para as zonas de combate tem vindo a ampliar-se na Macedónia e na Bósnia-Herzégovine.

Afeganistão

O primeiro-ministro do Afeganistão, Fazlulhaq Khaleqyar, manifestou esperança numa solução política rápida para o conflito afegão, durante uma visita a Genebra em que analisou a reconstrução do país com várias organizações humanitárias.

Khaleqyar, que falava em conferência de imprensa, mostrou-se «optimista quanto a um processo de paz e uma solução política» para o Afeganistão, baseando-se no «interesse da comunidade mundial e na recente declaração soviético-norte-americana», a qual anunciava o termo da venda de armas aos respectivos aliados no país a partir de 1 de Janeiro de 1992.

A declaração de cinco pontos do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, anunciada a 21 de Maio, é um «ponto de partida realista», considerou o governante afegão.

Perez de Cuellar propôs um cessar-fogo, o fim da venda de armas aos beligerantes e a abertura do diálogo entre as partes.

Nesse sentido, o primeiro-ministro afegão retomou um apelo formulado pelo presidente Najibullah, com vista à formação de um governo de unidade nacional aberto a todas as partes — incluindo os chefes mujaidines do exterior e do interior, bem como o rei Mohammed Zaher Shah — e a realização de eleições.

Afirmando «esperar a realização de eleições num futuro próximo», Khaleqyar adiantou não se terem ainda realizado negociações entre o governo de Cabul e a oposição.

Há razões para ter confiança

Responsáveis das Direcções das Organizações Regionais do PCP dizem o que foi a campanha eleitoral

Como peixe na água

A poucos dias de terminar a campanha, é já possível afirmar que a CDU realizou uma campanha dinâmica, de um grande activismo, destacando-se a boa componente de ideias e propostas, valorizando o desenvolvimento do distrito, com o elevar das condições de vida dos trabalhadores e da população.

A nossa campanha tem permanentemente de combater aspectos negativos que pesam sobre o eleitorado, como sejam as chantagens do PSD de cortar as reformas aos idosos se não votarem PSD, ou ainda a mistificação da eleição do Primeiro-Ministro, e as sondagens.

O contacto com o eleitorado tem-se realizado nas empresas, nas feiras e mercados, nas escolas, nas residências e nalgumas sessões de esclarecimento. Nas feiras, os minicómicos têm-se revelado proveitosos, onde são abordadas as questões agrícolas, sendo muito boa a receptividade. Os contactos com a comunicação social regional têm também sido proveitosos de que se destaca alguns comentários de jornalistas como seja: a CDU está como peixe na água quando fala nos problemas agrícolas, no ensino, no pacote laboral.

Armando Morais
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional da Guarda



Objectivos consistentes

No período em que desenvolvemos esta batalha eleitoral, existem sem dúvida factores objectivos que nos obrigam a um esforço desigual relativamente às outras forças, nomeadamente pelos meios de que dispõem. Assim, temos procurado concentrar energias e atenção nas questões essenciais e prioritárias.

O contacto e as acções dirigidas aos trabalhadores são a nossa preocupação fundamental. No contacto directo e permanente com os trabalhadores, neste período eleitoral, desde já se salientam dois aspectos. O primeiro é a acção decisiva nestas acções por parte de dezenas de quadros comunistas; um outro aspecto importante é a receptividade às nossas propostas (assim sendo no geral, é particularmente mais evidente junto dos trabalhadores).

Nos trabalhadores do distrito são visíveis as consequências da política de direita. A política incoerente do PS junto dos trabalhadores é sentida por estes, reforçada pelo facto de apresentar um manifesto eleitoral no distrito onde nem uma vez se refere a palavra trabalhador. Estas algumas das razões que nos animam e transmitem confiança, expressa e sentida nas inúmeras acções desenvolvidas, dando consistência aos objectivos nacionais da CDU e, no plano distrital, à eleição do deputado.

Sérgio Teixeira
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional de Aveiro



Confiança reforçada

A campanha da CDU no distrito de Portalegre privilegiou a acção de contacto personalizado com o eleitorado das freguesias, vilas e cidades.

Num distrito caracterizado pelo grande predomínio de reformados e pensionistas, optou-se pelas sessões de esclarecimento, com uma numerosa participação, com o objectivo de tomar conhecimento dos problemas e apresentar as propostas da CDU.

A receptividade manifestada pelas populações aos candidatos e manifesto eleitoral foi de acolhimento e simpatia. Notou-se também menor agressividade em relação à CDU.

Observou-se uma certa indiferença em algumas zonas de maior influência da direita, o que pode traduzir o descrédito desse eleitorado na política dos partidos da direita.

O PSD tem pautado a sua intervenção pela ausência dos debates programados pelos órgãos de comunicação social, o que reflecte a fuga ao debate dos problemas regionais. E ainda uma grande arrogância e ostentação na propaganda audiovisual.

A intervenção do PS tem sido através da propaganda audiovisual, com ausência da dinâmica e iniciativas que lhe eram tradicionais. A campanha realizada pela CDU reforça a confiança nos objectivos inicialmente traçados: garantir a eleição do deputado e o reforço da votação em relação às legislativas de 1987.

Bernardina Sebastião
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional de Portalegre



Força, companheiros

1. Porque a CDU tem uma obra realizada com competência e honestidade (no Poder Local, Assembleia da República, Parlamento Europeu, Sindicatos, etc.) e porque também somos competentes para assumir responsabilidades a nível de Governo;

Porque temos um projecto de futuro e a CDU é a única força que apresenta e propõe ao povo do distrito de Beja/Alentejo um «Projecto de Desenvolvimento Integrado. Anos 90» com uma filosofia humanista (centrada no Homem e na Natureza), objectivos integrados de desenvolvimento económico, social e cultural, e uma proposta de unidade entre as forças sociais e políticas necessárias para a concretização desse Projecto;

Porque temos um ideal vivo, actual e actuante;

Porque temos um povo profundamente democrático, aqui, distrito de Beja, o maior distrito do Alentejo e de Portugal, tudo indica, a CDU vai ganhar as eleições.

O Baixo Alentejo manterá a cor da liberdade e da democracia.

2. Porque cresce a indignação das pessoas perante a subserviência e o culto da personalidade de candidatos e dirigentes do PSD em relação ao «salvador de Boliqueime», um Cavaco demagogo e autoritário; Porque cresce a percepção do perigo de um tal partido e um tal homem continuarem no Governo com poderes quase absolutos;

Porque a política do PSD foi um evidente fracasso no Alentejo, o PSD e Cavaco, tudo indica, serão derrotados, no distrito de Beja/Alentejo.

3. Porque está ainda mais claro, nesta fase da campanha eleitoral, que o PS sozinho não é alternativa eleitoral, política ou ideológica à direita; porque o eleitorado do PS é, fundamentalmente, um eleitorado democrático, todos os democratas poderão compreender que o voto útil e seguro para, simultaneamente, colocar o PSD e o CDS em minoria na Assembleia da República e dar força à ideia da convergência democrática, o voto útil é na CDU que defende esses dois objectivos centrais destas eleições.

4. Nas aldeias, vilas e cidades do Baixo Alentejo, os trabalhadores, os agricultores, as populações, têm saído à rua a apoiar a CDU. Por todo o lado nos dizem com carinho e confiança — força companheiros, aqui, a direita não passará!

António Murteira
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional de Beja

Boa receptividade

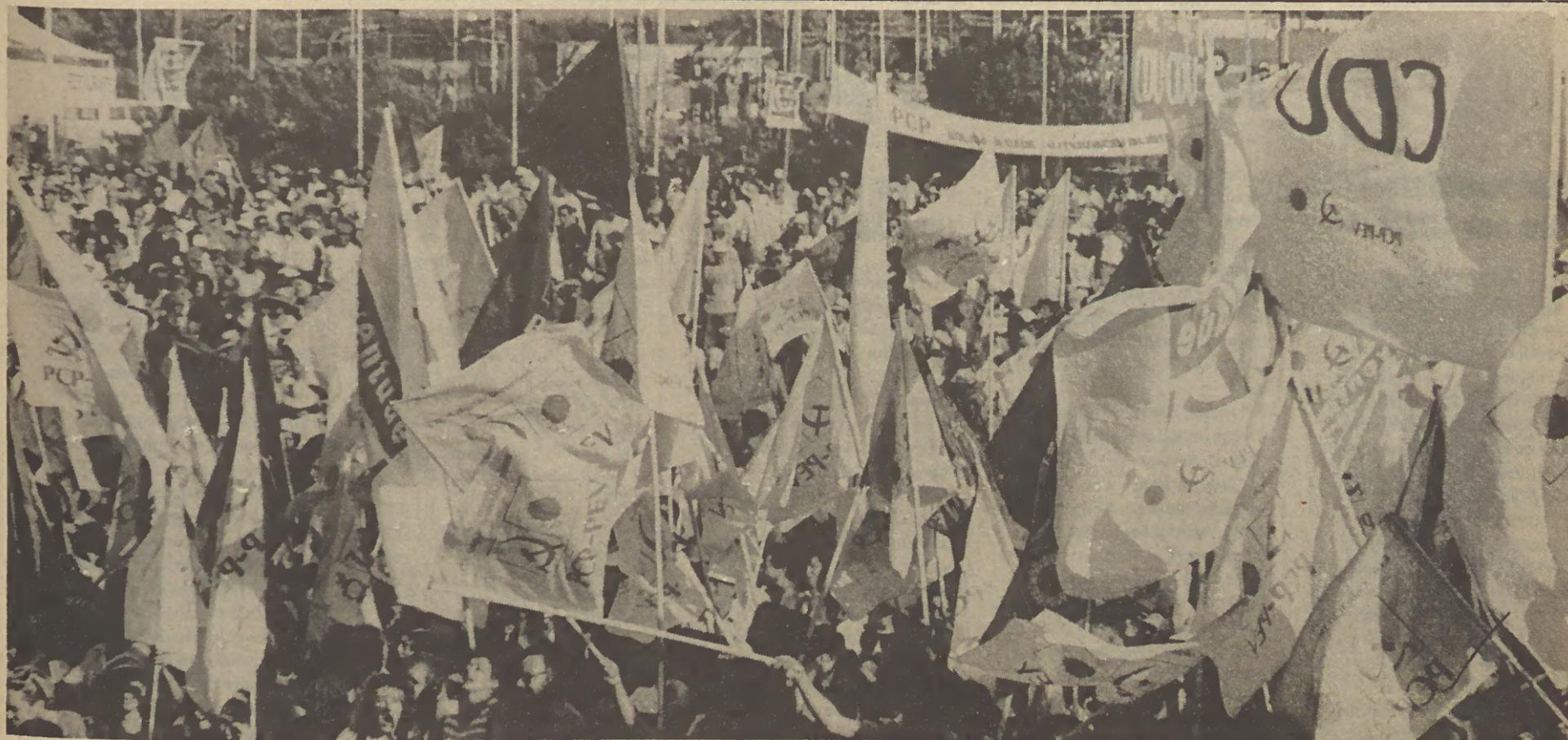
A campanha eleitoral da CDU no distrito de Bragança está a procurar privilegiar o contacto directo com as populações — nas feiras, nas ruas e bairros das cidades, vilas e aldeias, à porta das empresas — numa tentativa de levar a voz dos comunistas e seus aliados ao maior número de eleitores.

Os candidatos da CDU têm participado com entusiasmo e confiança numa campanha que está a crescer. No domingo passado, numa caravana e acompanhados de um grupo de bombos, visitaram freguesias de 4 dos 12 concelhos do distrito, havendo a registar por todo o lado a boa receptividade. Nesta última semana de campanha estão previstas as maiores iniciativas: as sessões a realizar em Mirandela e Bragança.

Procurando combater as teses da bipolarização, os candidatos da CDU procuram com confiança contribuir para aqui, no distrito de Bragança, se reforçar eleitoralmente o PCP e os seus aliados da CDU.

Serafim Brás da Silva
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional de Bragança





Empenhamento e confiança

A campanha da CDU no Algarve tem decorrido num clima de grande simpatia, apoio e franco acolhimento por parte do eleitorado da região.

Temos sido a força política que mais se tem preocupado em trazer para a campanha o debate acerca das importantes questões que se colocam ao desenvolvimento económico da região.

Temos sido a força política que, no dia-a-dia da campanha, tem estado em todo o Algarve, estreitando os contactos com os eleitores.

O grande empenhamento dos principais quadros, acompanhados de um forte núcleo de militantes e simpatizantes do PCP, tem permitido manter, não só uma importante presença de propaganda em toda a região, mas também realizar com êxito as acções programadas de uma intensa e viva campanha em que foram pontos altos as digressões à região dos camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas.

Pelos resultados desde já obtidos, estamos confiantes na concretização a 6 de Outubro dos objectivos a que nos tínhamos proposto: continuar a eleger pelo Algarve um deputado e, simultaneamente, com o reforço da nossa votação, dar um sério contributo para a obtenção, a nível nacional, de um bom resultado para a CDU.

Carlos Luís Figueira
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional do Algarve



Persistentes e contentes

1. Em primeiro lugar, o que temos feito: — a nossa campanha tem-se caracterizado pela busca incessante do encontro com as populações e do debate dos seus problemas.

Não tem sido uma campanha de grandes iniciativas de massas, de comícios, mas antes a realização de iniciativas indo ao encontro das pessoas ali onde elas se encontram.

Assim, já realizámos iniciativas em 27 feiras e mercados e, até ao final da campanha, esperamos atingir 40. Tivemos iniciativas em 21 empresas e, com mais 11 que esperamos realizar ainda, cobriremos pelo menos as principais empresas do distrito.

Cobrimos com minicaravanas os 14 concelhos do distrito e realizámos alguns porta-a-porta nas três cidades. Fizemos múltiplas iniciativas com os agricultores e assalariados agrícolas do Douro, o que fizemos também com os agricultores do Norte do Distrito, nomeadamente sobre problemas do vinho e da carne. Na nossa programação até ao final da campanha aparecem ainda dois bailes para a juventude em Provezende e Vila Pouca de Aguiar.

Temos realizado ainda algumas sessões e muito daquilo que se pode apelar de conversas com grupos de agricultores, com pequenas comunidades, quase de uma forma espontânea, isto é, sem propaganda prévia através das pessoas que se conhece em cada local.

Em suma, a nossa campanha já correu todo o distrito, temos afixada propaganda em todos os concelhos, temos persistentemente ido ao encontro das populações.

2. No terreno o PSD surge com imensos meios e com algum activismo — note-se que nas últimas eleições teve 5 deputados em seis. O PS tem estado murcho. Estes partidos limitaram-se a fazer algumas iniciativas com expressão aquando da passagem dos

respectivos líderes pela região. Quem está a dar combate ao PSD, quem lhe está fazer frente em propaganda e iniciativas, somos nós — CDU. Em termos de propaganda afixada, em alguns casos equilibramos, noutros somos superiores.

A receptividade é boa, sempre que conseguimos entrar no campo do debate dos problemas com que as populações se defrontam surge a adesão. Podemos assim afirmar que tem sido feito um enorme esforço pelos candidatos e pelos quadros do Partido. Numa região como esta são naturais as dificuldades, a escassez de meios e de quadros e, como tal, fica-nos sempre a sensação que, se tivéssemos maior disponibilidade humana e financeira, poderíamos fazer mais e outro galo cantaria. Numa apreciação o mais serena possível poderemos ainda afirmar que, apesar das contrariedades, da muralha da contra-informação, da pressão psicológica das sondagens pré-fabricadas, apesar disso tudo os quadros que estão no terreno, que estão na primeira linha da campanha, andam contentes.

Vasco Paiva
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional de Vila Real

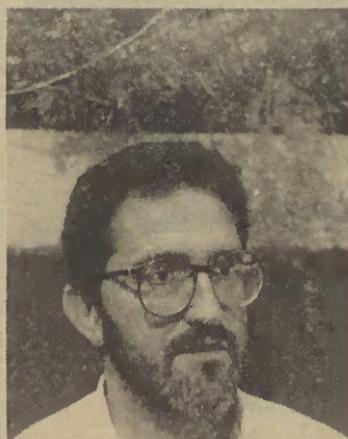


Optimismo confirmado

A campanha eleitoral da CDU no distrito de Leiria foi marcada por um variado número de iniciativas, numa presença constante dos candidatos e activistas da CDU com os eleitores da nossa região.

O contacto com milhares de pessoas, o envolvimento popular das iniciativas e o seu êxito bem patente no calor e entusiasmo que rodeou a visita de Carlós Carvalhas ao distrito, bem como o êxito das Festas da Juventude, o apoio dos trabalhadores das empresas que visitámos, da compreensão manifestada por muitos agricultores à justeza das nossas análises, nas feiras e mercados onde estivemos presentes, dão-nos confiança num bom resultado eleitoral. A aceitação das nossas propostas e o apoio tantas vezes expresso à coragem e coerência da nossa luta, o reconhecimento do insubstituível papel da CDU na nossa sociedade, confirmaram o nosso optimismo inicial quanto à probabilidade da concretização da eleição de um deputado da CDU pelo distrito de Leiria.

José Augusto Esteves
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional de Leiria



A crescer, para continuar

A campanha CDU na Madeira decorreu de uma forma positiva e teve como eixos fundamentais o contacto directo com os trabalhadores das empresas e contacto directo com a população dos bairros, especialmente no concelho do Funchal.

A recepção às nossas propostas foi boa, a abertura para dialogar com o Partido e a CDU é hoje bastante maior, o que possibilita uma intervenção diferente, especialmente a nível qualitativo. Na nossa campanha têm sido abordados os principais problemas com que se debatem os trabalhadores madeirenses: habitação, salários, condições de trabalho, Pacote Laboral, assim como os problemas da produção regional: banana, vimes, Vinho da Madeira, etc.

O bom resultado eleitoral que esperamos obter nestas eleições irá contribuir para que nas próximas eleições regionais (Outubro de 1992) a voz da CDU, que tanta falta fez aos trabalhadores na Assembleia Regional, volte a esta instituição regional.

Como é sabido, o acordo realizado com a UDP no Continente não foi possível na Madeira por recusa da UDP/Madeira.

Acreditamos, mesmo assim, numa subida da CDU em relação a 1987, visto que é cada vez maior o número de trabalhadores que sentem necessidade de votar na CDU para derrotar a direita a nível nacional e abalar o poder autoritário, prepotente e arrogante do PSD regional de Alberto João Jardim.

Em resumo, e para terminar, a luta na Madeira, sendo muito difícil, está a crescer e vai intensificar-se, e continuará, naturalmente, para além das eleições com mais força e ainda mais confiança.

Leonel Nunes
Coordenador da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP

Há razões para ter confiança

Mais votos que em 1987

1. O ambiente na campanha da CDU é bom, há confiança numa votação superior à de 1987. Contudo, a possibilidade da CDU eleger um deputado no distrito é bastante difícil: são necessários mais 8200 votos. Porém, não é impossível. Nós sublinhamos: se todos aqueles que já votaram na CDU voltarem a votar nesta Coligação em 6 de Outubro, a CDU elegerá um deputado no distrito de Castelo Branco. Em 1979 a CDU (APU) obteve 19 000 votos; em 1980 obteve cerca de 16 000 e em 1985 teve mais de 12 000.

2. A CDU tem realizado no distrito dezenas de variadas iniciativas, como comícios, sessões, convívios, sardinhas, distribuição de documentos à porta das empresas (Penteadora, ERES, Sotima, Sicofo, Cablesa, Craveiro e Mineiro, Carveste, Grasil, Mina da Panasqueira, Paulo de Oliveira e outras empresas importantes), distribuição de documentos nos Mercados e feiras (como uma banca CDU grande na Feira de S. Miguel, Tortosendo, por onde passaram milhares de pessoas), porta-a-porta nas cidades, freguesias e bairros, diversas entrevistas na Comunicação Social de candidatos e membros do Partido, debates nas Rádios Locais com o cabeça-de-lista, Luís Garra.

O camarada Álvaro Cunhal visitou o distrito em 1 de Setembro, a fechar a pré-campanha com 7 importantes iniciativas, onde participaram muitas centenas de pessoas.

O distrito teve a visita do camarada Carlos Carvalhas, dia 19, com duas grandes iniciativas, o jantar no Tortosendo com mais de 200 pessoas e o comício na Covilhã com cerca de 800 presenças. Também visitou o distrito de Castelo Branco o camarada José Saramago, dias 20 e 21, com duas boas iniciativas sobre a cultura, mais voltadas para professores e alunos, dia 20 em Castelo Branco com cerca de 100 pessoas e dia 21 no Fundão com mais de 80 presenças. Tem havido núcleos de jovens activos a participar na campanha, sobretudo na Covilhã, nas distribuições, nas brigadas de porta-a-porta, nos comícios, etc.

3. A receptividade à mensagem do PCP-CDU tem sido boa; em muitas localidades e empresas foi mesmo boa. Aquela hostilidade que se encontrava em anos passados, hoje são apenas casos pontuais. Os que não recebem com agrado, em geral, recebem com respeito, não reagem.

4. A nossa propaganda visual tem impacte, os pendões e cartazes têm muita força. A propaganda CDU não tem sido destruída. Num despique entre PSD e PS

para ver quem ocupa mais espaço de rua, carregaram em força com pendões e cartazes nas cidades de C. Branco, Fundão e Covilhã. Têm mais do que a CDU. Mas nos outros concelhos e em muitas freguesias, ou têm pouca ou não têm nada. É a CDU que tem mais.

5. No que diz respeito às outras forças políticas, o PSD teve um grande comício na Covilhã, dia 24, mas cerca de 50% eram moços e moças com menos de 18 anos. As escolas fecharam! Também havia bastantes reformados. Neste mesmo dia, o PSD fez outro comício, à noite, em Castelo Branco. Foi mais pequeno do que em 1987. Os «PPDs» não gostaram, queriam mais. Depois dos comícios do Cavaco a pedalada do PSD caiu bastante.

O PS fez um comício na Covilhã (dia 18) com mais de 1000 pessoas. E dia 25, o comício em Castelo Branco foi grande, quase igual ao do PSD, mas com outra composição, menos rapazes, mais vivo.

Em relação ao PSN, apareceu pouco, mas há bastantes reformados a dizerem que votam «no Partido dos Reformados». O CDS e outros Partidos estão muito apagados no distrito.

6. Sobre a ponta final, o encerramento, a CDU vai continuar com o contacto directo com o eleitorado, iniciativas de rua, distribuições directas, som de rua. Em Castelo Branco, Covilhã e Fundão a CDU estuda o encerramento apontando para caravanas e outras iniciativas de rua, entregando o «Apelo Final».

António Gervásio
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional
de Castelo Branco



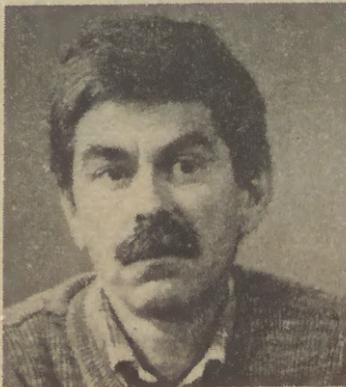
Fazer frente ao PSD

Ao chegarmos aos últimos dias da campanha eleitoral é claramente visível que a campanha da CDU é a única capaz de enfrentar com êxito a campanha do PSD.

O PSD substituiu o necessário debate e esclarecimento pelo espectáculo demagogo e acéfalo, pago com rios de dinheiro, o qual pretende culminar hoje no distrito com uma caravana e um comício para os quais, à falta de garantia na sua mobilização distrital, está a fazer mobilização nacional. O PS, provavelmente assustado com as sondagens do PSD, perdeu o porto e, em vez de procurar diminuir a votação no PSD para o derrotar, refugiou-se quase exclusivamente na atitude defensiva de tentar caçar votos na área da CDU, atitude em que têm um papel de relevo o cabeça-de-lista Torres Couto e o segundo candidato Mata Cáceres, os quais, por ironia e tal como Carlos Pimenta, cabeça-de-lista do PSD, nem sequer aceitam ser deputados à Assembleia da República. A CDU e os seus candidatos procuram dignificar as eleições, dirigindo-se fundamentalmente à inteligência do eleitor. Em centenas de realizações — sessões de esclarecimento, debates, comícios em todos os concelhos e contactos directos com a população — a CDU tentou dar a conhecer as suas propostas, as suas ideias e ganhar o eleitorado do distrito para um objectivo eleitoral fundamental: derrotar o PSD e a direita e reforçar a votação na CDU para viabilizar uma nova política para o nosso distrito e o nosso país.

Apesar das sondagens encomendadas como arma de campanha, e apesar de tudo servir como pretexto para atacar a CDU, o bom acolhimento que a CDU está a ter da população e a grandiosa adesão às nossas iniciativas, inclusive as que se realizam hoje, dia 3, com a participação dos camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas, que culminam com o comício em Almada, permitem-nos encarar com grande confiança os resultados eleitorais e afirmar que a CDU manterá o primeiro lugar no nosso distrito.

Manuel Sobral
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional
de Setúbal



Não se paga

Em breves linhas, pode-se afirmar que as duas primeiras semanas de campanha mostram que a CDU é uma força influente no distrito do Porto e que a sua campanha se caracterizou por um intenso esforço de propaganda e esclarecimento dos eleitores e por um inegável acolhimento popular aos candidatos da CDU.

Muitas centenas de acções de esclarecimento e contacto directo com os eleitores, nas empresas, mercados e feiras, bairros, nos porta-a-porta, são um traço fundamental da campanha da CDU no distrito. Reside aqui uma importante e significativa diferença da nossa campanha relativamente à campanha/espectáculo dos outros grandes partidos, em especial do partido de Cavaco Silva. É que este nosso tipo de campanha não pode ser paga, ela vive do esforço, da abnegação, da militância, dos candidatos e de centenas e centenas de activistas comunistas e da CDU. Um maior empenhamento da juventude, a simpatia da população, o acolhimento muitas vezes caloroso dos trabalhadores ao PCP e à CDU que se vem manifestando permite encarar com confiança os resultados de 6 de Outubro no distrito do Porto, como em todo o País.

Emídio Ribeiro
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional
do Porto



Pelo primeiro deputado

A campanha da CDU no distrito teve o seu início com a passagem do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, a 13 de Setembro, em Viana do Castelo e Caminha.

Daí para cá, não deixamos de estar na rua, nos contactos porta-a-porta, nas feiras e mercados, nas empresas, contactando os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os reformados, os agricultores. Levamos o esclarecimento da CDU a todo o Alto Minho. A luta pela eleição do primeiro deputado não tem sido tarefa fácil numa região onde o PSD detém a maioria, 5 dos 6 deputados, e o PS 1; a tese da bipolarização tem contornos específicos caracterizadores da região onde estamos inseridos. Constantemente somos confrontados, nesta batalha política, com os graves problemas da agricultura, dos jovens, dos reformados, das mulheres, a quem a maioria cavaquista agravou tremendamente as condições de vida.

Procuramos travar a discussão política de modo a que cada sector tome consciência da importância do voto na CDU e da necessidade urgente de derrotar a maioria de direita. A eleição do primeiro deputado da CDU pelo distrito, retirado ao PSD, poderá ser assim um contributo importante. As iniciativas CDU realizadas até esta data têm-se pautado pela boa participação, pela alegria e o entusiasmo.

Branca de Carvalho
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional
de Viana do Castelo



Em bom ritmo

Iniciada, de facto, já de forma planificada e sistemática, no mês de Julho, a campanha eleitoral da CDU no distrito de Coimbra tem vindo a desenvolver-se em bom ritmo, chegando a cada vez mais lugares e populações e envolvendo, sobretudo depois da Festa do «Avante!», um número crescente de militantes e organizações do PCP, bem como de outros activistas e apoiantes da CDU.

Quatro notas muito positivas, pelo menos, a destacar neste breve balanço: a primeira, para as centenas de acções eleitorais já levadas a cabo, quase sempre com a participação de candidatos, que têm consistido sobretudo em iniciativas privilegiadas do contacto e do diálogo com o eleitor (terreno onde, aliás, a CDU aparece sozinha e em contraste com os aspectos de mero «espectáculo» ou «folclore» da actuação das outras forças políticas); a segunda, para as tiragens verdadeiramente excepcionais que a impressão e reedição de documentos locais já atingiu, por imperativo da dinâmica de campanha criada e pelas massivas distribuições que lhe têm correspondido; a terceira, para a receptividade também crescente à mensagem da CDU, naturalmente visível durante a última semana entre eleitores que há alguns dias ainda se mantinham indecisos; a quarta, e última, mas não e menos importante, para a alegre e comunicativa participação da juventude local nesta campanha.

Pontos altos da campanha foram, sem dúvida, as passagens de Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas por este distrito, este último já na campanha oficial, destacando-se a sua participação numa «arruada» na Baixa de Coimbra e no Comício-Festa que juntou cerca de duas mil pessoas na parte velha desta cidade.

Carlos Fraião
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional
de Coimbra



A outra «bipolarização»

Muito antes de outros partidos concluírem o que para eles foi um complicado processo de formação das listas de candidatos, a CDU apresentou no dia 21 de Junho, numa bela iniciativa no Castelo de S. Jorge, os seus candidatos pelo Círculo de Lisboa.

Desde então pode dizer-se que a CDU se lançou, com dinamismo, por todo o distrito com acções de esclarecimento e mensagens que sintetizam as propostas que tem para um Portugal melhor.

Estamos a fazê-lo no contacto directo com os trabalhadores e as populações, ouvindo o seu protesto contra o pacote laboral e as degradadas condições de vida a que conduziu a política de direita, e as críticas à actuação do PS e às responsabilidades que tem na situação actual.

As nossas iniciativas e acções de propaganda percorrem as empresas, os mercados, as festas e feiras, os bairros degradados e urbanizações. Estão em colectividade, organismos da Administração Pública, estabelecimentos de Saúde, escolas e outras instituições.

A receptividade às nossas acções e o carinho com que são recebidos os nossos candidatos e activistas marcam esta campanha eleitoral, que é desde já uma grande campanha de esclarecimento e de massas que tem suscitado a participação e entusiasmo de milhares de pessoas.

Apesar dos colossais meios de que dispõem outros partidos, nomeadamente o PSD, e do apoio que recebem de órgãos de comunicação, a campanha da CDU é, sem sombra de dúvida, a que vai na frente.

Se os fabricantes da mistificatória teoria da «bipolarização», que incansavelmente têm cultivado em artigos, imagens e sons esta sua tese, olhassem com seriedade para as campanhas eleitorais, teriam que escolher entre o PSD e PS para «bipolarizar» com a CDU.

A dois dias do termo da campanha e preparando uma festa popular e um grande comício de encerramento no dia 4, no Rossio, vamos continuar até ao último minuto na batalha do esclarecimento, do convencimento do valor e grande significado político para o futuro, do voto seguro, útil e certo na CDU.

António Andrez
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional
de Lisboa



Activa e interveniente

A campanha eleitoral da CDU na Região Autónoma dos Açores decorreu, em geral, com o mesmo grau de intensidade das campanhas para a Assembleia da República realizadas nos outros anos.

Privilegiaram-se os contactos com os eleitores, a presença de rua com propaganda, bancas e som, e os contactos directos com a área de influência conhecida. Garantiram-se os tempos de antena regionais da rádio e assegurou-se uma boa presença, através de entrevistas, depoimentos e notícias, na numerosa imprensa regional e rádios locais.

Abriu-se a campanha com a realização do Encontro Regional de Candidatos e Activistas da CDU, que aprovou um Manifesto Eleitoral Regional. Realizaram-se convívios em várias localidades, e sessões públicas não muito numerosas, mas bem participadas, em zonas urbanas e rurais.

No plano político, e para além dos objectivos nacionais, a CDU/Açores trouxe ao debate todos os problemas regionais que dependem da intervenção ou decisão dos órgãos de soberania.

A campanha foi activa, a receptividade foi boa, o ambiente foi positivo, a intervenção nos problemas foi significativa. Por isso, temos boas razões para aguardar o dia 6 com toda a confiança.

José Decq Mota
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização
da Região Autónoma
dos Açores



Afinal ainda cá estamos

Positivo é o adjectivo certo para um balanço desta primeira etapa da campanha eleitoral da CDU no distrito de Santarém.

A campanha para a CDU decorre com normalidade, com confiança, procurando ir a quase todo o lado, ao encontro das pessoas nos mercados, nas empresas, nos locais habituais de transporte, no porta-a-porta, havendo concelhos onde quase nenhuma porta fica para trás, nos cafés, nas tabernas, entregando o manifesto regional, os documentos centrais, levando uma palavra de confiança, ouvindo e debatendo problemas e preocupações levantados.

Para além da presença de rua com a propaganda, os carros de som, as caravanas, há a assinalar um vasto conjunto de iniciativas como encontros com as populações, debates, comícios, festas, almoços e jantares com adesão muito significativa, em alguns casos a causar o espanto como até alguma comunicação social já comentou.

A boa receptividade é uma constante nas nossas iniciativas, na nossa presença na rua, nos nossos encontros com as pessoas.

É com grande satisfação, com grande alegria que muita gente nos saúda, nos recebe com um «afinal ainca cá estamos», «que bom terem vindo», «tenham confiança que nós ainda cá estamos», «é preciso força para derrotar o Cavaco», «sou socialista mas desta vez voto CDU».

Alegria, apesar das preocupações, a presença jovem, a participação das mulheres, as novas adesões à CDU e algumas de gente localmente muito destacada e prestigiada, são características a destacar nesta campanha.

Apesar da política-espectáculo que impressiona, da agressividade que preocupa, da mentira e das sondagens que confundem, da desigualdade de meios que parece esmagadora, há serenidade para continuar uma boa campanha em crescendo, há confiança num bom resultado eleitoral que reforce a CDU em termos regionais e nacionais e que contribua decididamente para a derrota de Cavaco Silva e para a alternativa necessária.

António Orcinha
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização
Regional de Santarém



Esclarecimento com festa

É hoje ocasião para algumas referências, ainda que breves, à forma como a campanha eleitoral decorreu no distrito de Viseu.

A desigualdade de meios entre as forças concorrentes foi notória e, por parte do PSD, o «vale tudo» passou pela prepotência, a utilização abusiva de cargos públicos (membros do Governo, governador civil, autarcas, Delegado Regional do Instituto da Juventude e da DGD entre outros) e pela política-espectáculo.

O PS pareceu mais preocupado em captar votos à esquerda do que em denunciar e combater a direita.

Por parte da CDU, procurámos o esclarecimento e o debate sereno de ideias, o confronto de projectos e a denúncia dos problemas que, por via da política seguida, afectam o nosso distrito. As centenas de iniciativas nas empresas, nas feiras, nos porta-a-porta, nas sessões de esclarecimento, minicomícios e debates confirmaram a boa aceitação da nossa mensagem. Nesta campanha juntámos ao esclarecimento a festa e a alegria, e começámos bem, com a deslocação ao distrito do camarada Carlos Carvalhas, na abertura da campanha.

Prosseguimos com a realização de bailes, festas, arruadas, bombos, etc.

Há razões para termos toda a confiança num reforço das posições da CDU no distrito de Viseu.

Fernando Rodrigues
Membro da CEN do PCP,
responsável da Organização Regional
de Viseu





O azul forte marca a diferença

Ao aproximar-se o termo da campanha eleitoral deve registar-se o acerto das apreciações e previsões feitas pelo PCP, designadamente na Conferência Nacional de Maio, em relação ao posicionamento e ao sentido geral que o Governo e as mais importantes forças partidárias imprimiriam à sua intervenção nas eleições de 6 Outubro.

Isto vale para o PSD, no que respeita, especialmente, às concepções autoritárias, absolutizadoras e governamentalizadoras do poder político, mas vale igualmente para o PS, para a sua incapacidade de gerar propostas alternativas à políticas de direita ao mesmo tempo que se deixa apanhar na ratoeira da bipolarização que só traz benefícios a Cavaco Silva.

O império da manipulação da comunicação social, revelando as gravíssimas consequências da privatização dos principais órgãos de imprensa escrita em benefício das clientelas do PSD em combinação com o controlo governamental da televisão e da rádio públicas, fazem, como se previa, a orquestração promocional da campanha de Cavaco Silva em detrimento de todas as outras. Mas a comunicação social afecta ao PS não revela um comportamento menos sectário e malevolamente discriminatório em relação à CDU.

Apesar de tudo isto, a campanha da CDU é a que se afirma crescentemente como aquela que faz real oposição ao PSD e a toda a direita, a que apresenta orientações e medidas de uma verdadeira política alternativa, a que aponta uma saída democrática para derrotar e substituir o governo de Cavaco Silva.

Em face de um laranja do PSD que empalidece com o agigantar da campanha do chefe e de um cor-de-rosa do PS tão incharacterístico e desvitalizado que se transforma numa campanha frutacores, o azul forte da CDU é que marca a diferença.

Maneiras de aprendiz de ditador

A campanha eleitoral do PSD, personalizada em proporções extremas na figura de Cavaco Silva, confirmou e ampliou todas as preocupações em relação às concepções governamentalizadoras, autoritárias, absolutizantes e conducentes ao poder pessoal que desde 1987 têm vindo a prevalecer nas actuais cúpulas do partido laranja.

Cavaco Silva não confronta o país com um projecto, confronta-o com um dilema «eu ou o caos», ou então, «depois de mim o dilúvio»; nas acções de rua não distribui uma proposta ou um compromisso, entrega a própria fotografia; não faz propriamente a campanha eleitoral de um líder democrático, mas procura fazer a marcha triunfal de um caudilho, exibindo algumas vezes as maneiras de um aprendiz de ditador.

O ainda Primeiro Ministro não joga a sua pessoa em apoio de um programa, exige um cheque em branco e não se contenta em obtê-lo com uma eleição quer consagrá-lo com um plebiscito.

Mas plebiscito para quê? Em primeiro lugar, para prosseguir e intensificar a concentração forçada e acelerada da riqueza num punhado de privilegiados, a reconstituição dos grupos monopolistas, à custa do aprofundamento das

desigualdades, das discriminações e das exclusões sociais. Em segundo lugar, para replicar às oposições políticas, às reivindicações sindicais, à luta popular que a sua política de injustiça beneficia de todo o poder do sufrágio.

Aliás, Cavaco Silva, proclamando que quer evitar as guerrilhas institucionais, revela na sua campanha o maior desprezo pelos outros órgãos de soberania e instituições democráticas.

Este desprezo é especialmente flagrante no que se refere à instituição parlamentar. Na carta que dirigiu a um milhão e meio de portugueses diz com todo o descaramento que as presentes eleições são para escolher o Primeiro-Ministro e eleger o Governo, nem uma palavra em relação à eleição da Assembleia da República que é o que constitucionalmente vai acontecer, nem à escolha dos deputados que é o que se vai verificar.

Não comporta exagero dizer-se, pelo que fica demonstrado, que a recondução da maioria absoluta do PSD traria consigo graves riscos para a democracia. É preciso afastá-los enquanto é tempo.

Incaracterística campanha do PS

As presentes eleições para a Assembleia da República deixam, também, como nota marcante a incharacterística campanha do PS, feita sem chama, sem iniciativas, sem definições, sem força e sem ideias.

Jorge Sampaio, numa imitação de Cavaco Silva, tam-



CARLOS BRITO
Membro da Comissão Política

Cavaco Silva não faz propriamente a campanha eleitoral de um líder democrático, mas procura fazer a marcha triunfal de um caudilho

bém apela à maioria absoluta, mas como não podia deixar de ser em face da evidente impossibilidade do objectivo está a fazê-lo sem convicção, timidamente, envergonhado, com a noção do ridículo.

Por outro lado o PS, não foi capaz de abordar de frente e colocar ao país a questão dos entendimentos pós-eleitorais com o PCP e os seus aliados como única forma de dar base a um Governo democrático credível. Em vez disto, mal aconselhado, lançou-se em mesquinhas operações de captação do eleitorado comunista que só servem para pôr em evidência a sua incoerência como partido de esquerda que devia empenhar-se ao lado dos comunistas e dos seus aliados da CDU em captar eleitorado que em 1987 votou PSD como única forma de retirar a maioria absoluta à direita.

Assim, o PS depois de ter sido atraído ao longo da campanha para a ratoeira da bipolarização fica exposto quando esta está a terminar, como um partido que não tem saída

para a situação, que não tem proposta de Governo com um mínimo de credibilidade.

A esta ausência de alternativa de governo, junta-se a ausência de uma política alternativa que se distinga e diferencie em substância da política do PSD no projecto de sociedade, na estratégia de desenvolvimento económico, em matéria de privatizações, nas indemnizações, na política agrária, nas posições que adoptará em relação ao pacote laboral, na atitude em relação à comunicação social.

Cavaco Silva beneficiou seguramente da inexistência de debates na TV - não podia fazer a campanha que faz. Mas seguindo o discurso eleitoral do PS, do líder e dos outros oradores, é questão para perguntar se o PS não beneficiou também.

Este vazio de ideias explica talvez o deserto de iniciativas e acções. Explica seguramente porque é que além da caravana de Sampaio, o PS não tem praticamente campanha na maior parte do País, porque é que os outros candidatos, salvo raras excepções, não descem à rua, os carros de som mal aparecem e a propaganda é descolorida ou frutacores como algumas das ideias dos poucos folhetos que são distribuídos à população.

Útil é a CDU

A campanha eleitoral de qualquer ângulo que se aprecie confirma e evidencia a imprescindibilidade da CDU e da sua principal componente, o PCP, na democracia portuguesa.

O império de manipulação desenvolvida pela comunicação social afecta ou controlada pelo PSD e até por alguma influenciada pelo PS, fez desabar sobre a campanha da CDU um manto de intriga, mentiras, distorções, deformações, recorrendo a todas as técnicas minimizadoras e reductoras, com a especial novidade da instrumentalização das sondagens.

Tudo isto não conseguiu impedir que a campanha da CDU se afirmasse crescentemente com uma incomparável riqueza de ideias e de propostas para a solução dos problemas nacionais, com formas novas de contacto com as populações, marcadas pela frescura do estilo, a alegria e a confiança, com uma larga e por vezes entusiástica adesão popular.

Os comunistas e os seus aliados apresentam-se ao povo português com provas dadas na Assembleia, nas autarquias, nos sindicatos, onde quer que pulse a vida colectiva e por isso os compromissos eleitorais que agora assumem são merecedores de toda a confiança.

Pode-se confiar o voto a quem tem mostrado saber usá-lo com honestidade, determinação e inteligência.

É o PCP, é a CDU, quem apresenta a única alternativa democrática credível para derrotar e substituir o Governo do PSD.

Esta alternativa exige o entendimento dos comunistas e dos seus aliados da CDU com o PS. O PS foge ao reconhecimento desta solução indispensável. O PCP e a CDU apontam-se e lutam por ela.

Por isso a alternativa democrática, de esquerda, é com o PCP e a CDU que se fará. Por isso é que o voto mais útil de esquerda, o voto para derrotar e substituir o governo de direita, é o voto na CDU.

NOTAS
AO
VENTOA imagem
das imagens

1 «O corte do fotografado enquanto fotografia e o fotografado enquanto ser, desencarna a foto para a tornar num símbolo. (...) Ao deformar a face de um dirigente comunista que a maioria dos leitores jamais viu pessoalmente, ao emprestar-lhe, por um ângulo de objectiva ou artifício de iluminação um ar boçal, duro, violento ou envelhecido; não é esse dirigente que o repórter ou redactor pretende atingir: pretende-se dar a ideia dos traços gerais da espécie a que pertence».

Assim escreveu Ruben de Carvalho, num artigo que deve ser lido atentamente (ver «Avante!», de 28 de Setembro último) se quisermos compreender o fenómeno da Televisão em Portugal. Repare-se, por exemplo, na «objectividade» com que, num comício do PCP, a reportagem se prende a pormenores que pretendem caracterizar, não uma circunstância, mas uma natureza englobante...

Extrapolámos da fotografia para a televisão enquanto forma de linguagem na área da angulação deformativa. Mas podemos avançar para a televisão, não quanto ao discurso que nela se *pratica*, mas quanto ao discurso que ela própria é.

2 Sabe-se que o Primeiro-Ministro se recusou ao debate na televisão. Jorge Sampaio, no Tempo de Antena do seu Partido, afirmou que «Cavaco Silva se furtou ao debate comigo» — e não é difícil ver, na frase redutora, a intenção pouco democrática da tal bipolarização.

Também o resto é conhecido: num contexto em que toda a oposição se dispunha a discutir os seus projectos, nada se fez porque o representante de um só partido não aceitou comparecer. A RTP optou por beneficiar o faltoso, em vez de o castigar com os regulamentares dois pontos por falta de comparecimento.

Desta «foto» partimos para a natureza da televisão: o significativo não é que ela não tenha feito o debate, o significativo é que ela não seja o debate.

Uma análise dos principais blocos informativos nos últimos anos mostra-nos a falta de apetência pela avaliação da realidade nacional. A Televisão era aquilo: tudo acontecer em certas zonas do estrangeiro, em Portugal, acontecer apenas uma realidade oficiosa e indiscutível, jamais (ou raramente) contraditada.

À sua maneira, a Televisão queria mostrar que a felicidade não tem história. O obstinado silêncio induzia a convicção de que tudo corria no melhor dos mundos. Os escândalos, as más gestões, os erros graves na condução de processos de interesse nacional, as medidas que caíam do Governo como se caíssem do céu, na voz seráfica do Marques Mendes? Silêncio. Não havia. Inúmeras greves ficaram por registar. Onze mil virgens entoavam cânticos, anjinhos tocavam flauta. A imagem do País (num país onde, em cada aldeia, em cada vila, e também em muitas cidades, a única informação que se consome é a do Telejornal...) era a imagem que a Televisão projectava com o seu próprio corpo.

3 Recordemos Jean Loius Servan-Schreiber: «Nos primórdios mágicos do pequeno *écran* todo o político, por sorte, do físico e da voz necessários, obtinha facilmente uma vitória. Mas depois do malogro de Jonh Lindsay, esta convicção deixou de ser um dogma. Mas

abolir, restando apenas a dúvida se resistiria a duas. O seu lado mais fraco reside exactamente em se apresentarem como «propaganda».

Vejam o exemplo clássico das bebidas alcoólicas. A publicidade encontra-se proibida nuns países, limitada noutros. Em Portugal reserva-se-lhe um espaço recatado do serão, julgado mais fora do alcance dos menores. Quanto ao tabaco, a proibição é total.

Agora reparem nas séries, nas telenovelas, nos espaços informativos. Sucedem-se os *drinks* — para festejar, para consolar, para conviver, venha lá um uisquinho. Para descontraír, para estar à-vontade, vá lá uma fumaça. E esta publicidade não assumida como tal, colhendo as pessoas desprevenidas, é na realidade mais eficaz do que todos os blocos publicitários.

De igual modo, não há maior publicidade do que a transmitida pela informação. Se o Telejornal disser que tu és um génio, as pessoas podem acreditar. Acreditarão menos, ou nada, se fores tu próprio a dizê-lo. Isto porque a informação transporta uma carga de objectividade na abordagem do real mais convincente do que a subjectividade das campanhas, sejam elas políticas ou publicitárias.

4 Daqui resulta poder ser mais eficaz o tratamento jornalístico da campanha no Telejornal, do que o tratamento político nos *Tempos de Antena*.

Repare-se nas cabeças das notícias: o PSD surge envolto num clarão de bandeiras, onde já se insinua e se respira um ar de vitória. O PS tem um Jorge Sampaio inXpresso num clima baço. O PCP tem um Álvaro Cunhal isolado...

O tratamento das imagens do PSD é de grande qualidade, as palavras de Cavaco Silva são de uma impecável nitidez — a contrastar com as dos outros políticos que se perdem na ressonância e na confusão. E para dar só um exemplo de um repórter que cobria a campanha do CDS: «Rapidez na caravana centrista foi também a palavra de ordem na travessia do Alentejo que acabou em Beja, com paragem em Évora para almoço. E depois de atacar um bacalhau com natas, Freitas do Amaral serviu à sobremesa críticas ao cavaquismo. O líder do CDS fez a digestão na Praça do Giraldo, em cima de um jipe, pedindo votos e à noite, já em Beja, voltou à carga (...) Freitas do Amaral não acabou a intervenção sem dizer que só o CDS pode retirar a maioria absoluta aos sociais-democratas».

Ficou a pairar a desconfiança de que a redacção jocosa poderia estar relacionada com a tal possibilidade expressa pelo dirigente centrista. Ali, tais palavras tinham mais peso do que no Tempo de Antena do PSD...

5 Ao longo dos anos, os ministros passaram em revoadas pelos telejornais. Ao longo dos anos a imagem de Cavaco Silva foi construída laboriosamente, dia a dia, hora a hora. Nunca a política (sob a capa da governação) foi tão macrocéfala. Nunca se levou tanto tempo, tantos anos, a preparar uma refeição para se comer num só dia. Na televisão, a notícia esteve sempre direccionada. Nunca a transparência foi tão aparência.

A História, essa, faz o seu caminho.

■ ULISSES



continua a ser verdade que a vitória política já não é possível sem a televisão.»

Numa campanha eleitoral os *Tempos de Antena* assumem alguma importância, inegavelmente. São uma conquista que uma maioria absoluta não conseguiu

Cavaco Silva
e a
Universidade
de Évora

Na sua digressão de propaganda eleitoral pelo Alentejo, o professor Cavaco Silva, presidente do PSD e Primeiro-Ministro proferiu acerca da Universidade de Évora afirmações que bem gostaríamos fossem verdadeiras mas que infelizmente não o são. E não sendo verdadeiras, só podem ser interpretadas como atitude demagógica que nós, universitários apoiantes da CDU, repudiamos e sentimos o dever de denunciar.

Afirmou em Évora o professor Cavaco Silva ter informações de fontes seguras segundo as quais a nossa Universidade está ao nível das mais prestigiosas do País e que a sua fama ultrapassa as fronteiras nacionais.

Se o Primeiro-Ministro se preocupasse com a verdade e rigor daquilo que diz, deveria saber que não pode ter tais merecimentos uma Universidade que, no presente, é caracterizada pelos seguintes indicadores:

— apenas 13% do corpo docente com habilitação superior à licenciatura;

— Apenas 10% dos docentes em início de carreira possuindo as condições para realizarem na própria instituição a sua formação e valorização profissional consignada no Estatuto da Carreira Docente;

— inexistência de cursos pós-graduação para os seus licenciados assim como de quaisquer outras acções de formação contínua;

— apenas um curso de mestrado em funcionamento;

— número inexpressivo de contratos de investigação e desenvolvimento ou de prestação de serviços com a comunidade exterior;

— apenas concedidos 50% dos financiamentos previstos para a região Alentejo no âmbito do programa que visa desenvolver o sistema educativo nacional (PRODEP), o que representa apenas 2,8% a nível nacional);

— apenas concedidos 29% dos financiamentos previstos para a região Alentejo no âmbito do programa que visa desenvolver as capacidades científicas e tecnológicas nacionais, (CIENCIA), o que representa apenas 2% no plano nacional.

A Universidade de Évora e todas as outras instituições de Ensino Superior ou Politécnico no Alentejo, nunca poderão cumprir os objectivos para que foram criados nem vir a ser instituições de prestígio enquanto se mantiverem os actuais tectos aos financiamentos previstos para o desenvolvimento do sistema educativo do Alentejo (5,6% do montante global nacional) se mantiverem os actuais níveis de financiamento previstos para a formação de recursos humanos qualificados no Alentejo (5,3% do montante global nacional); as verbas atribuídas ao Alentejo para o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica constituem apenas 3,8% do montante global nacional; continuarem a faltar condições e estímulos à fixação de profissionais qualificados na região, invertendo a marcha para a desertificação e o subdesenvolvimento em que andamos.

As declarações do professor Cavaco Silva podem parecer lisongeiros para o corpo docente da Universidade de Évora, que foi, pelos vistos, um dos alvos visados pela sua tirada demagógica. Porém não é desse tipo de estímulos que os docentes da Universidade de Évora precisam. Eles têm consciência dos limites impostos ao seu trabalho pelas precárias condições em que o realizam. Lamentam a persistência dessas condições, mas não é a eles que cabe envergonhar-se por não poderem ultrapassar esses limites. Do que eles precisam, isso sim, é de meios para desenvolverem um trabalho mais profícuo e, através dele, tentarem ganhar para a sua Universidade o prestígio que o professor Cavaco Silva, hipócrita e interesseiramente, simulou reconhecer-lhe.

Nas condições vigentes, das quais o seu Governo é o grande responsável, as palavras do professor Cavaco Silva soam mais a insulto do que a elogio e, por isso, merecem-nos o mais vivo repúdio.

■ Lino de Carvalho

Uma nova política agrícola e um novo governo

A política agrícola do PSD e a crise da agricultura

O Tratado de Roma fixou como objectivos da Política Agrícola Comum (PAC) o aumento da produtividade da agricultura dos Estados membros, tendo em vista melhorar o abastecimento alimentar da Comunidade e assegurar um nível de vida condigno aos agricultores.

Três décadas decorridas após a criação da PAC, a Comunidade conseguiu globalmente um forte crescimento da produção agrícola e um nítido aumento dos rendimentos dos agricultores. Mas, sob esta realidade global, verifica-se que o crescimento obtido não só não atenuou nem venceu as assimetrias regionais existentes, como ainda se agravaram os contrastes espaciais e sociais, mesmo no seio do conjunto dos primeiros países aderentes (Europa dos 6), de que é exemplo mais flagrante o Sul da Itália. Com a adesão da Irlanda e da Grécia, e, posteriormente, de Portugal e da Espanha, aprofundaram-se as disparidades.

A evolução verificada não é apenas explicável pelos condicionamentos naturais distintos das agriculturas nacionais, pelos seus diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico, pelo maior ou menor grau de eficiência do tecido produtivo, pelas características diversas da sua população activa agrícola, ou pela diferente situação económica, regional e global de cada um dos países no momento da adesão.

Sendo certo que todas estas variáveis têm o seu peso na evolução verificada, a verdade, porém, é que nesta evolução teve importância determinante a política comum adoptada, com particular relevo para a política de preços e mercados, em detrimento de políticas estruturais, a qual veio a ser fonte não de convergência mas de divergência das agriculturas comunitárias.

Note-se ainda que a política de preços e mercados se caracterizou por critérios preferenciais na selecção dos produtos a que foi aplicada e por diferentes graus de beneficiação dos produtos em matéria de preços, o que agravou ainda mais as consequências negativas resultantes do carácter preponderante destas medidas de política agrícola.

A irracionalidade desta política começa a manifestar-se com maior acuidade a partir de meados da década de 70: acentua-se o desenvolvimento desigual e a crise começa a atingir a PAC devido aos excedentes gerados, sobretudo pelos países do centro e norte europeus, cujos produtos essenciais (cereais, lacticínios, açúcar) foram privilegiados pela política de preços; com o crescimento da sobreprodução aumentam os encargos financeiros; os rendimentos dos agricultores começam a decrescer.

A evolução verificada entre 1975-85 de três indicadores é significativa: o aumento real da produção foi de 25%; o aumento real dos custos de comercialização foi de 125%; o rendimento dos agricultores baixou 25% (1).

É já num contexto de crise que o País adere à CEE e em que nesta, como resposta à situação existente, ganha corpo a reforma da PAC, cujo objectivo essencial é agora a redução dos excedentes, tendo como instrumento determinante uma política de contenção de preços, visando a retracção da produção.

Tal como na primeira fase de expansão e crescimento da produção, a chamada reforma da PAC, tanto nos objectivos que são fixados como nas políticas que adopta, horizontaliza a realidade diversificada que é a agricultura comunitária, e pauta-se por critérios que contemplam a situação dos países produtores de excedentes ou já com elevados níveis de satisfação das necessidades alimentares, mas não correspondem a situações existentes noutros países.

A agricultura portuguesa é assim confrontada não só com a redução dos preços agrícolas portugueses devido à necessidade da sua harmonização com os preços comunitários, como ainda com a política de contenção destes em resultado da reforma da PAC.

Neste quadro, e tendo em conta as conhecidas debilidades da agricultura portuguesa, exigia-se do Governo uma política agrícola coerente e determinada, quer no plano interno, quer junto das instâncias comunitárias, tendo em vista assegurar um lugar para a agricultura portuguesa no contexto europeu e garantir o rendimento dos agricultores. Não foi esta a posição do Governo.

O balanço que hoje se pode fazer de onze anos de responsabilidade do PSD pelo sector agrícola, dos quais cinco já após a integração comunitária, torna bem evidente a profunda crise para que foi arrastada a agricultura portuguesa.

No período de 1985-89 o produto agrícola baixou, o rendimento dos agricultores sofreu uma acentuada quebra, aprofundaram-se assimetrias regionais e desigualdades sociais e a dependência alimentar do País continua a constituir um pesado ónus para a soberania nacional, não obstante o investimento na agricultura ter crescido e atingido valores da ordem dos 350 milhões de contos.

A política neo-liberal de desresponsabilização do Estado assumida pelo Governo, tendo como lógica determinante o livre curso dos mecanismos selectivos do mercado e eixo orientador no acesso, afectação e alocação dos recursos financeiros, a capacidade competitiva e concorrencial dos interessados, foi uma política que, nas condições concretas da agricultura portuguesa, não melhorou a sua posição no mercado comunitário nem contribuiu para um desenvolvimento harmonioso e solidário, antes acentuou disparidades regionais e sociais.

Não é exagero afirmar-se que a 1ª etapa da fase de transição constituiu, face aos recursos disponíveis, um tempo de oportunidades perdidas, revelando a ausência de uma estratégia, por incapacidade ou omissão do Governo, com raízes na realidade portuguesa, susceptível de dar resposta aos problemas prementes da agricultura e dos agricultores.

Acresce ainda que o Governo intensificou o processo de integração, acelerando o ritmo de aproximação de preços para além das exigências do Tratado de Adesão, enquanto o custo dos factores aumentou, ao mesmo tempo que antecipou a liberalização das importações, com graves consequências para o escoamento da produção nacional e para os rendimentos dos agricultores.

As negociações para a 2ª etapa, sem prejuízo de alguns aspectos menos gravosos, não corresponderam às necessidades de recuperação da agricultura portuguesa.

O traço caracterizador da posição do Governo nas instân-

GATT, relativamente à liberalização do comércio mundial, sob pressão particular dos EUA.

Do que se trata agora não é apenas de encontrar soluções para a situação excedentária do mercado agrícola europeu, mas também o de deixar cair um conjunto de instrumentos e medidas de suporte de preços e protecção nas fronteiras do mercado comunitário, assim como dos apoios à exportação. Isto é, entrou-se numa fase de esvaziamento do princípio da preferência comunitária que até aqui tem sido um dos pilares da PAC na defesa do mercado agrícola da Comunidade.

Perante esta nova realidade económica, o discurso político começa a adaptar-se à nova situação e a apresentar algumas inflexões ideológicas.

O aumento da competitividade, a intensificação da produção e o crescimento das produtividades, a modernização das explorações, apresentados até agora como os grandes paradigmas da PAC, cedem passo à apologia da agricultura de qualidade e da extensificação da produção. Ganha terreno uma concepção do desenvolvimento rural em que se subestima o desenvolvimento da agricultura e a actividade agrícola é já apresentada como marginal na e para a sociedade rural, independentemente dos contextos sociais e especificidades regionais e nacionais concretas, apresentando-se o artesanato e o turismo como alternativas da agricultura.

Emergem como grandes temas a revitalização do mundo rural e a ecologia, questões da maior relevância há muito presentes nas preocupações de estudiosos e especialistas e da



cias comunitárias tem sido o da ausência de uma estratégia com raízes na realidade portuguesa, assumindo e integrando-se em opções e orientações cuja lógica e coerência estão longe de corresponder às necessidades da agricultura portuguesa. A sua intervenção e acção pautaram-se sobretudo por critérios defensivos, limitando-se fundamentalmente ao objectivo de conseguir atenuantes para os impactes mais negativos da PAC o que, sendo evidentemente necessário, é manifestamente insuficiente.

Com a política agrícola do PSD constata-se que, apesar dos fluxos financeiros que a integração permitiu, esta não constituiu para a agricultura portuguesa o tão esperado impulso ao desenvolvimento agrícola que se anunciava.

As perspectivas que a nova reforma da PAC já indiciam tomam o futuro da agricultura ainda mais problemático.

Nova reforma da PAC ou novo ciclo do desenvolvimento agrícola desigual

A nova reforma da PAC mantém o mesmo objectivo de retracção da produção, mas procura agora reforçá-lo e articulá-lo com as exigências decorrentes das negociações do

opinião pública, mas até aqui sem expressão significativa na PAC.

Ao mesmo tempo, o objectivo das ajudas comunitárias tende a transferir-se do apoio à actividade produtiva para o apoio ao rendimento dos agricultores, ou seja, para fins de suporte social da inactividade que se lhes pretende impor.

A terem vencimento na reforma da PAC as orientações que se desenham, iniciar-se-ia um novo ciclo de agravamento das disparidades regionais e sociais da agricultura comunitária.

A produção agrícola e os grandes ganhos de competitividade ir-se-iam concentrar nas regiões não desfavorecidas e nestas nas explorações de maior dimensão física e económica, com melhores condições e mais preparadas para enfrentar o mercado mundial. (2)

Às agriculturas de zonas desfavorecidas, como é a portuguesa, destinar-se-ia sobretudo a chamada produção de qualidade de um ou outro produto, não como forma desejável de valorização de produtos regionais de tipicidade e aceitação comercial reconhecidas num quadro do desenvolvimento agrícola, mas como sucedâneo «exótico» da produção de consumo corrente que passaria a ser importada, enquanto a maioria das explorações passaria a integrar um designado sector social ao qual se destinariam meras políticas assistenciais.

Restariam ainda, claro, o eucalipto, as coutadas, o artesanato e o turismo, o qual, segundo alguns, muito beneficiaria



Parlamento Europeu

Proposta comunistas propõem reforços de dotação em áreas prioritárias

O anteprojecto de orçamento da Comissão para 1992, alterado pelo Conselho de Ministros da CEE, em primeira leitura que o transformou em projecto a apresentar ao Parlamento Europeu, reflecte uma orientação preocupante ao reduzir drasticamente as dotações para as políticas internas comunitárias.

O próprio Parlamento Europeu, em resolução aprovada durante a sessão plenária de Setembro, e subscrita pelo Grupo Coligação de Esquerda, que integra os deputados do PCP, opôs-se «à proposta do Conselho de financiar as novas despesas não previstas nas perspectivas financeiras e, nomeadamente, a ajuda à URSS através de uma redução das dotações para as políticas internas e para a ajuda ao desenvolvimento».

Numa altura em que se tenta, de facto, estabelecer uma União Económica e Monetária a várias velocidades, embora se escolha o excipiente que faça engolir a pílula, e o projecto-base em discussão sobre a União Política deixa de fora tudo o que socialmente interesse ao cidadão comunitário, a actual proposta de projecto orçamental para 1992, apresentado pelo Conselho, reduzindo as já insuficientes verbas apresentadas no anteprojecto da Comissão para políticas comunitárias visando a coesão económica e social e a solidariedade e ajuda aos países em vias de desenvolvimento, confirma e aumenta os receios já manifestados em relação às orientações que presidem às negociações para a UEM e a UP.

Na presente fase de conclusão do mercado interno, as reduções das verbas em capítulos tão significativos como as acções estruturais e as políticas internas são altamente nocivas para o nosso país, não se podendo esquecer que desse Conselho de Ministros, fazem parte representantes do governo português que, depois, em declarações à comunicação social não se cansam de enaltecer o benefício para o país que resultou dos seus esforços, logo desmentidos pelos factos, pelos documentos comunitários, por este projecto de orçamento.

Não se pode deixar de criticar duramente este governo PSD/Cavaco Silva que, mais uma vez, sem ouvir os partidos portugueses representados no Parlamento Europeu, ao contrário do que aconteceu em outros Estados comunitários, é co-responsável por este projecto de orçamento.

O PCP e o Grupo Coligação de Esquerda no PE apresentaram dezenas de propostas de alteração ao actual projecto de orçamento, nuns casos repondo verbas do anteprojecto da Comissão, cortadas arbitrariamente pelo Conselho, ou enviadas para a situação simbólica de

«por memória», noutros casos propondo reforços de dotações em áreas prioritárias para Portugal e para avanços concretos em direcção ao objectivo da coesão económica e social.

Nesse sentido, e a mero título de exemplo, referem-se os casos de

- «ajuda a organização de encontros entre as organizações de trabalhadores da Comunidade» — reposição da verba do anteprojecto (5 milhões de ecus);
- «acções a favor dos desempregados da indústria têxtil e do vestuário» — reposição da verba do anteprojecto (1 milhão de ecus) e reforço (passando-a para 5 milhões de ecus);
- «acção a favor dos emigrantes incluindo os emigrantes não europeus» (3428 mil ecus);
- «acções em matéria de protecção do meio ambiente» — reposição da verba do anteprojecto (3050 mil ecus);
- «subvenções a favor das organizações europeias em matéria de meio ambiente» — reposição da verba do anteprojecto (950 mil ecus);
- «instrumento económico-financeiro especial para a indústria têxtil» — reposição da verba do anteprojecto (210 mil ecus) e reforço (passando-a para 1 milhão de ecus);
- «programa e acções especiais de luta contra a fome no mundo» — criação de nova linha orçamental com 30 milhões de ecus);
- «acções de luta contra a pobreza» — reposição da verba do anteprojecto (de 10 para 14,5 milhões de ecus);
- «florestas» — reforço da verba do anteprojecto e projecto (de 15 413 mil ecus) em mais 10 milhões de ecus, com referência expressa aos incêndios que devastaram, por incêndios, várias regiões da Grécia, França, Espanha, Portugal e Itália, lembrando a resolução do PE de 12 de Setembro de 1991 que pedia à Comissão que «assumisse uma atitude mais activa em matéria de prevenção e protecção das florestas da CEE»;
- «centro produtor do Porto» — repondo a verba do anteprojecto (1,6 milhões de ecus), no sentido de um centro para «actividades de acompanhamento e de apoio aos programas-quadro 1987-1991 e 1990-1994».

■ Sérgio Ribeiro

com a desertificação, como exemplarmente se preconiza ao afirmar-se que «(...) Na Europa muito densamente povoada e opulenta existe uma forte procura por turismo, e mesmo por estadas de longa duração em zonas pouco povoadas. Por outras palavras, «o deserto» (relativo) é muito procurado, motivo por que o risco de ficar sobrepovoado o torna menos atraente para os apreciadores de solidão! Portanto, justifica-se a criação de novos «desertos» para a satisfação da procura.» (3)

Os comentários são dispensáveis.

Os responsáveis do Ministério, confrontados com os protestos dos agricultores face à situação actual, mas prisioneiros da sua incapacidade e demissionismo para assumir a estratégia do desenvolvimento agrícola do País, vêm expressando aqui e ali as suas opiniões sobre a nova reforma da PAC que, pela sua ambiguidade e carácter contraditório, são a imagem mais flagrante de um barco à deriva, vogando ao sabor dos ventos que sopram de Bruxelas e do outro lado do Atlântico.

Por um lado, ensaiam uns débeis protestos contra as limitações que iriam ser impostas à produção agrícola do País. Por outro, apressam-se a reproduzir o novo discurso decorrente das negociações do GATT e condenam com a maior veemência e convicção os chamados «modelos produtivistas» e de intensificação da produção invocando, através de transposições mecânicas, simplistas e inconsistentes, problemas ecológicos e de desertificação reais, mas existentes em contextos radicalmente distintos dos nossos, em particular nos países do centro e norte europeus, procurando assim justificar a nova reforma da PAC, apresentá-la como inevitável e preparar a opinião pública e os agricultores em particular para a sua aceitação.

O desenvolvimento agrícola é indissociável do desenvolvimento rural

Porém, a nova reforma é inaceitável para a agricultura portuguesa e um governo do País empenhado na defesa dos nossos interesses não poderá deixar de rejeitar a lógica que lhe está subjacente.

Portugal tem um elevado défice alimentar e mesmo num quadro de internacionalização da economia é considerado que um auto-abastecimento da ordem dos 60% constitui o patamar mínimo de segurança alimentar, sem a qual a soberania do País está sujeita à maior vulnerabilidade.

No que respeita ao ambiente, a situação do País não é comparável à verificada nos países do centro e norte europeus. Estamos longe dos elevados níveis de consumo de factores químicos, as nossas debilidades tecnológicas e reduzidas produtividades são conhecidas, enquanto os problemas ambientais gerados pela produção agrícola nada têm que ver com os que se verificam naqueles países. Pelo contrário, será a quebra da actividade agrícola e o abandono da agricultura que certamente originarão problemas de agressão ambiental e de desertificação, como hoje já se verifica, quando a expansão indiscriminada da floresta de crescimento rápido já surge como única alternativa à produção agrícola.

O desenvolvimento da agricultura, tendo necessariamente em conta a experiência de outros países e prevenindo as situações de degradação do meio natural aí verificadas, é indissociável do desenvolvimento rural, num quadro de diversificação e complementaridade de outras actividades produtivas, não apenas pela sua valência económica, mas também porque a preservação do tecido produtivo e da actividade agrícola são factores determinantes na manutenção de equilíbrios ecológicos e demográficos.

A situação actual da agricultura e o novo contexto da PAC exigem uma nova política agrícola e um novo governo, capazes de assegurar um lugar para a agricultura portuguesa na Comunidade Europeia.

O voto na CDU será um voto certo, seguro e útil para a defesa dos interesses do País e dos agricultores.

Notas bibliográficas

(1) Meyer, Heino Von - Os Espaços Rurais na Europa - Ambiente e Desenvolvimento - Será Possível Aproveitar para o Sul as Experiências do Norte?, in Finisterra, 83-86 1990.

(2) Baptista, F. Oliveira - A Política Agrícola Comum e a Europa do Sul - comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre a Agricultura do Sul no quadro da integração comunitária, Évora, 1990.

(3) Bergman, Denis; Baudin, Pierre - Políticas do Futuro para a Europa Agrícola, Publicações Europa-América, 1989.

Carlos Amaro

Uma doença fatal ataca a Grã-Bretanha:

DD Dívidas e Desemprego

De estupefacção foram estas recentes duas ou três semanas em que o viver britânico proporcionou, a todos os que lhe observam a trajetória novas causas para alarme e para reflexão. Particularmente para nós que, sendo portugueses, observamos como mágoa e com revolta que o desorientante sistema britânico em gritante declínio é justamente aquele que os governantes de Lisboa apresentam a Portugal como a última palavra no progresso, na prosperidade, na maneira de gerir os negócios da sociedade e do mundo.

Já descrevemos aos leitores do «Avante!» as gravíssimas desordens que, recentemente, tiveram lugar em Inglaterra. Agora, que as coisas parecem estarem mais calmas, a Polícia dedica-se ao seu jogo paciente de prender os milhares de desiludidos e de rejeitados que o desespero numa existência já sem sentido atirara para as ruas em explosões de raiva deixando o comum dos cidadãos britânicos, pacatos mas sempre pensantes, admirando-se quanto ao que, verdadeiramente, está acontecendo na Grã-Bretanha. Entretanto, a decadência e na narcotização social prosseguem a sua devastadora marcha.

Quem viaja nos comboios, quem percorre o país, atravessa as cidades e, em particular, as ruas do colosso londrino, quem observa o povo britânico todos os dias, não pode fugir a esta conclusão: este povo sofre e, o que é importante, medita profundamente nas verdadeiras causas do seu sofrimento que é um mal característico das sociedades ditas modernas - o cancro financeiro generalizado. Para sermos mais explícitos: as dívidas. Porque empurradas no declive do consumismo, as pessoas simplesmente deixaram de viver na base dos seus ordenados que, no clima de desorientação social, não chegam para financiar as dolorosas e constantes solicitações do dia-a-dia. Vivem do crédito, dos empréstimos bancários, do sistema das compras a prestações. Milhões de cidadãos britânicos existem hoje nas condições aflitas da insolvência pessoal: afogam-nos as hipotecas à própria residência, as múltiplas modalidades de seguros que foram levados a subscrever e é preciso pagar, os débitos aos Bancos, os encargos com o automóvel, a loucura dos cartões de crédito já com o limite extinto, as ameaças de advogados, os aflitivos e disparatados custos dos transportes, tudo para lá dos encargos normais do agregado familiar. A vida, assim, transforma-se num inferno e o cidadão britânico não tem um minuto de sossego. Dizem-lhe que tudo está ao seu alcance. Que o mundo deve invejá-lo, procurar-lhe imitar a vida modernizada. E, no entanto, nada tem. Vive hipotecado e desiludido.

Monotonamente, o desemprego e a bancarrota vão-se alargando mais e mais, todos os dias mais. Há dias, os Correios despediram 2000 empregados, a Rover, 1200, a British Coal (carvões), 7000 mineiros. A BBC-TV suprimiu o emprego a 1000 dos seus funcionários. Os aeroportos (British Airport Authority) despediram 1000 funcionários, a Telecom, outros 1000, as indústrias de material de guerra, na Escócia, 2000 trabalhadores, o sector automóvel, outros mil e as cervejeiras «Courage» despediram também 1400 membros do seu pessoal. A «Rolls-Royce», essa jóia na coroa da indústria britânica, já comunicou que em Dezembro não haverá trabalho para ninguém e que as férias do Natal se alargarão por 4 semanas para os seus 3200 operários, em Crewe. Férias, assim, quem as quer? Serão férias angustiadas vividas com o fantasma dos despedimentos. A GEC-Plesséy Telecommunications, lutando com falta de encomendas, despediu mais de 1100 trabalhadores além dos 400 a quem havia já mostrado esse caminho.

Nas províncias? Vejamos como é, na Inglaterra distante das luminosidades londrinas. Em certas áreas de Liverpool, como a de Page-Moss, na zona Liverpool-Huyton, a pobreza impõe-se e o ambiente nas poucas lojas aí existentes é reduzido e sombrio. Ninguém compra nada que exceda o valor de £5 (Esc: 1250) e em muitos estabelecimentos as pes-

soas são atendidas através dum gradeamento de ferro atrás do qual o lojista se protege - uma chocante prática que já víamos noutras cidades. Grupos de jovens sem perspectivas reúnem-se às esquinas pensando em como arranjar dinheiro ou em como melhor e mais profundamente ofender a sociedade que os dilacera. Ainda assim, o povo tenta vencer o desespero e chama a si as últimas reservas da sua dignidade. Mas, Page-Moss é uma miséria. Um dos membros dos «gangs» de jovens tem apenas três anos. O governo diz que vai criminalizá-los a todos. Será esse o melhor caminho?

Entretanto, na Londres, na grande e afluente metrópole, a importante cadeia de lojas «Chelsea Man» faliu. Tratava-se dum daqueles negócios modernos e dinâmicos em que o patrão revelava uma atitude nova. Dizia ele aos empregados: «É o vosso dinheiro que está em jogo, não o meu!» Inacreditavelmente, isso era verdade, porque o Sam George, Mr. George, como lhe chamavam, comprara 118 lojas à «Vivat», ex-«Lee Cooper», com dinheiro levantado nos Bancos. Depois, Mr. George ameaçava: «Estou a rever os vossos vencimentos e reduzirei os daqueles que não produzirem vendas superiores a dez vezes o respectivo salário» Estranha filosofia empresarial. Foi tudo em vão e as acções do Mr. George caíram de 285 pence para 20, somente, e a «Chelsea Man» caiu no descabro. A «Sealink» acaba de suspender os serviços de travessia do Canal entre Folkestone e Boulogne despedindo 1500 trabalhadores. É isto, afinal, que se aponta em Portugal como o sistema social adequado ao momento actual português?

Visitemos, agora, uma Inglaterra diferente. Nas áreas suburbanas à volta de Londres e nas pequenas províncias a que os ingleses chamam «shires» ou «home counties» onde a classe média se acantona, vive-se razoavelmente bem. Aí, as pessoas também precisam de dinheiro para fazerem frente aos seus apertos financeiros, mas recorrem a outros processos mais sofisticados. A imaginação põe-se a funcionar. É quando entra em movimento a terrível engrenagem que descobre e traz à luz do dia as mais baixas e mais negativas características da espécie humana. Tudo à solta, a guerra começa. O cura anglicano de Henfield, West Sussex, Tom Tyler, 52 anos, achava-se razoavelmente bem visto na paróquia onde, entretanto, se lhe reconhecia uma grave limitação — tinha um fraco pelas mulheres dos outros. Já em Novembro do ano passado, num tribunal interno da Igreja Anglicana, havia sido considerado culpado de crimes de adultério com a senhora Edwards e com a senhora Susan Whitome, esta, esposa dum outro pároco. Mas, o veredicto respectivo, considerado como insuficiente substanciado pelo Court of Arches (o equivalente eclesiástico

ao Tribunal de Apelações), foi devolvido ao tribunal de magistrados de East Grinstead, Sussex. E é aqui que a nossa história começa.

A senhora Barbara Edwards, 32 anos de idade, queixava-se ao padre Tyler de que a sua vida era toda uma tristeza e um deserto. Morrera-lhe um filho. Achava-se desiludida com o mundo. Não havia sol que a aquecesse. O cura, claro, fez-lhe logo ver que a sua missão era exactamente a de confortá-la, abrir-lhe novos horizontes na vida, transformar-lhe a visão do mundo. Prometendo-lhe as claridades duma existência diferente, outros encantos, outros entusiasmos, passou a segurar-lhe as mãos trementes e vibrantes e, sempre aconselhando-a, beijava-lhe as faces, docemente. Depois, passaram a encontrar-se em casa da senhora Edwards, na Upper Station Road, em Henfield. Era preciso continuar a assisti-la nas suas angústias, nas suas hesitações. Carícias e abraços. A senhora Edwards encontrou, finalmente, a nova e reluzente esperança da sua vida. O pároco da igreja de S. Pedro avançou. E tudo, inevitavelmente, deu lugar ao florescimento duma ligação sexual que teve a sua inauguração no corredor, passou depois para o sofá da sala e, a seguir, desembocou no quarto do casal Edwards. Até que, numa tarde, apareceu Mr. Edwards, electricista por conta própria que, mostrando-se confuso e agitado, perguntou ao prior o que fazia em sua casa brincando com os seios da sua esposa e, ao que parece, deu-lhe uma bofetada.

As coisas podiam ter ficado por ali. A senhora Edwards achava-se grávida, o electricista Stephen Edwards já moderara as suas reacções e até passara a ir à caça com o padre Tyler. Foi a publicidade que o caso recebeu através da senhora Whittome, antiga amante do pároco durante 10 anos, que deu origem ao clamor de acusações contra o vigário Tyler tudo conduzindo ao julgamento que já mencionámos. Foi o princípio do fim. Ou o fim do princípio? Ao cabo de dez longos dias de animadas e reveladoras sessões no tribunal, o juiz Rupert Bursell, na qualidade de vice-chanceler da diocese de Chichester, concluiu que o padre Tyler havia, sem margem para dúvidas, traído as suas Ordens tanto como havia atraído a confiança que nele depositara a sensível e boa paroquiana senhora Edwards. E, sendo assim, fê-lo destituir do lugar de pároco de Henfield ainda que o futuro de Tyler no interior da Igreja Anglicana ficasse dependente de outras decisões que só o Muito Reverendo Eric Kemp, Bispo de Chichester, podia tomar.

À saída do tribunal, porém, o casal Edwards exibiu um tão intenso e exaltado espírito triunfal que deixava atónitos todos os acompanhantes deste caso, que eram já a quase totalidade da população das ilhas britânicas. «Vitória!» era o grito irreprimível que se lhes lia nos rostos. Seria a condenação do pároco Tyler uma real vitória para o casal Edwards? Era. E era porque eles tinham negociado a venda de toda a história ao «Daily Mirror» (circulação: 4 milhões e meio) que, ao que se diz, teria colocado uma condição preliminar: a de que só publicariam as aventuras da senhora Edwards desde que o vigário Tyler fosse, efectivamente, condenado num tribunal pelo crime de adultério o que, como sabemos, acabava de verificar-se e, daí, a vitória dos Edwards. Precisavam de dinheiro? Fácil, como estamos vendo. Acabavam de consegui-lo.

O que pensarão disto, entretanto, os cidadãos britânicos de Page-Moss, em Liverpool, esses «primitivos» que, desmodernizados, não aprenderam ainda a «fazer» dinheiro tal como o sabem fazer os dos subúrbios da grande Londres? E o que pensarão, também, ainda que distantes, os eleitores portugueses a quem repugna e sempre repugnou o estilo de sociedade voltada exclusivamente para o dinheiro, justamente aquele que tão descaradamente lhe propõem os seus actuais governantes?

★ **Morning Star** Take a share in the Star

RECESSION ENDING? Tell us another one

Evening Standard LATE PRICES EXTRA

Governor backs Major: 'Strong recovery on way'

RECESSION OVER SAYS THE BANK

CARVALHESA

Edição especial

de 150 exemplares em cofret numerado

• Pasta-coffret numerada de 1 a 150 manualmente por **Teresa Dias Coelho**.

• CD incluindo as gravações integrais dos cinco arranjos da «Carvalhesa» (1985, António Vitorino de Almeida, José Eduardo Conceição Silva, Guilherme Scarpa Inez e José da Ponte), versão em piano da melodia original recolhida por Kurt Schindler executada por Bernardo Sasseti, versão recolhida em 1970 por Michel Giacometti e todos os *jingles*, *cues* e *bridges* das versões anteriores gravadas para utilização audio e video.

• Serigrafia de **Manuel Sampaio** numerada e assinada.

• Reprodução serigráfica das folhas de rosto e última página da pauta de «Abertura Clássica sobre um Tema Popular Português» de António Vitorino de Almeida (versão clássica da «Carvalhesa») numeradas e assinadas pelo autor.

• Serigrafia com textos de José Eduardo Conceição Silva sobre as suas versões *fusion* e *big band* da «Carvalhesa» numerada e assinada pelo autor.

• Serigrafia numerada com o texto que acompanhou a edição do primeiro arranjo da «Carvalhesa».

• Reprodução serigráfica numerada de foto de Michel Giacometti durante a recolha da versão da «Carvalhesa» em 1970 em Tuiselo (Vinhais-Bragança).

• Reprodução serigráfica numerada de foto de Kurt Schindler.

• Reprodução serigráfica numerada da pauta da versão original da «Carvalhesa» recolhida por Kurt Schindler em 1932, em Tuiselo (Vinhais-Bragança).

• Cópia autenticada do Relatório de Produção Dr. Schenk do fabrico da edição de CD (garantia de tiragem).

• 1 exemplar da cassette editada com as versões da «Carvalhesa» com texto narrativo sobre o tema e versões apresentado por Cândido Mota.

Preço: 15 000\$00

• Além dos 150 exemplares numerados de 1 a 150, a edição compreende 20 exemplares numerados de I a XX destinada aos autores e editores e 10 exemplares exclusivamente do CD destinados a depósitos legais.

Inscrições

1. As inscrições para compra da edição especial da «Carvalhesa» são feitas através do preenchimento do talão abaixo incluído e seu envio para:

Redacção do «Avante!»
Rua Soeiro Pereira Gomes, 1
1699 LISBOA CODEX

As inscrições poderão ser igualmente efectuadas directamente na morada acima.

2. A inscrição tem de ser sinalizada com o pagamento de 50% do valor (Esc. 7500\$00) em dinheiro, cheque ou vale de correio à ordem de Partido Comunista Português.

3. Os boletins de inscrição serão numerados pela sua ordem de entrada na Redacção do «Avante!», correspondendo esse número ao número do exemplar a atribuir ao subscritor respectivo.

4. O subscritor receberá (directamente ou pelo correio) fotocópia, autenticada com selo branco e assinatura pela Redacção do «Avante!», do seu boletim de inscrição numerado e que constitui recibo do pagamento do sinal e título para levantamento da obra.

5. Os exemplares subscritos estarão disponíveis até ao final do mês de Outubro, sendo a data a partir da qual podem ser levantados anunciada no «Avante!» de 9 de Outubro.

6. O levantamento poderá ser feito directamente na morada acima contra pagamento dos restantes 50% (Esc. 7500\$00). A entrega poderá também ser feita por correio registado contra cobrança, acrescentando neste caso aos Esc. 7500\$00 os portes e despesas postais.

**40 exemplares
vendidos
na 1ª semana!**

CARVALHESA
Boletim
de Inscrição

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telefone _____

Junto envio a sinalização de Esc. 7500\$00 em dinheiro cheque
vale de correio (assinale o que interessa)

Desejo receber a obra por envio postal à cobrança (7500\$00 mais custos postais)

Sim Não (assinale o que interessa)

Data _____

Assinatura _____

Nº de entrada _____

Estórias alentejanas

Cavaco e o partido único

O discurso cavaquista caiu mal em Beja. Os alentejanos não apreciam a arrogância. Traz-lhes à memória a ordem senhorial do antigo mundo agrário destruído pelo 25 de Abril.

O tempero de paternalismo, usado para atenuar os efeitos da pompa e da arrogância, produziu também efeitos opostos aos visados. Frases-slogan como *afinal o Alentejo é Portugal* ou *os alentejanos também são gente*, repetidas por dirigentes do PSD, irritaram quem os ouviu.

«O que é que eles julgam que nós somos? Uma vara de porcos?» — escutei de um velho rezeiro de Serpa à laia de comentário.

O eurodeputado Mendes Bota (campeão da *gaffe* política), ao bradar que *os alentejanos não passam da cepa torta se não mudarem o sentido do voto*, ou seja, se não trocarem a CDU pelo seu partido, prestou um mau serviço ao PSD e à campanha cavaquista. Esse insolente desafio não feriu o brio alentejano, mas contribuiu para o aprofundamento do debate em torno da questão central: o perigo do governo PSD de maioria absoluta. Ao colocar a alternativa *Eu com todos os poderes ou o dilúvio*, Cavaco Silva, em vez de se fortalecer, ficou numa posição não apenas frágil mas indefensável.

Nós, comunistas, temos opinião formada sobre a sua obra no Governo e o que ele vale. Mas no grande jogo eleitoral, a avaliação de uma política é condicionada por factores subjectivos e mecanismos complexos que podem levar a massa a conclusões erradas e a votar em muitos distritos contra os seus interesses e aspirações.

Em Beja, onde o PCP (ou coligações onde emergia como força principal) foi sempre maioritário, isso nunca se verificou. O *slogan Desenvolvimento com estabilidade*, que serve de suporte à mensagem massacrante de Cavaco Silva (condensável no recado *Vou-me embora se não me derem a maioria absoluta*) não funciona obviamente no Alentejo.

Cavaco Silva, cuja sensibilidade para captar as reacções populares parece embotada, cometeu múltiplos erros no Alentejo. O primeiro foi o tom profético.

Encontrava-me no café de uma aldeia de Moura no dia em que o Telejornal transmitiu a sua profecia (acompanhada de um sorriso modelado pelos técnicos de *marketing*): *Atrevo-me a dizer que vamos vencer no Alentejo*. Na sala fumarenta, a resposta foi vazada em expressões bem alentejanas, reveladoras do despreço dos presentes pelo dirigente do PSD. Pior talvez foi a afirmativa categórica feita em terras de Beja: *«Estamos a fazer uma Revolução»*. O ridículo inchou então o exercício de demagogia.

Por muito que isso doa ao Primeiro-Ministro, a imagem da sua pessoa que predomina no distrito é a de um político de direita que cumpriu papel decisivo no avanço do processo contra-revolucionário que destruiu conquistas fundamentais do 25 de Abril. A *revolução laranja* é, na perspectiva da esmagadora maioria dos trabalhadores alentejanos, a contra-revolução.

Quando ouvem ministros do PSD falar de prodigiosas conquistas do Governo, que estariam a merecer a admiração da Humanidade (na época de Salazar os senhores do Estado Novo entoavam a mesma cantilena) as populações de Beja não conseguem enxergar os propalados benefícios do *milagre cavaquista*. Os malefícios, porém, são evidentiíssimos.

A reconstituição do latifúndio teve consequências desastrosas na área económica e social. A destruição da maioria das cooperativas da Reforma Agrária acelerou a desertificação ecológica e humana. O Baixo Alentejo despovoou-se em ritmo alarmante. Para citar apenas dois exemplos: Moura perdeu mais de 15% da sua população na última década e Serpa mais de 10%.

Alqueva não se fez. Para desviar a atenção desse crime social e económico, o Governo atira agora a castanha para as mãos da CEE, advertindo que se o parecer dos peritos estrangeiros for desfavorável o projecto será mais uma vez adiado. Estranho conceito de patriotismo e soberania o que tal atitude expressa. Num país com enormes carências energéticas e alimentares a palavra final sobre Alqueva é, na prática, atribuída a Bruxelas. Até o Brasil e a Argentina ergueram as suas grandes barragens sem pedir licença aos Estados Unidos...

Favores escandalosos na isenção de impostos foram concedidos à Somincor (na realidade à Rio Tinto Zinc, gigantesca transnacional britânica), mas a empresa continua a exportar o concentrado de cobre porque não se construiu uma metalurgia nacional para tratamento do minério dos ricos filões de Neves Corvo...

A evidência dos factos desmente a verdade oficial: no Alentejo não há progresso, mas atraso, pobreza, insatisfação, resultantes daquilo a que o Governo chama a sua política de desenvolvimento com estabilidade. O Executivo PSD incentivou a pauperização e o despoivoamento do Alentejo.

Quando o ministro das inaugurações, Ferreira do Amaral, anuncia em bicos de pés, que o Alentejo será *alaranjado* ofende a dignidade dos alentejanos. Os *slogans* da propaganda oficial não encobrem a estratégia de Poder de Cavaco.

Os milhões investidos na campanha do PSD (de onde terá vindo tanto dinheiro?) podem, não duvido, proporcionar ao partido do Governo muitos milhares de votos de eleitores ingénuos que mais uma vez serão enganados. Mas o *marketing* eleitoral, ao maquilhar o rosto do cavaquismo, não lhe altera nem os objectivos nem a essência reaccionária do projecto que o seu líder simboliza.

A personalização da campanha do PSD atingiu desta vez níveis perigosos. Empolgado pela sua própria *propaganda do sucesso*, Aníbal Cavaco Silva perdeu o que lhe restava de capacidade autocrítica. O seu discurso cada vez mais pobre em ideias, afinou. Forma e conteúdo iluminam agora melhor uma estratégia de defesa do Poder concebida para alargar o fosso que em Portugal separa classes e camadas sociais.

Consciente do papel que assumiu no sistema de Poder existente, Cavaco Silva adoptou um estilo de intervenção que lhe está a desgastar a imagem anterior. Trata os problemas ligados ao exercício do Poder com a sobrançeria displicente dos monarcas do despotismo esclarecido do século XVIII. Simultaneamente, o seu discurso adquire as formas, o timbre e a pompa que foram celebrizados por demagogos latino-americanos de vocação messiânica conhecidos pela sua ambição de poder. As críticas incidem muito no abuso do Eu. Mas há na oratória do *condutor do PSD* algo mais preocupante do que o seu culto do ego, embora dele inseparável. A exigência, monótona, altaneira, agressiva, da maioria absoluta como requisito *sine qua non* para a participação do seu partido em qualquer governo futuro é, traduzida para a *praxis*, uma forma indirecta de apologia do *partido único*.

Estamos, assim, perante um paradoxo. O dirigente do partido que em Portugal tem criticado com mais paixão (em generalizações pouco lúcidas) os regimes monpartidários, defende na prática uma posição antagonica. Ao apresentar o seu ultimato eleitoral, reivindicando a maioria absoluta, Cavaco Silva transmite em linguagem política de tom ameaçador uma mensagem que carrega não apenas a defesa do partido único, mas a afirmação de que ele é imprescindível em Portugal ao desenvolvimento e à estabilidade. A exigência traça entre o cavaquismo e o cesarismo uma fronteira tão pouco identificável que alguns dirigentes históricos do PSD não conseguem ocultar o seu embaraço e desagrado. A divergência é tão séria que o sr. Eurico de Melo já admoestou o líder, em plena campanha, interpretando o sentir de amplo sector do baronato PSD.

Justifica-se o alarme desses companheiros do Primeiro-Ministro. Na mundividência de Cavaco somente vale a pena governar quando a oposição, mesmo que se una, não dispõe da mais leve possibilidade de contrariar a acção de um Executivo sustentada por um só partido, hegemónico. Nesse esquema funcional e ideológico, cabe à oposição um papel simbólico, de cobertura institucional a uma democracia de fachada negada na prática pelo partido autocrático.

Cavaco Silva, com a sua quase deificação da maioria absoluta não demonstra aperceber-se de que o mundo seria neste final do segundo milénio um caos se a sua teorização encontrasse audiência e discípulos eficazes.

No plano da teoria como no da *praxis*, a tese de Aníbal Cavaco Silva, ao desembocar na defesa da necessidade do partido único (mascarada pela existência de outros impossibilitados de intervir), configura a rejeição dos princípios e valores democráticos que ele diz fazerem parte do seu ideário. No campo da teoria não estamos longê da muito famosa *democracia orgânica* inventada por Salazar quando o rumo da História o forçou a retocar a fachada do Estado Novo.

*
*
*

Na CDU estamos, todos, a fazer o possível para que o PSD seja reduzido a minoria, para que o povo lhe não permita dar continuidade à ideologia e à prática cavaquistas.

Creio que alertar as populações para o carácter não democrático do perigoso projecto de Aníbal Cavaco Silva é uma necessidade. O cavaquismo, contrariamente ao que afirmam os epígonos do Primeiro-Ministro, não é um estado de espírito voltado para o desenvolvimento com estabilidade. Apesar da dimensão modesta do *líder providencial*, o cavaquismo é um arremedo de cesarismo que só não é assumido publicamente porque a relação de forças na sociedade portuguesa e as circunstâncias históricas não o permitem.

No distrito de Beja, onde a campanha me fez passar as últimas semanas o discurso da *propaganda do sucesso* não atingiu o seu objectivo estratégico. Cativou somente franjas do eleitorado. A oratória e o homem irritaram a maioria da população. As martirizadas terras de Beja não serão alaranjadas. Aníbal Cavaco Silva, aprendiz de despotismo esclarecido (fora do seu século), receberá dos bejenses a resposta que merece: o povo dará mais uma vez a maioria à CDU.



Reforma e contra-reforma educativa em Portugal

Desde 1979 (há 12 anos), o PSD é responsável pela pasta da Educação em Portugal. Numa primeira fase as sucessivas equipas ministeriais tentaram anular as principais modificações ocorridas, no âmbito do ensino, em resultado da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Com o engenheiro Roberto Carneiro, o Governo PSD tem procurado estruturar um sistema de ensino que corresponda à sua concepção de sociedade. Um sistema de ensino baseado em princípios como os de competição, selectividade socioeconómica, massificação, governamentalização, rentabilidade económica imediata, ausência de diálogo e de espaços de participação, etc.

A política de educação do PSD tem-se caracterizado nomeadamente por:

- escassez de verbas para a educação e para a investigação científica;

- não aplicação e subversão de muitos aspectos positivos da Lei de Bases do Sistema Educativo;

- patrocínio declarado do ensino particular e asfixia da grande maioria das instituições públicas de ensino;

- atribuição discricionária e improdutiva a médio/longo prazo das verbas CEE destinadas ao ensino e à investigação científica;

- tentativas sucessivas de não aceitação e de posterior não aplicação de aumentos salariais dignos para os professores dos vários graus de ensino;

- imposição de uma reforma curricular dos ensinos básico e secundário não discutida nem participada pelos professores globalmente, tecnocrática e selectiva, implementada experimentalmente sem as condições de apoio necessárias;

- imposição de um modelo de gestão dos estabelecimentos públicos de ensino não superior que visa destruir a gestão democrática (existente desde o 25 de

Abril de 1974 e prevista na LBSE) e substituí-la por uma gestão administrativa e governamentalizada;

- imposição de um Estatuto de Carreira Docente com muitos aspectos negativos e não aplicação/subversão dos seus aspectos mais positivos;

- não resolução dos muitos problemas existentes ao nível da formação de professores e da sua estabilidade profissional;

- imposição de um modelo de acesso ao ensino superior ainda mais selectivo e socialmente discriminatório do que o anteriormente existente;

- inexistência de uma rede pública de ensino pré-escolar que responda às necessidades da população portuguesa e degradação/superlotação de muitos dos estabelecimentos públicos de outros níveis de ensino;

- falta de diálogo com os sindicatos dos professores, prática constante de actos administrativos arbitrários e discriminatórios (muitas vezes ilegais), tentativa de manipulação demagógica da opinião pública.

O PCP tem-se oposto sempre a esta actuação dos governos/ministros, PSD (na Assembleia da República, junto de outros órgãos de soberania, apoiando as lutas dos professores e as posições dos seus sindicatos, junto da opinião pública).

O PCP compromete-se a defender uma política educativa diferente, levada a cabo por um outro governo, estruturadora de um outro sistema de ensino:

- mais verbas para a educação e para a investigação científica;

- concretização imediata da Lei de Bases do Sistema Educativo;

- desenvolvimento do ensino público de forma a que o mesmo possa ir satisfazendo as necessidades individuais e colectivas da sociedade portuguesa;

- utilização correcta, transparente e integrada das

verbas CEE destinadas à investigação científica e tecnológica, ao ensino, à formação profissional, à divulgação científica;

- valorização material da profissão docente e resolução dos problemas que afectam a formação, progressão e estabilidade profissional dos professores;

- concretização de uma reforma educativa, discutida e participada por todos os interessados, que tenha por objectivo assegurar uma formação crítica e desalienante, menos socialmente discriminatória, mais eficaz e realizadora em termos culturais e profissionais;

- recusa do modelo de gestão dos estabelecimentos públicos de ensino não superior que o actual Governo PSD pretende impor, manutenção e aperfeiçoamento do modelo de gestão democrática;

- alteração do actual esquema de acesso ao ensino superior (passando a existir apenas a avaliação dos 10.º e 12.º anos e as provas específicas, de âmbito nacional) e anulação progressiva do «numerus clausus»;

- reconhecimento pelo ME (um ME diferente) da necessidade e da utilização do diálogo com todos os sectores sociais interessados no fenómeno educativo (especialmente os sindicatos dos professores e os órgãos de gestão dos estabelecimentos públicos de ensino) e do direito dos professores e funcionários públicos à contratação colectiva.

Em Outubro de 1991, nas eleições para a Assembleia da República, é possível, é urgente criar uma alternativa à política educativa, à contra-reforma do sistema de ensino português que o PSD tem procurado impor.

■ João Avelãs Nunes
Professor universitário



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Epigrama

Hábito velho, o desvio.
Domingo de madrugada
o dia, no tempo frio,
teve uma hora atrasada.

- Atenção! - disse-me em face
daquele atraso um leitor -
Se o Cavaco ganhasse
o atraso era maior...

Ora vejamos...

Estudantes sem acesso
é governo de sucesso?
O poder em retrocesso
é governo de sucesso?
A economia-abcesso
é governo de sucesso?
A cultura do avesso
é governo de sucesso?
A inflação de arremeço
é governo de sucesso?
Mordança como processo
é governo de sucesso?
E a pobreza em excesso
é governo de sucesso?

Pronto. Vê agora então
o voto que tens na mão.

O monstro
do Ministério

Ministério da Saúde.
Que mistério! Que mistério!
Pegou doença com grude
o pobre do Ministério...
Não melhora, não melhora.
Até virou monstro, agora!

Um buraco, se o tivesse,
como qualquer animal
seria do seu interesse.
Enfim, seria normal.

Mas abrindo-se-lhe o saco
alguém houve, mais afoito
que, em lugar de um só buraco
achou nada menos... que oito!

Cavaco banha-de-cobra:
oito buracos? É obra...

O voto
do bom senso

O ricaço, o mandão, o proprietário
de que fazenda seu capuz?
Quem dantes ordenava o alcatruz
agora escolhe quem? E o agrário?

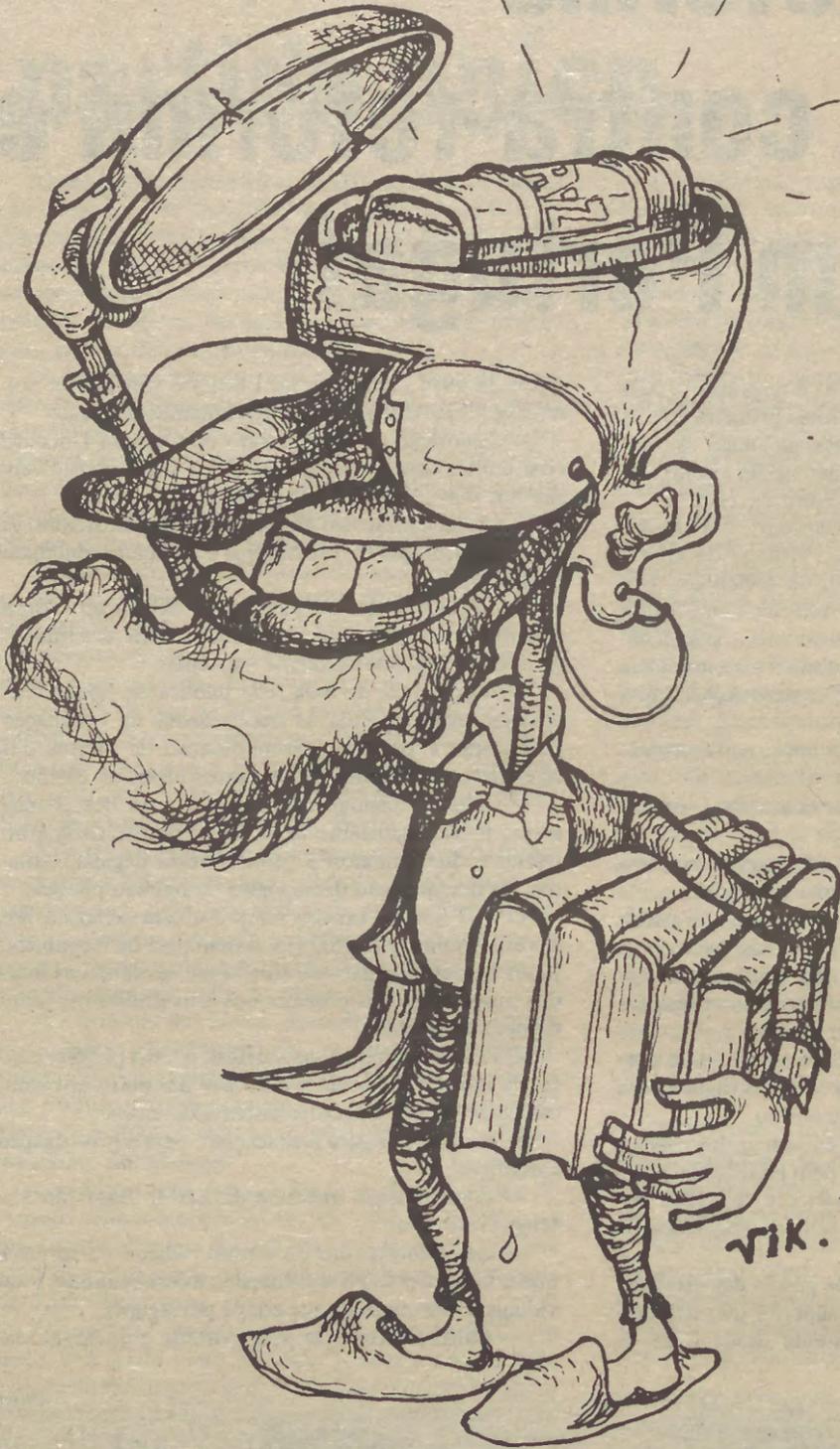
Em que nome na roda da quermesse
põe a fera a render o seu dinheiro?
E o ex-banqueiro, ora outra vez banqueiro,
quem quer para defender o seu interesse?

E o intermediário que açambarca?
E o que tem por inútil dar aos velhos?
E quem, sem consciência, de joelhos
mais que o anel do amo não abarca?

Votam Cavaco, esses. E tu? Penso
que já nem é política: é bom senso...

■ **IGNOTUS SUM**

Incrível!

Preocupação
na Educação

Coitado do ministro Roberto Carneiro! Sem auto-estradas para inaugurar, com as escolas, mais uma vez, a abrir aos soluços, deve ter achado que a sua participação na campanha eleitoral do Governo andava um pouco por baixo... Preocupado, deu consigo a visitar a Escola Profissional de Electrónica e Telecomunicações. Como ali estava a acompanhar o seu homólogo holandês, ocorreu-lhe falar da CEE, da integração plena marcada para 1993... «Os cursos superiores têm que encurtar a sua duração» em Portugal - disse, talvez com uma lâmpada acesa no fundo da garrafa e um «Eureka!» abafado no pensamento. É que dava mesmo jeito que os cursos superiores fossem, por exemplo, só de quatro anos: sempre se podia arranjar as coisas para, um pouco antes das eleições, fazer umas entregas de diplomas e umas promessas de emprego...

Manuel
descontente

O prof. dr. Manuel Sérgio, cabeça-de-lista do PSN por Lisboa, foi ao Porto dizer

que está descontente com os resultados das sondagens eleitorais. Aquele senhor, que, com ar paternal, aparece sempre nos tempos de antena a passar a mão pelo pêlo de alguém (não pede licença, atira a manápula, puxa as cabecinhas, meu filho, minha filha, é assim mesmo, vota em nós que somos bons) - aquele senhor professor doutor acha que não lhe serve a previsão de eleger um deputado! Realmente, que injustiça! Veja-se só o comício que estava marcado para o pavilhão Infante de Sagres, na cidade invicta: o prof. dr. Manuel descontente foi surpreendido com o cancelamento da iniciativa, pois estava a aguardá-lo uma multidão de mais de duas dezenas de apoiantes! Vá-se lá acreditar no que dizem estas sondagens!

Saúde
de sucesso

Indiferente ao período eleitoral, a Saúde continua a marcar pontos de sucesso em Portugal. No Algarve, dizia o «Público» segunda-feira, «não só os médicos enviados como reforço voltam à base, como até alguns novos serviços, cujo arranque foi anunciado há

vários meses, continuam sem condições de funcionamento». De Faro saiu o único cirurgião cardiotorácico (que ali esteve por um período de nove meses), depois de também terem regressado a Lisboa os dois neurocirurgiões que ali estiveram para criarem o embrião de uma unidade desta especialidade. Até a única ambulância em condições de transportar com segurança doentes graves poderá ter que regressar à capital, por falta de pessoal técnico para a pôr a funcionar! Na página ao lado, notici: va aquele matutino que as empresas fornecedoras de oxigénio fizeram ao ministro Arlindo de Carvalho um ultimato, ameaçando recusar-se a prosseguir os abastecimentos aos hospitais se não lhes for paga uma dívida de um milhão de contos. Não se conhecem resultados de qualquer sondagem entre os doentes, nem entre os médicos, nem entre os enfermeiros, nem entre o pessoal auxiliar... Espera-se, contudo, que manifestem domingo a sua opinião sobre a situação na Saúde, uma área onde o PSD vem exibindo o seu sucesso há mais de uma década.

Frases
da
Semana

“Durante dez anos, percorri diversas fábricas de têxteis e de calçado do Norte do País, nas qualidades de dirigente da CIP, do ICEP e de empresário, nunca vi uma criança a trabalhar”

☛ Declarações do secretário de Estado do Comércio Externo, Neto da Silva, a «O Jornal», repetindo uma ideia por si anteriormente expressa em Bruxelas

“Não façam Vs, não façam Vs, que ainda nos confundem...”

☛ Jorge Sampaio dirigindo-se aos seus apoiantes em Portalegre que erguiam dois dedos frente às câmaras de televisão

“Francisco Sá Carneiro conseguiu unir os portugueses, o seu substituto está a dividilos”

☛ Freitas do Amaral num comício em Braga

“Achei importante relacionar o prof. Cavaco Silva com o PSD para que as pessoas não façam confusão. É que no boletim de voto o que vai aparecer é o partido e não o nome do líder”

☛ Justificação de Durão Barroso, cabeça de lista por Viseu, para a substituição do tradicional 1991 pela sigla PSD, num autocollante distrital mandado imprimir por sua iniciativa. In «O Jornal», de 27.9.91

“Sabe como é a vida nestas aldeias. As pessoas vêm perguntar-me em quem hão-de votar e é natural que eu as aconselhe a fazê-lo no partido de que gosto e que penso que serve melhor os interesses da terra”

☛ Palavras de Vicente dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de Arcos, eleito pelo CDS, in «Semanário», de 28.9.91

A campanha da CDU no Distrito de Setúbal Hoje

Com Álvaro Cunhal

Almada

Encontro com Jovens na Casa da Juventude, em Cacilhas, às 18.30

Jantar-convívio no restaurante «O Jardim», na Cova da Piedade, às 19.30

Comício-Festa no Jardim da Cova da Piedade, com início às 21.30 Participam os camaradas **Álvaro Cunhal** e **Carlos Carvalhas**

Seixal

Comício na sede da colectividade «União Seixalense», também com a participação de **Carlos Carvalhas**, às 21.30

Com Carlos Carvalhas

Barreiro

Contactos com a população no **Mercado do Lavradio** e na **Av. J. J. Fernandes no Barreiro**, a partir das 11.00

Contactos com a população no Centro da **Baixa da Banheira**, a partir das 11.45

Jantar-convívio na ex-Cordoaria Nicola, às 20.00

Setúbal

Almoço-convívio no restaurante «O Quintal» (Av. da Portela)

Pinhal Novo

Contactos com a população, junto à sede velha da COOPINHAL, às 14.45

Seixal

Contactos com os trabalhadores da empresa IDELMA, às 16.30

Participação no **Comício** que tem início às 21.30 no **União Seixalense**

Alhos Vedros

Contactos com os trabalhadores das empresas GEFA e HALLY-ANSEN, às 17.30

Moita

Contactos com a população no Largo da Câmara, às 18.30

Almada

Participação no **Comício-festa** que tem início no **Jardim da Cova da Piedade** às 21.30

Porto

Segurança e tranquilidade das populações

sessão-debate
com a participação do Comissário
Joaquim Santinhos
e dos sindicalistas Mário Soares
e Vieira Mendes,
candidatos da CDU

Hoje às 21.30
na Junta de Freguesia do Bonfim

Agenda

HOJE último
TEMPO DE ANTENA
na RTP 11
(25 min. depois do Telejornal)

CDU

PCP-PEV  com toda a confiança!

Festa Popular CDU

ROSSIO
4 OUTUBRO
SEXTA-FEIRA
21 HORAS
COMÍCIO
DE ENCERRAMENTO
ESPECTÁCULO

★ ESPECTÁCULO ★

RONDA DOS QUATRO CAMINHOS

★ COMÍCIO ★

ÁLVARO CUNHAL
CARLOS CARVALHAS
ISABEL CASTRO
BLASCO HUGO FERNANDES
RAMON LA FÉRIA
MÁRIO TOMÉ
AMÉLIA PARDAL

● CARAVANAS CDU – CONCENTRAÇÕES ●

AMADORA – Parque Central da Amadora às 20.30 h.
AZAMBUJA/ALENQUER/ARRUDA – No Carregado às 20.00 h.
CASCAIS – No Largo do Mercado de Cascais às 19.30 h.
LOURES – Junto ao Centro de Trabalho do PCP às 20.00 h.
ODIVELAS – Largo D. Diniz às 21.00 h.
SACAVÉM – Largo 5 de Outubro às 20 h.
LISBOA – Parque Eduardo VII às 18.30 h. (Sectores Profissionais)
– Largo Baptista Russo às 20.30 h. (Olivais/Marvila/Beato)
– Largo Fontainhas às 20.30 h. (Freguesias da Zona Ocidental)
– Largo Sapadores às 20.30 h. (Restantes Freguesias da Cidade)
TORRES VEDRAS/LOURINHÃ/CADAVAL – Pç. 25 de Abril, T. Vedras - 20.00 h.
MAFRA/SOBRAL M. AGRAÇO – Venda do Pinheiro às 20.30 h.
OEIRAS – Praça D. Manuel I - Algés às 20.00 h.
SINTRA – Junto ao Palácio de Queluz às 20.30 h.
VILA FRANCA DE XIRA – Largo da Igreja - Póvoa St.ª Iria às 20.30 h.
CONCENTRAÇÃO DA JUVENTUDE – Restauradores - 21.00 h.

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Televisão

Filmes na TV

Quinta, 3

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
10.30 Ricardina e Marta
11.05 Bom Dia
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Naquele Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 Testemunha de Acusação
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.05 Campanha Eleitoral - CDU
20.45 Desenhos Animados
21.00 Sassá Mutema
22.00 Os Simpsons
22.30 O Fantasma da Ópera
00.10 24 Horas
00.45 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Francês
12.45 O Ás do Espaço
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Circo
14.00 Jornal das Duas
14.30 O Homem da Carabina
15.00 Especial Desporto - Raguebi
16.30 Guarda Florestal
17.25 A Natureza das Coisas
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.20 Especial Desporto - Futebol
21.30 Jornal das Nove
22.00 O Sr. Almanáco
22.05 Milton Nascimento
23.05 Roseanne
23.30 Número Dezassete
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 4

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
10.30 Ricardina e Marta
11.05 Bom Dia
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 S.H.E.
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.05 Campanha Eleitoral
20.45 Desenhos Animados
21.00 Sassá Mutema
22.00 O Nome da Rosa
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Comunicação do Pres. Comissão Nac. de Eleições
00.30 24 Horas
01.05 Remate
01.25 Desenhos Animados
01.35 Divina Loucura
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Alemão
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
17.00 Burlescos
17.30 O Século dos Cirurgiões
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Jangada sobre a Floresta
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almanáco
21.35 Por Mares Nunca Dantes Navegados

22.20 Rotações
23.20 Pantanal
00.40 Cop Rock

Sábado, 5

Canal 1

08.10 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Viagem ao Maravilhoso
13.40 Febre em Beverly Hills
14.30 International Rock Awards (I)
15.20 T & T
15.40 Desenhos Animados
16.50 Verão do Meu Amor
(ver «Filmes na TV»)
17.50 A Década da Destruição
17.35 Wild South (II)
18.50 Os Mistérios do Padre Dowling
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.15 Comunicação do Presidente da República
21.35 Desenhos Animados
21.45 Desporto
22.20 A Escrava Anastásia
23.10 Casa Cheia
23.45 Desenhos Animados
23.50 Estranhos Beljos
(ver «Filmes na TV»)
01.35 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.40 Forum Musical
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical
13.00 Agarra o Dois
14.10 As Quatro Penas
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.05 Estádio
23.30 Pantanal
00.55 A Engrenagem do Crime
01.25 O Tempo

Domingo, 6

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Desafios da Vida
14.00 Top +
14.40 D. Quixote do Oeste
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Aventuras do Cavalo Preto
16.55 ET - Entretenimento Total
17.50 Os Golos da Jornada
17.55 McGyver
19.00 Especial Eleições

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Planeta para Viver
10.50 Reglões Magazine
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 Circo
19.00 Especial Eleições
19.15 Bastidores da Casa Branca
20.05 Especial Eleições
20.15 Concurso - Palavra Puxa Palavra
21.00 Especial Eleições
22.05 My Fair Lady
(ver «Filmes na TV»)
01.15 Tauromaquia

Segunda, 7

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
10.30 Ricardina e Marta
11.05 Bom Dia
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz



Alfred Hitchcock

13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 Primeira Matinée
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.25 O Preço Certo
22.45 A Série de Ouro
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Mundo de Jorge
12.55 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.00 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Expedição
18.00 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Big Break — Arsenio Hall
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.30 Teatro - «Morte e Vida Severina»

Terça, 8

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
10.30 Ricardina e Marta
11.05 Bom Dia
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Lugares de Troca
14.00 Brinca Brincando
14.35 Sete Dias em Maio
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.20 O Polvo 5
23.20 Primeira Página
00.20 Carol e Companhia
00.50 24 Horas
01.25 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 Os Novos Caça-Fantasmas

12.30 Curso de Inglês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 Frikadelle-Tagliatelle
17.00 Férias Aquáticas
17.30 Tribunal de Juri
18.00 Clip Club
18.25 Eterno Feminino
19.25 Cinemazine
19.55 Big Break
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.00 A Obra ao Negro
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Pop-Off

Quarta, 9

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
10.30 Ricardina e Marta
11.05 Bom Dia
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Marinheiro Fantástico
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.25 Vamos Jogar no Totobola
21.35 Mississippi em Chamas
(ver «Filmes na TV»)
23.35 24 Horas
00.10 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 2020 - Polícia em Acção
12.30 Curso de Alemão
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas II
17.25 Mulheres no Mundo
17.45 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.15 Magazine de Artes Plásticas
19.45 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz: Quarta-feira
22.35 A Aviação em Portugal
23.35 Castelo de Cartas

Testemunha de Acusação

«Witness for the Prosecution» (EUA/1957). Realização de Billy Wilder. Interpretação de Tyrone Power, Marlene Dietrich, Charles Laughton, Elsa Lanchester. P/B, 112 minutos.

Com argumento adaptado de um famoso conto de Agatha Christie, diz-se que este é o mais hitchcockiano filme de Wilder. A começar pelo cenário, uma sala de tribunal, e prosseguindo nos jogos e equívocos que vão definindo as personagens e a intriga, no tratamento dos quais Wilder não se limita a fazer uma mera citação. Um espaço dramático por excelência, um argumento sinuoso, actores carismáticos, o próprio preto e branco são excelentes matérias-primas para este filho do expressionismo dos velhos tempos da UFA, entretanto treinado na eficácia narrativa da escola americana, que conduz com rigor esta história de duplicidades e aparências e leva muito longe a peculiar facilidade do cinema para desvendar a realidade através da ilusão.

Excelentes interpretações, com destaque para a de Charles Laughton no papel de advogado.

Quinta, 14.35, Canal 1

Número Dezassete

«Number Seventeen» (GBR/1932). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Leon M. Lion, Anne Grey, John Stuart. P/B, 62 minutos.

Um dos menos conhecidos filmes feitos em Inglaterra por Alfred Hitchcock e também, na opinião de alguns, um dos menos interessantes - nem por isso prescindível. A história gira em torno do roubo de um colar de diamantes e termina com uma espectacular perseguição a bordo de um comboio sem condutor, sequência sempre citada nas antologias da obra do cineasta. O argumento é mais uma vez baseado

numa peça teatral, desenvolvendo-se a acção em dois únicos cenários (o prédio número 17 que dá título ao filme e o comboio onde se processa a fuga final), estrutura que Hitchcock mais uma vez adapta criadoramente ao cinema.

Quinta, 23.30, Canal 2

S.H.E.

«S.H.E.» (telefilme, EUA/1980). Realização de Robert Lewis. Interpretação de Omar Sharif, Cornelia Sharpe, Anita Ekberg. Cor, 97 minutos.

Uma história de espionagem, movimentada como é de regra, da autoria de um dos melhores argumentistas da série 007, que aqui oferece o papel de agente secreto de Sua Majestade a uma mulher...

Sexta, 14.35, Canal 1

O Nome da Rosa

«The Name of the Rose» (RFA-It-Fr/1986). Realização de Jean-Jacques Annaud. Interpretação de Sean Connery, Christian Slater, Helmut Qualtinger, F. Murray Abraham. Cor, 126 minutos.

Foram precisos três anos para preparar e filmar esta adaptação do romance de Umberto Eco, que se diz só à 15ª versão aprovou o argumento. Ainda assim, a transposição cinematográfica da história «policial» do monge que procura nos labirintos da Idade Média a pista de um misterioso livro de Aristóteles, pretensamente desaparecido, está longe de ter congregado a opinião favorável da crítica cinematográfica, e muito menos a da crítica literária, envolvidas mais uma vez na polémica acerca da adaptação ao cinema da obra literária.

Do ponto de vista estritamente cinematográfico notam alguns a

Tempo

Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o fim-de-semana.

Não se prevêem alterações significativas do estado do tempo. Aguaceiros.



falta de unidade narrativa e os excessos descritivos «realistas» que sobrecarregam o quadro da vida medieval em que o filme se alonga, considerando pelo contrário bem conseguidas as sequências de carácter fantástico que o pontuam; mas assinalam também que estamos perante um filme, feito com grandes meios de produção por um realizador europeu cotado e com Sean Connery - um monge magnífico.

Sexta, 22.00, Canal 1

Divina Loucura
«Divine Madness» (EUA/1980). Realização de Michael Ritchie. Interpretação de Bette Midler. Cor, 90 minutos.

Um tributo a Bette Midler, essa talentosa, versátil e irrevemente grande senhora do music-hall norte-americano. Michael Ritchie registou com uma profusão de câmaras um seu espectáculo no Pasadena Civic Auditorium, e consegue transmitir com aproximação notável a força que dela irradia quando está em cima do palco.

Sexta, 1.35, Canal 1

As Quatro Penas
«Storm over the Nile» (GBR/1955). Realização de Terence Young e Zoltan Korda. Interpretação de Anthony Steel,



My Fair Lady

Laurence Harvey, Ronald Lewis, James Robertson Justice. Cor, 103 minutos.

Quarta adaptação ao cinema do romance «The Four Feathers» de A.E.W. Mason, que o próprio Zoltan Korda havia dirigido em 1939. A nova versão pouco difere dessa outra (que a RTP aliás transmitiu não há muito tempo), inclusive incluindo algumas das cenas de batalha então utilizadas. É a história aventureira e romântica de um homem que se desdobra em actos de generosidade e heroísmo por terras do Sudão colonial, a fim de limpar o seu nome da acusação de cobardia.

É mais uma vez a grande aventura, servida pela habitual qualidade do cinema britânico da época,



Testemunha de Acusação

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A La Dolce Vita	—	★★★★	—	★★★★
B O Silêncio dos Inocentes	—	★★★★	—	★★★★
C Robin Hood	—	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Frederico Fellini — King Triplex/1 (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Jonathan Demme — Alfa Club (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). Amoreiras/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). Condes (14.00, 18.00, 21.15). Fonte Nova (14.45, 17.00, 19.15, 21.45). Mundial (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00). Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Kevin Reynolds — Alfa/3 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30). Amoreiras/2 (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 00.30). Fonte Nova/2 (14.15, 17.15, 21.15). Mundial/2 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45). Quarteto/4 (14.15, 17.00, 20.00, 22.30). S. Jorge/3 (15.15, 18.15, 21.15) — Lisboa.

com uma galeria de grandes actores.

Verão do Meu Amor
«Summer of my German Soldier» (telefilme, EUA/1978). Realização de Michael Tuchner. Interpretação de Kristy McNichol, Bruce Davison, Esther Rolle. Cor, 90 minutos.

A RTP volta a qualificar de excelente este telefilme, adaptado de um romance de Betty Greene sobre a amizade nascida no sul dos Estados Unidos entre uma jovem

sentimentos, a fim de conseguir a mais convincente colagem de cada um ao papel que tem que desempenhar.

Sábado, 00.30, Canal 1

D. Quixote do Oeste
«Scandalous John» (EUA/1971). Realização de Robert Butler. Interpretação de Brian Keith, Alfonso Arau, Michele Carey. Cor, 110 minutos.

Brian Keith, um excelente actor demasiadas vezes perdido em filmes desinteressantes, é neste filme um D. Quixote cowboy, capaz das atitudes mais radicais a fim de manter o seu rancho. Aventureiro, bonito, bem disposto e levezinho como é apanágio dos Estúdios Disney, que produziu.

Domingo, 14.40, Canal 1

My Fair Lady
«My Fair Lady» (EUA/1964). Realização de George Cukor. Interpretação de Audrey Hepburn, Rex Harrison. Cor, 168 minutos.

«My Fair Lady»: quem não viu?! Pelo menos na televisão, aonde esta adaptação de «Pigmaleão» de Bernard Shaw regressa periodicamente. Foi o maior sucesso da carreira de Cukor, coroa de glória de Rex Harrison no cinema, deu para sempre a Audrey Hepburn a imagem sofisticada da Eliza Doolittle «criada» pelo professor Higgins. Um filme de oito Oscars, espectacular e divertido.

É uma boa alternativa no Canal 2 à catadupa de números, previsões e precipitações em que O Primeiro se estará a desfazer, por esta hora de domingo de eleições...

Domingo, 22.05, Canal 2

Sete Dias em Maio
«Sven Days in May» (EUA/1964). Realização de John Frankenheimer. Interpretação de Burt Lancaster, Kirk Douglas, Ava Gardner, Frederick March. P/B, 118 minutos.

Terça, 14.35, Canal 1

A Obra ao Negro
«L'Oeuvre au Noir» (Bélg/1988). Realização de André Delvaux. Interpretação Gian Marie Volonté, Sami Frey, Anna Karina, Philippe Léotard, Marie-Christine Barrault. Cor, 110 minutos.

Com argumento adaptado do romance com o mesmo título de Marguerite Yourcenar, «L'Oeuvre au Noir» conta a história de Zénon Ligre, um médico alquimista perseguido pela Inquisição, em fuga pela Europa durante cerca de 20 anos. Um dia, convencido de que entretanto caíra no esquecimento, regressa à sua Bruges natal, acolhendo-se embora num convento e com um nome suposto. Mas em breve, envolvendo-se numa obra de acolhimento a indigentes, é acusado de acolher infiéis e é preso e condenado à fogueira. Homem li-

vre, é ele que decide da sua vida, e suicida-se.

Esta versão cinematográfica do romance é normalmente considerada pouco vigorosa, ainda que se assuma como um claro libelo pela liberdade do espírito face ao obscurantismo. Mas contém inúmeras razões para ser vista, dentre as quais sobressai o trabalho de um actor enorme: Gian Maria Volonté.

Terça, 22.00, Canal 2

O Marinheiro Fantástico
«The Extraordinary Seaman» (EUA/1969). Realização de John Frankenheimer. Interpretação de David Niven, Faye Dunaway, Alan Alda. Cor, 80 minutos.

Um logro, este filme - uma inenarrável «comédia» centrada num excêntrico Niven às voltas com os comandos de um navio da 2ª Guerra Mundial há muito abandonado.

Quarta, 14.35, Canal 1

Mississippi em Chamas
«Mississippi Burning» (EUA/1989). Realização de Alan Parker. Interpretação de Gene Hackman, Willem Dafoe. Cor, 127 minutos.

Inspirado num episódio verídico crucial - o assassinato de Andrew Goodman, Michael Schwerner e James Chaney, três jovens negros activistas dos Direitos Cívicos, no Mississippi, em 1964 -, o argumento deste filme põe em acção (e em confronto) dois agentes do FBI encarregados pelo Governo Federal de investigar um crime que foi rastilho para uma explosão de violência racial e contribui para sacudir a consciência da nação americana.

Duas excelentes interpretações de Hackman e Defoe

Quarta, 21.35, Canal 1

TEATRO

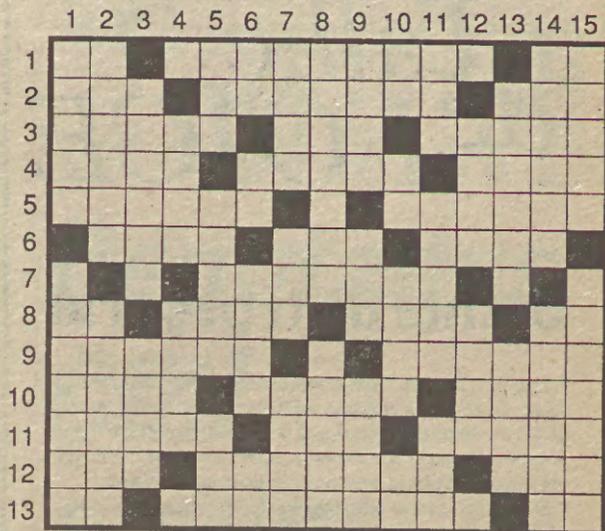
TEATRO DA COMUNA
Pç. de Espanha. Tel. 7260818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. JOANA QUE... texto e encenação de José Carretas.

TEATRO DA GRAÇA
Trav. de S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. PAIS E FILHOS, de Turguenev, encenação de Rogério de Carvalho.

TEATRO MARIA MATOS
Av. Frei Miguel Contreiras. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. A MORTE DO PALHAÇO, de Raul Brandão, adaptação e encenação de João Brites, pelo Grupo O Bando.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1- Perversa; prudente; art.; 2- pron. indef.; passeio; patrão; 3- batráquios; cloreto de sódio; peixe teleosteo; 4- lavar; executarão; juízo; 5- ceifara; decadência (fig.); 6- curo; acolá; donos de casa; 7- ceifeiro; 8- art.; fosso; juntar; batráquios; 9- rio da Grã-Bretanha; levantem; 10- faldas; cicatrizar; livre; 11- diadema; partir; aliança; 12- prep.; ajuste de casamento; ovário de peixe; 13- apelido; religioso da Ordem do Monte Carmelo; campeão.

Verticais: 1- Numes; antigas moedas brasileiras de prata; 2- vila do distr. de Braga; danifica propositadamente; 3- extinguem; oportunidade; 4- discursar; semelhança; 5- chefe etíope; flores; nome de mulher; 6- art. antigo; nota mus.; pron. pess.; letra grega (inv.); 7- habitação; nome de letra; parente por afinidade; 8- pávida; testemunhe; 9- quadro; saída; rio da URSS; 10- anno domini; o dormir das crianças; rio da Europa Ocidental que desagua no Báltico; 501 romanos; 11- oferece; especiaria indiana; sobrinho de Abraão; 12- ligam; tomei a ver; 13- advertências; desabitado; 14- aprazíveis; borrifava; 15- terrenos aráveis; célebres.

Solução do nº anterior

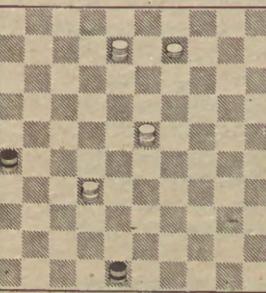
Horizontais: 1- Ás; mimalho; vaca; 2- moveras; argilas; 3- ápiros; airosa; 4- zás; fim; rojar; 5- opor; cadela; aio; 6- nó; opa; afã; 7- até; Ana; 8- atravessa; Pó; 9- ara; aurora; ovil; 10- rodar; agá; anã; 11- acenda; pretor; 12- Mértola; sainete; 13- Ásia; escassa; és.

Verticais: 1- Amazona; arama; 2- sopapo; troces; 3- viso; aderir; 4- mer; rota; anta; 5- irós; petardo; 6- más; Ca.; Ru.; ale; 7- as; fá; vara; as; 8- Dido; voga; 9- há; me; cera; Sá; 10- ora; lá; sã; pás; 11- girafas; gris; 12- viro; anão; ena; 13- aloja; vate; 14- casais; pinote; 15- ásaros; solares.

DAMAS

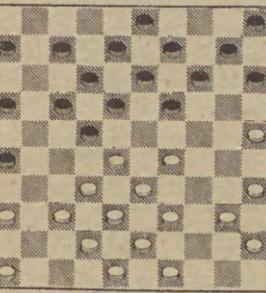
XADREZ

CCCXXIII - 3 de Outubro de 1991
Proposição nº 323
Por: A. DECAIX
Journal de Rouen, 23.IX.1911
Pr.: [2]; (26) - (48)
Br.: [4]; (8) - 9 - (23) - (32)



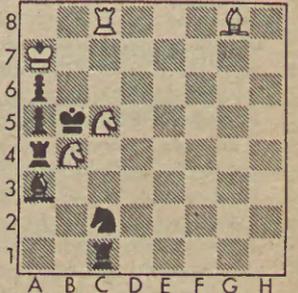
Branças jogam e ganham (5T)

Proposição nº 323
Por: GEORGES AUBIER
Jogando/Paris, 21.V.1944
Pr.: [17]; 3-5-6-7-8-9-10-12-13-14-15-16-17-18-19-22-26
Br.: [17]; 25-28-29-32-33-35-36-37-38-39-40-42-43-45-46-48-49



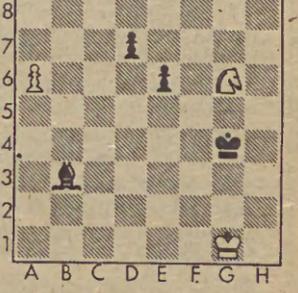
Branças jogam e ganham

CCCXXIII - 3 de Outubro de 1991
Proposição nº 323/A
por: P. BEKKLUND
Sjakk Nytt, 1941
Pr.: [7] Ps. a5, a6 - Cç2 - Ba3 - Ts. a4, a1 - Rb5
Br.: [5] Cs. b4, ç5 - Bg8 - Tç8 - Ra7



Mate em 2 lances

Proposição nº 323/B
Por: K. A. L. KUBBEL
Pr.: [4] Ps. d7, éb - Bb3 - Rg4
Br.: [3] Pa6 - Cg6 - Rg1



Branças jogam e ganham

Soluções do nº CCCXXIII
Nº 323 (A.D.): 1. 9-3=D 1. (26-31); 2. 32-37 e3. 8-30 e4. 23-14+ 1. (48-25); 2. 23-14 e+
Nº 323 (G.A.): 1. 29-23, (18-29); 2. 33-24, (22x44); 3. 32-27, (19x30); 4. 35x24, (44x35); 5. 25-20, (14x25) é. 24-19, (13x24); 7. 27-21, (16x27); 8. 27x31 (26x37); 9. 42x4+

Soluções do nº CCCXXIII
Nº 323/A (P.B.): 1. C64! [Ameaça: 2. Tb-8++ 1., a: b4; 2. Tç5++ 1., T: b4; 2. Cç3++ 1., C: b4; 2. Cd6++ 1., B: b4; 2. Bc4++ 1., R: b4; 2. Tb8++
Nº 323/B (K.A.L.K.): 1. C67, Bç2; 2. Cd5, B64; 3. Cf6+ e ganha 1., Bd1, 2. Cç6, Bf3; 3. C é5+

A. de M.M.

A de M.M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Diante de ti próprio

É verdade - Amigo, Democrata, homem ou mulher que tu sejas - no domingo próximo, ao despertares, logo ao clarear do dia e antes que a noite desça, vais estar diante de ti próprio para uma decisão pessoal que toca o mais fundo da tua personalidade, da tua condição de cidadão - o voto. Desculpa lá a desenvoltura do «tu» e deste trato fraterno. Mas são palavras adequadas, saídas cá de dentro, das mais ricas de significado do léxico de combate dos que, para além das diferenças, partilham entre si algo de superior e de excepcional.

Em alguns casos pode ser até o honroso laço de militância política. Oh! quantas vezes nos sentimos diante de nós próprios! Mas é muito mais do que isso - é um vínculo moral que transcende frias normas estatutárias ou as rígidas fronteiras de um partido e se afirma como regra basilar de dignidade política, de carácter, de sentido das responsabilidades e que determina em última instância um comportamento cívico.

O que eles - os nossos inimigos comuns - fizeram para instilar no teu espírito a dúvida, a descrença, a desconfiança nos teus companheiros de combate, a defecção da frente de batalha que ombro com ombro temos travado nesta dura caminhada!

Mas no domingo, com toda a carga de tudo isso mas também das tuas convicções, da tua integridade moral e política, dos teus ideais humanísticos, estarás diante de ti próprio.

É que o domingo que aí vem não é um dia como outro qualquer. Mesmo nesta fértil nova vida que conquistámos unidos a golpes de coragem e de audácia naquelas distantes e todavia tão próximas radiosas manhãs de Abril talvez nenhum outro dia exigiu tanto de cada um de nós.

É um dia em que se pode jogar muito de decisivo e fundamental do teu povo, do nosso povo. Do nosso sistema democrático de vida, dos nossos ideais mais nobres. Das nossas mais belas aspirações comuns. Do nosso projecto de futuro para os nossos filhos e a nossa Pátria. Afinal para tudo aquilo que nos é mais caro.

Tal é a magnitude do que está em jogo nas eleições de domingo. Tal é o quilate do teu voto.

Não penses que estou a tocar o bordão do sentimento para apelar ao teu voto na CDU - Coligação Democrática Unitária. Já somos politicamente adultos para repudiar expedientes que tais, não é verdade?

É muito claro o que está em jogo no domingo que aí vem: ou a força democrática derrotar o hegemonismo político da direita cavaquista ou o poder ou ficará em sério risco tudo aquilo que nos é caro.

De qualquer modo votar em força na CDU, alargar a sua base eleitoral e a sua representação parlamentar, eleger um maior número de deputados da CDU, representaria já e só por si uma severa derrota da direita. Ou atingimos estes objectivos mínimos que estão ao alcance do teu voto, do meu voto, do voto de todos os cidadãos amantes do progresso, da democracia, da paz, do bem-estar social - ou cedes ao canto de sereia e de certos amigos da onça e te refugias na abstenção e mais grave ainda numa errada opção de voto que te nega a ti próprio, que te demite das tuas responsabilidades, que facilita o jogo dos inimigos de Abril. Estamos na ofensiva e não na defensiva. Não podemos cruzar os braços, cair no desalento, dar aos inimigos e detractores do regime democrático, com uma recusa em nos assumirmos diante de nós próprios, o prémio do seu caviloso trabalho de sapa, a oferta dos desânimos.

Se o fizéssemos, sofreríamos na própria carne os quatro anos que Cavaco reclama em 6 de Outubro para continuar o reinado absoluto de «Sua Autocrática Majestade o Primeiro-Ministro» e levar até ao fim o processo da contra-revolução em Portugal.

O que eles mobilizaram contra ti, contra nós, contra tudo o que nos é mais caro!

Aos comunistas que não renunciam ao combate e mantêm acesa a esperança nesta transitória curva da História, acoimam com os epítetos mais acintosos, com qualificativos dos mais cáusticos desenterrados dos velhos arsenais do anticomunismo militante, «primário» ou «catedrático»...

Com tal «artilharia, querem afastar-te de nós, dividir-nos, enfraquecer a força maioritária da democracia em Portugal.

É verdade que alguns trânsfugas ou momentaneamente traviados que alguma vez abraçaram a nossa causa lhe estão dando uma achega. Mas só lhes transmitem sujidade. Eles, todos eles, os jurados inimigos da democracia, como diria um velho filósofo caído sob as balas do franquismo, «pensán que están matando pero se están moriendo»

O teu voto de domingo na CDU é o voto indispensável para a derrota de «Sua Autocrática Majestade o Primeiro-Ministro» e das suas hostes, é o voto exigente e útil para a mudança necessária, o voto da consciência e da coerência dos verdadeiros democratas como tu.

No domingo, Amigo, Democrata, homem ou mulher que sejas, coloca-te diante de ti próprio. E vota. Vota CDU! Vota por um Portugal melhor!

■ Dias Lourenço

Álvaro Cunhal confiante:

Há condições para um grande resultado da CDU

Entusiasmo marcou o comício de anteontem em Braga

O secretário-geral do PCP afirmou anteontem à noite que a CDU «está em condições de obter um grande resultado» nas eleições de domingo. Álvaro Cunhal falava em Braga, num comício que, segundo a Lusa, reuniu «alguns milhares de pessoas», uma assistência que a agência noticiosa considerou

«a mais entusiástica que a CDU conseguiu reunir durante a campanha».

No comício, que culminou um dia de iniciativas no distrito, participou também o secretário-geral adjunto do Partido, Carlos Carvalhas, cabeça-de-lista da CDU em Lisboa, que criticou a exagerada personalização da cam-

panha eleitoral social-democrata: «O PSD desapareceu, para se resumir à imagem de Cavaco Silva e a um vazio de ideias».

Intervieram ainda José Manuel Mendes, deputado comunista e primeiro candidato da coligação no distrito de Braga, que lembrou a angústia em que vivem 60 mil

operários têxteis que poderão ser despedidos após as eleições se o PSD sair vitorioso, e Carlos Marques, dirigente da UDP e candidato da CDU no Porto, que criticou a política de privatizações do Governo e as afirmações do secretário de Estado do Comércio Externo negando ter visto crianças a trabalhar.

Salário mínimo dava em 1990 para mais 2 litros de leite

Se o salário mínimo de há cinco anos tivesse sido actualizado apenas de acordo com os índices oficiais da inflação, seria hoje de 34 792 escudos - revela um estudo da CGTP sobre a evolução do salário mínimo nacional no quinquénio 1986-90. Os actuais 35 mil escudos representam apenas mais 208 es-

culos, ou seja, após cinco anos de muito apregoado crescimento, o salário mínimo nacional vale mais 2 litros de leite.

A CGTP-IN - que assinou no dia 1 de Outubro o seu 21º aniversário com diversas iniciativas, nomeadamente uma distribuição de docu-

mentos na baixa lisboeta aconselhando os trabalhadores a votarem «no seu interesse e na resolução dos seus problemas» - protesta ainda por nestes cinco anos o valor do salário mínimo não ter sequer acompanhado o crescimento do salário médio, quando, por razões de justiça social, o que deveria ter acon-

tecido era uma subida superior.

Para a Intersindical Nacional, o salário mínimo nacional deve deixar de ser «um instrumento de legalização de salários de miséria», e não há quaisquer razões para o Governo recusar o estabelecimento do salário mínimo de 50 mil escudos.

Pode haver fraudes

«A forma como se processa a recepção dos votos dos emigrantes é susceptível de estar na origem de graves fraudes» - alertou Jaime Alves, candidato da CDU no círculo eleitoral da Europa, numa recente conferência de imprensa em Paris.

A CDU considerou extremamente negativo o balanço da acção desenvolvida em prol da emigração pelos deputados que até agora têm representado na Assembleia da República as comunidades portuguesas. Apostando na eleição de um deputado, a

CDU manifestou a intenção de adoptar um sistema de rotatividade que permitisse que os quatro candidatos assumissem sucessivamente o lugar na AR. «Pensamos que desta forma os interesses da nossa comunidade poderão ser melhor defendidos na Assembleia da República» - disseram aos jornalistas.

Num «Jornal CDU» da região de Paris o apelo «Destavezamos eleger um emigrante», votando na coligação, é apoiado por mais de seis dezenas de portugueses das mais diversas profissões.

«Razões do Poder Local»

«Razões do Poder Local» é o título do livro da autoria de Luís Sá, recentemente publicado sob a chancela da Editorial Caminho. Na sessão de lançamento e apresentação pública da obra, foi organizado um encontro-convívio de eleitos das autarquias do distrito do Porto, que decorreu, na passada segunda-feira, no Ateneu Comercial da capital nortenha.

CDU protesta contra «Primeira Página»

1. A CDU não pode deixar de protestar vigorosamente contra a infeliz mas não inocente ideia da RTP/1 de, em plena campanha eleitoral, transmitir ontem um «Primeira Página» com depoimentos de directores de jornais e a participação de vários sociólogos e um publicitário, cujo resultado global se salda escandalosamente por uma ilegítima operação para influenciar o eleitorado em favor de algumas forças concorrentes e em ostensivo detrimento de outras.

2. Tratou-se, em rigor, não de um qualquer debate efectivamente pluralista com opiniões efectivamente diversificadas, mas da impúdica exibição de um coro de adeptos de uma alegada «bipolarização» entre o PSD e o PS que tem como principal característica o facto de não ter qualquer suporte na realidade, uma vez que todos os indicadores disponíveis e a evolução da campanha mostram claramente que a CDU desempenha um papel fundamental para a derrota da direita e para uma solução alternativa ao PSD.

3. A CDU considera absolutamente indispensável que nos noticiários e outros programas da RTP se adoptem critérios gerais e equitativos de sobriedade, isenção e de esforço de objectividade, pondo termo a todas as orientações e práticas que os estejam sacrificando e desrespeitando.

É, sobretudo, necessário que a RTP compreenda uma vez por todas que os portugueses preferem certamente apreciar de forma livre e soberana as forças concorrentes sem necessidade das opiniões, interpretações e comentários que a RTP insiste em lhes impor.

25.9.91

O Gabinete de Imprensa da CDU

Televisão declinou debate sobre juventude

A JCP, em comunicado divulgado a semana passada, considera inadmissível o modo como a Televisão recusou uma proposta para a realização de um debate sobre problemas da juventude. Segundo esta organização de jovens, a carta que enviou à RTP sugeriu a realização de um debate com o objectivo de «fazer um balanço desta legislatura no que respeita a acções e políticas seguidas para a juventude e discutir as propostas das diversas forma-

ções políticas sobre a matéria». A altura sugerida foi o período de pré-campanha.

Contudo a resposta tardou, «apesar de inúmeras tentativas para a obter» e só perto do final de Agosto a RTP se comprometeu a dar uma resposta no prazo de quinze dias. Quando chegou, em 26 de Outubro, a resposta era negativa: o debate não se realizaria.

Em reacção a esta decisão a JCP pergunta «por que tardou tanto a RTP a dar respos-

ta, será que a grelha de programação e os critérios jornalísticos não prevêm este tipo de debates? Que interesses e critérios levaram a RTP a não realizar o debate?»

Os jovens comunistas argumentam que, «numa altura em que se elegem deputados para a Assembleia da República, a juventude tem o direito de saber o que foi feito por cada força política e quais foram as suas propostas para a resolução dos problemas», interrogando-se ainda se

«será o Ministro Couto dos Santos o único habilitado a pronunciar-se sobre a juventude e com o privilégio de anunciar as suas propostas e a sua política espectáculo para os jovens».

O secretariado da JCP termina a nota afirmando que a política para a juventude vai mudar, a partir de 6 de Outubro, com ou sem debates na RTP. O tempo de censura às ideias contrárias às dos governantes já passou, ou devia ter passado».